



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

NABILA SUELLY SOUZA PEREIRA

ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA: Produção do
Espaço em Cotijuba, Belém-Pará.

BELÉM

2018

NABILA SUELLY SOUZA PEREIRA

ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA: Produção do
Espaço em Cotijuba, Belém-Pará.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Goretti da Costa Tavares.

BELÉM

2018

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará

P719e

Pereira, Nabila Suelly Souza, 1988 -

Espacialidades do Patrimônio Natural na Amazônia: produção do espaço em Cotijuba, Belém-Pará / Nabila Suelly Souza Pereira. – 2018.

155 f.: il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Orientadora: Maria Goretti da Costa Tavares

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2018.

1. Patrimônio Natural – Ilha de Cotijuba (PA). 2. Turismo – Produção social do espaço. 3. Metropolização. I. Título.

NABILA SUELLY SOUZA PEREIRA

ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA: Produção do
Espaço em Cotijuba, Belém-Pará.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Organização e Gestão do Território.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Goretti da Costa Tavares

Apresentado em: ____/____/____.

Conceito:_____.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Maria Goretti da Costa Tavares (Orientadora – PP GEO/UFPA)

Prof. Dr Márcio Douglas Brito Amaral (Examinador interno – PP GEO/UFPA)

Prof^ª. Dr^ª. Rodolpho Zahluth Bastos (Examinador externo – NUMA/UFPA)

A todas as mulheres mães que precisam caronear seu tempo entre a ciência e a criação de seus filhos.

AGRADECIMENTOS

Esse momento reservo para expressar minha gratidão a todos que de alguma maneira contribuíram para a construção desse trabalho.

Primeiramente tenho imensa gratidão aos moradores da ilha de Cotijuba, por ter me recebido com gentileza e ter me cedido seu tempo para entrevistas e repasse de informações. Agradeço também aos visitantes da ilha, que abriram um tempinho em seu momento de lazer para me dar atenção e responder meus questionamentos.

Um agradecimento muito especial aos meus queridos amigos que junto a mim fizeram nascer essa pesquisa. Ainda me recordo bem, em minha casa, todos eles: Bruno, Lendl, Hélio, Ruan e Emerson discutindo comigo sobre um possível projeto de mestrado em 2014. Nós que somos tão unidos e íntimos, começamos esse projeto num turbilhão de ideias e debates. Depois, segui trabalhando nesses dois anos de pesquisa, eu aqui e eles acolá, com seus projetos e planos. Contudo, sempre ouvindo um ao outro, dividindo angústias, medos, risos e a juventude. A vocês, mais uma vez, todo meu respeito, admiração e amor.

Agradeço imensamente aos amigos do grupo de pesquisa: GGEOTUR. De um grupo de debate e leituras se solidificou um companheirismo construído a base de amizade e carinho. A presença e estímulo doados a mim, foram fundamentais para o cumprimento dessa pesquisa. Luana, Alessandra, Vânia, Giordano, Maga, Márcio (ausente, mas presente), Cléber, a vocês minha gratidão por todo esse compartilhamento cotidiano da vida acadêmica e fora dela. Um agradecimento em especial à Débora Serra, essa que segurou minha mão com força, prometeu ficar ao meu lado, enxugou as minhas lágrimas mais densas e me trouxe calma quando eu já estava alheia à tantas coisas. Os dois anos do mestrado foram tempos turbulentos na minha vida pessoal, a pesquisa estava lá (aqui), juntamente com muitas coisas difíceis, sorte minha que tive com quem contar.

Agradeço também aos amigos do IBGE, meu supervisor Figueiredo, que entendia que eu não tinha bolsa para minha pesquisa e muito me ajudou no sentido de fazer que eu conciliasse da melhor maneira possível o trabalho, a pesquisa e meus filhos (minha casa).

Gratidão também aos amigos que apareceram despretensiosamente, contudo deixando uma contribuição significativa nesse trabalho e na minha vida, a esses destaco os nomes de Thamires e Benison.

Agradeço os professores das disciplinas que assisti durante o primeiro ano de mestrado, aprendi muito com as discussões e com muitos dos colegas de sala. Em especial, gostaria de agradecer a Marcinho, Carlos Mascarenhas, Luana Farias, Paollo que também fizeram diferença na minha vida e pesquisa durante esse percurso.

Agradecimento especial e carinhoso à minha banca de qualificação, composta pelos professores Márcio Douglas, que há muito tem minha admiração e pelo Professor Rodolpho Zahluth. Todas as contribuições realizadas na minha qualificação foram parte indispensável para esse texto final.

Agradeço à minha Orientadora Goretti Tavares, que nessa minha caminhada de 8 anos de pesquisadora (no GGEOTUR como extensionista e pibic) me acompanha, observando meus limites e me impulsionando a diante.

Gratidão também à Bruno e Alba que no início da pesquisa foram fundamentais em diversos aspectos.

Falei de Lendl como amigo anteriormente, mas necessário trazê-lo novamente nesse texto para falar que sim, ainda meu grande amigo, mas agora também como meu namorado e parceiro. Gratidão por toda contribuição sua nesse meu projeto, gratidão por me acompanhar em trabalhos de campo, discutir a pesquisa e me ajudar nos momentos difíceis que passei para além da academia. Que bom que o tenho ao meu lado!

E no concluir deste ciclo Mestrado, agradeço (como sempre foi e sempre será) à minha família: Meu pai (Jorge), minhas mães (Rosinha e Angela), minhas irmãs (Amanda, Fernanda, Suellen e minha Irmã Ellen) por toda força, ajuda, carinho, amor, dedicação, força, mais força...Sem vocês, nem um pouco disso tudo seria possível.

Finalizo, assim, agradecendo aos meus filhos: Clarice e Jorge, que inconscientemente são imensuravelmente fundamentais a execução de todos meus projetos pessoais e profissionais. A vocês minhas sinceras desculpas pela ausência em diversos momentos e minha eterna gratidão por me mostrar a cada dia que muito ainda tenho por fazer por vocês e por mim.

RESUMO

Este trabalho tece uma discussão entre o conceito de patrimônio natural produzido por Scifoni (2006) e a produção do espaço social de Lefebvre (1974) tendo como área de estudo uma ilha amazônica representada por Cotijuba em Belém do Pará. O objetivo geral é de analisar a produção e reprodução do espaço do patrimônio natural na ilha de Cotijuba, atentando para as possíveis modificações no uso e ocupação do solo aferidas pelo produto da expansão do tecido urbano da metrópole. Para tanto utilizou-se os seguintes procedimentos metodológicos: a) revisão bibliográfica de temas como a geografia urbana e geografia da Amazônia para fazer uma discussão coerente entre a questão rural - urbano, a formação territorial de Belém; b) revisão bibliográfica a respeito de conceitos, temas e teorias, a saber: patrimônio natural, patrimônio cultural e produção social do espaço; c) revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a área de estudo em questão; d) levantamentos documental sobre a ilha de Cotijuba e informações de Belém relacionados também a ilha; e) Entrevistas semiestruturadas que ocorreram associadas aos trabalhos de campo, realizadas com agentes chaves os quais foram selecionados na pesquisa, a saber: representantes da comunidade de Cotijuba, visitantes externos e poder público; f) observação sistemática de campo e registro fotográfico sobre os modos de apropriação e usos da ilha, sua organização social no cotidiano e dessa forma, sua reprodução social no espaço; g) análise e sistematização das informações e resultados e redação da dissertação. Como resultado, pode-se perceber que a produção do espaço em Cotijuba, como patrimônio natural não patrimonializado, contempla questões diretamente ligadas às atividades turísticas ali realizadas, a intervenção do poder público e a organização da comunidade local. Como espaço de vivência de antigos agricultores da colônia reformatória, migrantes de outras ilhas, da periferia de Belém, e donos de casas de veraneio, a ilha carece urgentemente de um ordenamento territorial que leve em conta seu patrimônio natural não esquecendo da necessidade de desenvolvimento socioespacial para seus moradores.

Palavras-chave: Produção social do espaço. Patrimônio Natural. Metropolização. Turismo. Ilha de Cotijuba (PA).

ABSTRACT

This work discusses the concept of Natural Heritage produced by Scifoni (2006) and the Production of the Social Space of Lefebvre (1974), having as study area an Amazonian island represented by Cotijuba in Belém do Pará. The general objective is to analyze the Production and Reproduction of the Space of Natural Heritage on the island of Cotijuba, taking into account possible changes in land use and occupation measured by the product of the expansion of the urban fabric of the metropolis. For this purpose, the following methodological procedures were used: a) bibliographic review of themes such as an urban geography and geography of the Amazon for a coherent territorial series between a rural - urban question, a territorial formation of Belém; b) bibliographical review on concepts, themes and theories, highlighting: Natural Heritage, Cultural Heritage and Social Production of Space; c) bibliographic review of a historical-geographical character on the study area in question; d) documental survey about the island of Cotijuba and the information of Belém also related to the island; e) Semistructured interviews that occurred in the fieldworks, carried out with key agents selected in the research, namely: representatives of the community of Cotijuba, external visitors and public authority; f) systematic classification of the workfield and with photographic record on the ways of appropriation and uses of the island, its daily social organization and, thus, its social reproduction in space; g) analysis and systematization of the informations and results, and write the dissertation. As a result, it can be seen that the production of the space in Cotijuba, as an unpatrimonialised Natural Heritage, contemplates issues directly related to the tourist activities carried out there, the intervention of the public power and the organization of the local community. As a living space for former farmers of the reforming colony, migrants from other islands, of the periphery of Belém, and owners of holiday homes, the island urgently needs a territorial planning that takes into account its Natural Heritage, not forgetting the need for Socio-Spatial Development by/for the residents of the Island of Cotijuba.

Keywords: Social Production of Space. Natural Heritage. Metropolization. Tourism. Island of Cotijuba (PA).

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Ilhas do Município de Belém.....	44
Mapa 2 – Localização da Ilha de Cotijuba.....	57
Figura 1 – Trajeto às principais Ilhas de Belém.....	58
Mapa 3 – Modo de vida na Ilha de Cotijuba.....	86
Tabela 1 – Locais de saída, preços e horários das viagens para Cotijuba.....	87
Tabela 2 – Locais de saída, preços e horários das viagens para Cotijuba com saída do Ver-o-Peso.....	89
Figura 2 – Mapa da Ilha de Cotijuba ilustrando as comunidades do Poção e Fazendinha.....	109
Figura 3 – Biomapa do roteiro de visitação.....	114
Figura 4 – Regiões turísticas ou p�los turísticos do Pará.....	116
Figura 5 – Folder das rotas gastron�micas do Pará.....	118
Tabela 3 – Atividades previstas.....	124
Figura 6 – Anúncio do empreendimento na internet.....	126

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – A Democratização do Patrimônio: eventos e seus aspectos e conjuntura....	29
Quadro 2 – A Trajetória da ideia de Patrimônio Natural.....	36
Quadro 3 – Cronologia da ocupação da Ilha de Cotijuba.....	54
Quadro 4 – Ilhas de Belém: extensão territorial em Km ²	55
Quadro 5 – Serviços oferecidos em Cotijuba e suas características.....	69
Quadro 6 – Vulnerabilidade Dos Aquíferos Na Ilha De Cotijuba.....	74
Quadro 7 – Formas de abastecimento de água e sistema de esgoto em porcentagem....	74
Quadro 8 – Bairro e ocupação dos frequentadores de Cotijuba.....	88
Quadro 9 – Faixa de idade dos visitantes de Cotijuba.....	89
Quadro 10 – Características do turismo e da procedência das vendedoras do porto de Cotijuba.....	93
Quadro 11 – Fatores de percepção do turismo, patrimônio e modificações no espaço em Cotijuba.....	94
Quadro 12 – Macroprograma de qualidade do Plano Estratégico de Turismo (2012-2020).....	117
Quadro 13 – Atuações do MMIB em Cotijuba.....	122

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Forte do Castelo revitalizado, espaço turístico no centro histórico de Belém.....	47
Fotografia 2 – Praça Princesa Isabel.....	49
Fotografia 3 – Vista da porção Sul da Ilha de Cotijuba.....	59
Fotografia 4 – Ruínas do Engenho Fazendinha na praia do poço.....	60
Fotografia 5 – Ruínas da parte interna do Engenho Fazendinha.....	61
Fotografia 6 – Imagem do antigo educandário Nogueira de Farias	62
Fotografia 7 – Ruínas do antigo educandário Nogueira de Farias.....	67
Fotografia 8 – Interior das ruínas do educandário Nogueira de Farias.....	63
Fotografia 9 – Chegada ao Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard.....	65
Fotografia 10 – Residência Ilhéu na Porção Leste da Ilha.....	66
Fotografia 11 – Posto de Saúde de Cotijuba.....	71
Fotografia 12 – Escola Estadual De Cotijuba.....	72
Fotografia 13 – Escola Municipal de Cotijuba.....	72
Fotografia 14 – Caixas d’água de Cotijuba.....	73
Fotografia 15 – Anúncios de vendas de lotes em Cotijuba.....	76
Fotografia 16 – Anúncios de vendas de lotes em Cotijuba II.....	76
Fotografia 17 – Anúncios de vendas de lotes em Cotijuba III.....	77
Fotografia 18 – Unidade Termoelétrica de Cotijuba.....	78
Fotografia 19 – Via Principal da Ilha de Cotijuba.....	79
Fotografia 20 – Posto Policial destacado de Cotijuba.....	81
Fotografia 21 – Casa de Show de pequeno porte em Cotijuba.....	82
Fotografia 22 – Anúncio na internet de festa em Cotijuba.....	83
Fotografia 23 – Barcos de passeio para Cotijuba.....	91
Fotografia 24 – Embarque dos passageiros.....	91

Fotografia 25 – Trapiche da fábrica de gelo.....	92
Fotografia 26 – Festa de Aparelhagem na Praia do Farol.....	96
Fotografia 27 – Barracas dos Bares e Restaurantes a extensão da Praia do Farol.....	96
Fotografia 28 – Motorrete de Cotijuba.....	97
Fotografia 29 – Charretes de tração animal de Cotijuba.....	98
Fotografia 30 – Bondinhos de Cotijuba.....	98
Fotografia 31 – Praia do Vai-Quem-Quer.....	100
Fotografia 32 – Praia do Amor.....	103
Fotografia 33 – Residências secundárias na Praia do Amor.....	104
Fotografia 34 – Orla da Praia da Saudade.....	104
Fotografia 35 – Praia da Flexeira.....	105
Fotografia 36 – Praia Funda.....	107
Fotografia 37 – Orla da Praia Funda.....	107
Fotografia 38 – Casa de família ribeirinha.....	110
Fotografia 39 – Instrumento para pesca de camarão.....	111
Fotografia 40 – Plantação de açaf.....	111
Fotografia 41 – Sede do MMIB.....	120
Fotografia 42 – Biojoias de Cotijuba.....	120
Fotografia 43 - Plantação de Priprioca.....	121

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APIC	Associação dos Produtores da Ilha de Cotijuba
ARBCIMB	Associação dos Ribeirinhos, Barqueiros, e Condutores das Ilhas de Belém
AROUT	Administração Regional de Outeiro
BELEMTUR	Coordenadoria Municipal do Turismo
COOPERBIC	Cooperativa dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba
CRC	Colônia Reformatória de Cotijuba
DAOUT	Distrito Administrativo de Outeiro
DEPHAC	Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural do Pará.
FUMBEL	Fundação Cultural do Município de Belém
GGEOTUR	Grupo de Geografia do Turismo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
LAIG	Laboratório de Informações Geográficas
MMIB	Movimento de Mulheres das Ilhas de Belém
NAEA	Núcleo de Altos Estudos Amazônicos
PDITS	Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável
PMB	Prefeitura Municipal de Belém
PPGEO	Programa de Pós Graduação em Geografia
SEMOB	Superintendência Executiva de Mobilidade Urbana de Belém
SNUC	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
SETUR	Secretaria Estadual de Turismo
UFPA	Universidade Federal do Pará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A CATEGORIA PATRIMÔNIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA.....	25
2.1	A produção social do espaço.....	25
2.1.1	A categoria patrimônio e produção do espaço.....	27
2.2	Patrimônio natural: entre o conceito e as contradições do processo de patrimonialização.....	36
3	A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA ILHA DE COTIJUBA.....	42
3.1	A produção do espaço e patrimônio natural: uma abordagem a partir da realidade de Belém.....	42
3.2	A incorporação das ilhas na metropolização de Belém: as particularidades de Cotijuba.....	51
3.3	A perspectiva histórico-geográfica da ilha de Cotijuba e a produção do espaço.....	55
4	PATRIMÔNIO NATURAL EM COTIJUBA: DIFERENTES OLHARES, VIVÊNCIAS E (CO)EXISTÊNCIAS.....	68
4.1	A produção do espaço na ilha de Cotijuba: o espaço percebido do patrimônio natural.....	68
4.2	A questão do turismo em Cotijuba: mudanças, permanências e (co)existências no cotidiano ilhéu.....	83
4.3	Representação e ação dos agentes no espaço: horizontalidades e verticalidades do espaço concebido na Ilha de Cotijuba.....	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	128
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICES.....	139

1 INTRODUÇÃO

Os caminhos de interpretação desse trabalho são traçados através do conceito de patrimônio natural e as especificidades que a ilha de Cotijuba possui dentro do plano diretor do município de Belém. Convém fazer essa referência introdutória uma vez que a ilha de Cotijuba não é regulamentada como patrimônio natural pelas esferas de poder (municipal, estadual e federal).

A ideia aqui trabalhada trata-se da concepção de patrimônio natural como referenciais ambientais e seus usos culturais que devem ser resguardados às gerações futuras, sem precisar ao certo de uma regulamentação para tal, e sim, numa discussão que tange a excepcionalidade da ilha enquanto testemunho do espaço tradicional amazônico junto à contiguidade da urbanização da capital paraense.

Belém possui mais da metade de seu território composto por ilhas. Tais ilhas delineiam a paisagem da cidade demonstrando sua realidade ribeirinha, pois acompanhando a característica das cidades Amazônicas tradicionais, a capital paraense nasceu às margens do rio, que se estabeleceu como via principal para o escoamento de mercadorias e relações com outros municípios (TRINDADE JÚNIOR, 2008). Atualmente, o rio ainda possui forte relação com o fluxo da capital, principalmente para as ilhas e outros municípios do Pará, no entanto assumindo também uma nova funcionalidade que coexiste com as características ribeirinhas e a nova temporalidade da metrópole.

Esta nova funcionalidade repercute nas atuais discussões que abarcam a categoria patrimônio, o consumo turístico e o espaço urbano. Dessa forma temos o rio como importante bem que representa o modo de vida, a história e a paisagem da cidade. Trindade Júnior (2008) discute que atualmente nas áreas urbanas centrais as realidades específicas regionais passam a delinear uma imagem atrativa da cidade nos processos competitivos dos lugares que desembocam nas discussões sobre as áreas centrais e intervenções urbanas realizadas pelo Estado. O patrimônio cultural/natural das cidades, nas áreas centrais em grande medida, passa a ter um novo papel na organização do espaço. Paes-Luchiari (2005) afirma que a reincorporação dos centros históricos urbanos à economia política das grandes cidades e às lógicas da economia global, faz do patrimônio cultural um atrativo no qual as singularidades dos locais passam a ter um valor particular para a esfera turística.

Essa valorização patrimonial atribui ao espaço uma nova funcionalidade. No mais, na complexidade que se configura a categoria patrimônio, coexistem também outros espaços de valor patrimonial que não carregam consigo uma intensa visibilidade no bojo da produção do espaço realizada pelo Estado. Neste trabalho discutimos sobre um patrimônio natural da cidade amazônica, que constitui suas funcionalidades para a produção e reprodução desse espaço, sobretudo nas contiguidades do território da metrópole designados pelas ilhas. E no contexto da produção do espaço realizado nas ilhas, Miranda (2015) discute sobre a organização da vida em função das águas e insularidades, tratando o rio como os caminhos e lugares das territorialidades dos ilhéus. A reprodução espacial ali coexiste ainda, em alguns aspectos, em função dos rios repertoriando a dinâmica sociedade – natureza, e também destaca a questão do patrimônio natural na produção social do espaço.

Para Choay (2001), a palavra patrimônio, na sua origem, estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no espaço e no tempo. E para além de um pensamento estritamente formador de identidades, e também, confirmador destas, Bertonecello (2010) afirma que Patrimônio é algo que se herda, uma transferência de gerações, onde sua condição estaria definida no passado, e sua função no presente será garantir a preservação e a disposição dos bens patrimoniais a todos.

Com efeito, tratar do conceito de Patrimônio Natural implica antes compreender o conceito de Patrimônio Cultural que, por sua vez, proporciona diversas complementaridades conceituais. Cruz (2012) destaca que todo patrimônio, de qualquer categoria, é por essência cultural, pois a cultura é imbuída de valores e esses são definidos no complexo campo de forças de uma sociedade. De acordo com Scifoni (2010) a natureza é parte da vida humana, portanto uma natureza tornada social, significa que patrimônio natural, para além de testemunhos de uma vegetação nativa, é parte da memória humana, carregada de significados e sentidos inseridos na memória social, paisagens onde a vida humana se produz e reproduz através da ação cultural (SCIFONI, 2012).

As ilhas de Belém se constituem em patrimônio natural da cidade, haja vista que concordamos com Scifoni (2010), quando afirma que patrimônio natural muito mais que testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, é parte da memória social e incorpora paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz, legado cultural a ser deixado às gerações futuras. Pois é o lugar que contempla a paisagem de traços que preservam ainda a floresta, modo de vida ribeirinho e temporalidade ditada muitas

vezes pelos rios. Das 39 ilhas de Belém, Cotijuba está entre as três maiores em extensão territorial¹. De acordo com Miranda (2015) as ilhas de Caratateua e Mosqueiro, no século XX, assumiram um novo significado para seu uso: tornaram-se um importante espaço de lazer, sobretudo para a nova elite que estava se formando com a comercialização do látex².

Na ilha de Cotijuba a maior concentração populacional reside próximo ao porto hidroviário - localizado na ponta sul da ilha, onde pode-se observar o desenvolvimento da agricultura, pesca em pequena escala, turismo (pousadas, bares e restaurantes). A ilha traz consigo rugosidades espaciais³ que denunciam importantes momentos históricos da capital paraense, com destaque para as ruínas da Colônia Reformatória de Cotijuba, implantada em 1932, com objetivo de fazer uma “limpeza” social nas ruas de Belém. De acordo com alguns autores (MELO, 2010; LOPES, 2012; PINON, 2012), a periodização da história de Cotijuba pode ser dividida em três momentos: o histórico do Engenho Fazendinha que contribuía na produção de alimentos no Brasil; a Brigada Militar Pernambucana⁴ nos tempos da Cabanagem⁵; e o histórico da Colônia Reformatória de Cotijuba - CRC.

Com efeito, tais momentos históricos demonstram o papel que a ilha adquiriu durante o processo de produção social do espaço da capital. Todavia, de acordo com Silva (2001), a ilha obteve o maior aumento populacional e de relações com Belém a partir da implantação da linha fluvial pela prefeitura de Belém em 1994. Atualmente Cotijuba está cada vez mais voltada para funções turísticas e de lazer, sobretudo para os moradores de Belém (HUFFNER, 2011). No entanto, pode-se perceber que essa nova organização do espaço, ou (des) organização do espaço já aponta para alguns impactos causados pela crescente atividade turística e expansão do modo de vida urbano. Guerra (2007), já destacava alguns impactos causados pela ocupação urbana a ilha de Cotijuba ao afirmar que em análise dos dados coletados em sua pesquisa pode-se apontar a redução no espelho das águas interiores, aumento das praias, desmatamento de área litorânea entre outros efeitos. A produção social do espaço na ilha de Cotijuba não se explica isoladamente, está totalmente imbricada ao processo

¹ “Cotijuba é a terceira maior ilha em dimensão territorial do arquipélago belenense (ficando atrás de Mosqueiro com 21.254,67 ha e Caratateua-Outeiro 3.165,12 ha)” (MELO, 2010, p. 20).

² Produto do extrativismo vegetal retirado no ferimento do caule da seringueira. Em Belém o processo de comercialização do látex para a exportação do produto teve significativa expressão no processo econômico e social da cidade.

³ Rugosidades espaciais para Santos (2009, p. 140), seriam “o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e se acumulam”.

⁴ A Brigada Militar Pernambucana era um alojamento de base militar que abrigou tropas militares do governo que combatiam os “revoltosos” cabanos (MELO, 2010).

⁵ Revolta popular ocorrida no Pará entre os anos de 1835 a 1840.

de metropolização, sobretudo à produção social do espaço de Belém e é nessa via que vamos delinear nossa pesquisa para alcançar nossos objetivos de investigação.

Nesta pesquisa faremos a análise utilizando o conceito de produção social do espaço proposto por Lefebvre (1974), onde o espaço não é apenas um produto das relações e ações sociais, é um fator ativo que produz e é produzido, que gera tanto os objetos espaciais como também condiciona a reprodução da vida (CARLOS, 2012).

Não se pode pensar a configuração espacial, a produção do espaço na ilha sem elacionar com influências externas, como a urbanização crescente de Belém. Nesse sentido, a produção do espaço se confunde com a reprodução da sociedade, a reprodução da vida (CARLOS, 2012). Compreender e analisar a produção do espaço como produto, condição e meio das relações sociais na perspectiva de um estudo sobre o patrimônio é compreender a psicofera do valor, da apropriação e uso espacial entendendo assim as contradições e os conflitos nas relações sociais e admitindo a complexidade de organizar o espaço.

Admitindo a importância que os elementos naturais, mais precisamente o rio, adquiriram na produção do espaço na Amazônia, podemos afirmar que o espaço amazônico constitui-se como condição, meio e produto da reprodução social estabelecida aqui. E nas ilhas de Belém, a produção do espaço se constitui como a dialética sociedade-natureza, por meio da apropriação social a qual a natureza condiciona e concomitantemente é produto desta apropriação. Portanto, a cultura ribeirinha e o meio ambiente natural são inerentes à reprodução social nas ilhas, importantes para a história de Belém - como testemunho de imponência natural da capital urbanizada e espelho de como a cidade fora há séculos atrás - representada por seu modo de vida e sua via de circulação.

Esta pesquisa tece uma investigação no âmbito da tendência das maiores ilhas em extensão de Belém ganharem, na divisão espacial do trabalho, o papel de espaço de turismo e lazer no processo de urbanização de Belém. De modo que possa se observar em Cotijuba, uma vez que neste trabalho a ilha se configura como patrimônio natural, o processo de contiguidade do tecido urbano, sobretudo no bojo da ampliação de serviços e relações antes não realizadas no local: características da metrópole. Nessa via, apresenta-se os componentes que determinam a problemática central, que para a efetiva realização da pesquisa precisa-se responder as seguintes questões-problema:

- Levando em consideração o papel das características urbanas da ilha Cotijuba - produto da expansão do tecido urbano da metrópole nesse processo. Qual a dinâmica de produção e reprodução social do espaço no patrimônio natural na ilha de Cotijuba?
- Qual a concepção de patrimônio natural e sua implicação na apropriação e uso do espaço para a ilha de Cotijuba, levando em conta os agentes da produção do espaço: a população ilhéu, o poder público e os visitantes (turistas e segunda residência) da ilha?
- As intervenções urbanas e políticas públicas tem levado em consideração a realidade da ilha enquanto patrimônio natural no contexto de preservação e salvaguarda da integridade cultural e aspectos ecológicos?

Portanto, a pesquisa se delinea a partir da tentativa de responder as questões aqui descritas, e com a finalidade de alcançar o objetivo geral o qual se trata de analisar a produção e reprodução do espaço do patrimônio natural na ilha de Cotijuba, atentando para as possíveis modificações no uso e ocupação do solo aferidas pelo produto da expansão do tecido urbano da metrópole. Nessa via, tal objetivo se subdivide em três objetivos específicos:

- Identificar e analisar a dinâmica de produção e reprodução do espaço do patrimônio natural na ilha de Cotijuba;
- Identificar e analisar a ideia de patrimônio natural para a população ilhéu, o poder público e os visitantes da ilha e no que isso implica na apropriação e uso deste espaço;
- Identificar e analisar as intervenções urbanas e políticas públicas, entendendo a ilha enquanto patrimônio natural no contexto de preservação e salvaguarda da integridade cultural e aspectos ecológicos.

A pesquisa em seu processo inicial contou com três hipóteses para o desenvolvimento das questões norteadoras e objetivos. A primeira delas diz respeito ao papel diferenciado que algumas ilhas de Belém possuem no cenário amazônico, uma vez que estas se configuram em patrimônio natural da cidade e sua produção do espaço está vinculada a uma periodização que representa a história do processo de urbanização de Belém e sua apropriação e uso ajuda a compreender a divisão espacial do trabalho na cidade.

A segunda hipótese parte da ideia que a ilha de Cotijuba tem seu valor patrimonial descrito principalmente no campo da natureza, representado por suas praias de água doce, igarapés e significativa cobertura vegetal. Tais características conferem à ilha um potencial representativo de área de lazer, sobretudo aos moradores de Belém, por sua proximidade com a ilha e sua facilidade de acesso. Dessa forma, atribuindo qualidades em um determinado objeto se configura na sua valorização, e conseqüentemente uma possível patrimonialização, no sentido de obter a salvaguarda deste objeto.

A terceira hipótese sugere que tem sido necessário ao Estado adequar o território da ilha de Cotijuba para o recebimento de um número considerável de visitantes, a partir da melhoria e implementação de fixos e fluxos. E essas ações estariam sendo implementadas desarticuladamente, desconsiderando-se a preservação dos costumes dos ilhéus e dos aspectos ecológicos da ilha. Portanto, com o Estado não possuindo a preocupação em relação à integridade cultural e os processos ecológicos, tal cenário acarretaria em mudanças significativas no que tange os hábitos dos ilhéus, nas diversas territorialidades existentes, na degradação ambiental, e na especulação imobiliária na Ilha.

Neste trabalho fora escolhido o método materialismo histórico e dialético com o esforço de estar mais próximo possível de uma realidade concreta. O método dialético pressupõe o embate das ideias colocando-as sempre em confronto, em contradição, uma vez que nesse método não há nada que escape à mudança. Para Kosik (1976) na dialética a realidade não se manifesta em primeira vista ao homem, é necessário ultrapassar o entendimento do “fenômeno” – o aparente, para ter contato com a verdadeira “essência” – compreensão do real. Nesse sentido, este método, apoiado nas ideias de Kosik (1976) nos leva a realizar a análise do movimento histórico na qual o objeto estudado se encontra na totalidade-mundo.

Partindo das hipóteses expostas anteriormente, no intuito de alcance dos objetivos utiliza-se os seguintes procedimentos metodológicos:

- Revisão bibliográfica sobre temas relacionados à pesquisa. Esse fora o primeiro passo para a construção de ideias ao tentar articular de forma coerente as questões norteadoras, hipóteses e construção dos capítulos apresentados até agora. Com efeito, a revisão bibliográfica de temas como a geografia urbana e geografia da Amazônia para fazer uma discussão coerente entre a questão rural - urbano, a formação territorial de Belém, a questão do processo de formação da cidade e sua relação com as ilhas subsidiaram o entendimento de reconhecimento do espaço

social trabalhado na pesquisa. Para tanto, contou-se com os trabalhos de diversos geógrafos e outros autores, dos quais destacamos: Trindade Junior (2008, 2013); Tavares (2008); Corrêa (1987); Oliveira e Schor (2008); Porto-Gonçalves (2010), Moreira (1966). Acerca da teoria que conduz essa pesquisa: produção social do espaço, trata-se da contribuição de Lefebvre (1974, 2016). Utilizou-se também as contribuições de outros autores que tratam da produção do espaço, principalmente: Santos (2009, 2012); Carlos (2012).

Na discussão sobre as categorias patrimônio cultural e patrimônio natural, compreende-se nesse momento da pesquisa, que o conceito de patrimônio encontra-se ainda em construção, portanto utilizam-se de alguns autores de cunho interdisciplinar para tentar construir uma ideia consistente acerca dessa categoria. No entanto, é no bojo da geografia que nesta pesquisa a categoria em questão é mais abordada, principalmente no âmbito da discussão de patrimônio e produção do espaço, apropriação e uso do espaço, território e paisagem. Para esta discussão utiliza-se as leituras de Gonçalves (2005); Cruz (2012); Bertonecello (2010); Scifone (2010, 2012); Meneses (2012); Costa (2015); Jeudy (2005) entre outros. Tais leituras darão um alicerce para a análise científica à medida que buscaremos adequá-las à temática proposta, proporcionando uma visão mais crítica do processo.

- Revisão bibliográfica de caráter histórico-geográfico sobre a área de estudo em questão. Para tanto uma periodização se faz necessária à medida que deve se fazer um recorte histórico da ilha. Nessa perspectiva, utiliza-se como suporte teórico: Guerra (2007); Pinon (2012); Melo (2010); Huffner (2011); Lopes (2012); Miranda (2015); Ribeiro, Cardoso e Bezerra (2014). Tais autores tratam principalmente dos usos, modo de vida, produção do espaço, impactos ambientais e a dialética rural-urbano existente na ilha.
- Levantamentos documental sobre a ilha de Cotijuba e informações de Belém relacionados também a ilha. Nesse momento busca-se fontes de dados primários e secundários, em que o primeiro se refere a fontes primárias recolhidas para o estudo em questão com dados não publicados ou sistematizados e o segundo refere-se a fontes secundárias com dados e informações já sistematizadas e/ou publicadas. Para tanto, foram consultados os seguintes documentos: Plano Diretor de Belém (2008); Anuário estatístico do Município de Belém (2012); Cartilha de Zoneamento Econômico e Ambiental das Ilhas do Entorno de Belém, 2015; Relatório do projeto

MEGAM – Estudo das mudanças socioambientais no estuário amazônico (2004); Plano Ver-o-Pará (2011); PDTIS – Pólo Belém e documentos referentes à questão patrimonial como: leis, decretos, regulamentações em nível municipal, estadual e federal.

- Entrevistas semiestruturadas que ocorreram associadas aos trabalhos de campo, e nesse momento tentou-se organizar um processo de investigação selecionando os principais agentes no processo de produção do espaço para esta pesquisa. Os quais destacam-se:

A população ilhéu – que proporcionou, através de suas informações, compreender melhor os processos de espacialidades e territorialidades, seus possíveis conflitos, além do modo de apropriação que se realiza na ilha e sua relação com continente. Esses agentes foram representados por líderes de associação (COOPERBIC, MMIB, APIC), os moradores mais antigos da ilha, os ilhéus que trabalham em contato direto com a população visitante, os barqueiros, donos de pousadas, bares e restaurantes, e moradores mais afastados da área mais urbanizada da ilha.

Os visitantes externos – esses podem ser considerados os turistas. No mais, precisa-se atentar para as demais categorias de visitantes que se encontram na ilha, como: os turistas de segunda residência, os moradores de Belém e os turistas intermunicipais, interestaduais e internacionais. Essa categoria nos contemplou uma visão que possibilitou analisar qual a perspectiva de valorização patrimonial de Cotijuba, seu potencial turístico e seus efeitos na produção do espaço, além de seus possíveis conflitos de territorialidades.

O poder público – tais agentes estão na esfera municipal, subdivididos entre os agentes do patrimônio e administração municipal do distrito que incorpora a ilha de Cotijuba; estadual, que são também os agentes do patrimônio e da esfera turística para se obter uma visão de como ocorre, e se ocorre, algum fomento da atividade turística na organização do espaço na ilha; e na esfera federal, representados por agentes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, estes nos auxiliaram no momento da pesquisa no qual trataremos do patrimônio natural na Amazônia. Na esfera estadual representado pela Secretaria Estadual de Turismo - SETUR, na esfera municipal representado pela Coordenadoria Municipal de Turismo - BELEMTUR.

- Observação sistemática de campo sobre os modos de apropriação e usos da ilha, sua organização social no cotidiano e dessa forma, sua reprodução social no espaço. Tal observação focou no movimento dos fluxos, nos usos dos fixos e nas atividades dos diversos grupos sociais e suas territorialidades existentes em Cotijuba, e dessa forma identificou os elementos que configuram a produção social do espaço. Com efeito, o levantamento fotográfico fora trabalhado junto a observação sistemática de campo, registrando momentos observados para o auxílio de análises, comparações e identificações da área de estudo. Uma vez que na pesquisa utiliza-se o método dialético, essa observação foi realizada em pleno contato com o objeto de estudo, pois a observação sistemática em campo “é uma extensão do sujeito, como é numa outra escala a ferramenta para trabalhar uma extensão do seu corpo, ou seja, a pesquisa é fruto da interação dialética entre sujeito e objeto” (SUERTEGARAY, 2005, p. 93);
- Produção de quadros, tabelas e mapas para auxiliar na contemplação dos objetivos propostos. Essa produção permitiu fazer uma organização e sistematização dos dados de forma que a pesquisa se apresentou do modo mais claro possível. As informações dos quadros e tabelas nos auxiliaram nos dados comparativos das informações adquiridas no levantamento bibliográfico, documental e entrevistas com demais agentes propostos. Os mapas, como ferramenta geográfica de representação das informações no espaço, auxiliaram no decorrer de todos os capítulos.
- Análise e sistematização das informações resultados e redação da dissertação

Com o uso dos procedimentos metodológicos aqui descritos iniciou-se a seleção e sistematização dos dados para a elaboração da redação da dissertação. Nessa via, no primeiro capítulo faz-se uma abordagem teórica acerca da produção social do espaço de Lefebvre (1974) e uma análise de cunho teórico sobre a categoria patrimônio e o processo de patrimonialização, construindo uma discussão acerca desta categoria relacionada à produção do espaço. Nesse momento, também, analisa-se o patrimônio natural, os agentes do processo de patrimonialização e como esta categoria é tratada no âmbito da apropriação do espaço.

No segundo capítulo faz-se um esforço de trabalhar a produção social do espaço de Belém, dando ênfase para sua relação com o rio e seu aspecto ribeirinho. Com efeito, a

pesquisa conduz a discutir a relação de como os agentes ordenadores do espaço trataram a relação cidade-rio, principalmente no que diz respeito a insularidade.

Seguindo a discussão de Belém e sua insularidade, apresenta-se também uma breve análise de cunho histórico e geográfico sobre a ilha de Cotijuba, fazendo um esforço de uma periodização na produção do espaço ocorrida na ilha e tratando do seu aspecto rural-urbano. Esse momento da pesquisa busca-se apresentar a ilha amazônica e como esta encontra-se inserida na divisão espacial do trabalho e no processo de metropolização da capital paraense. Nesse bojo, a ilha revela-se como patrimônio natural e proporciona a ponte para a discussão do terceiro capítulo.

Seguindo os objetivos propostos, no terceiro capítulo analisa-se as intervenções urbanas a questão da atividade turística e políticas públicas realizadas em Cotijuba. Nesse momento utiliza-se do levantamento bibliográfico e documental, além de entrevistas com os agentes chave selecionados nos procedimentos metodológicos. O esforço de construção do terceiro capítulo busca analisar como o poder público vem procedendo no contexto de preservação e salvaguarda da integridade cultural e aspectos ecológicos da ilha.

2 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO E A CATEGORIA PATRIMÔNIO: UMA ABORDAGEM TEÓRICO-METODOLÓGICA

Nesse momento do texto contextualiza-se sobre a categoria patrimônio e sua relação com a produção do espaço, sobretudo no que tange as questões contraditórias nesse processo. Conceitua-se e faz-se um panorama da situação de patrimonialização no Brasil e para além disso, faz-se também uma discussão sobre o patrimônio não patrimonializado.

2.1 A produção social do espaço

Como categoria geográfica base deste trabalho, o espaço, apresenta-se aqui como espaço social. O espaço que “contém coisas e, contudo, não é uma coisa, um ‘objeto’ material. Seria um ‘meio’ flutuante, uma abstração simples, uma ‘pura’ forma? Não. Ele tem conteúdo.” (LEFEBVRE, 1974, p. 124). Aquilo que se percebe a análise é a unidade entre a forma e o conteúdo, um não existe sem o outro. Este conteúdo o qual o autor sugere em sua análise refere-se às relações sociais, estabelecidas no espaço e designadas por uma estrutura social. Nesse sentido, afirma-se que

Esta forma é inseparável da finalidade, portanto da funcionalidade (fim e sentido da ação, energia dispensada para a satisfação de uma “necessidade”) e a estrutura posta em movimento (saber-fazer, habilidade, gestos e cooperações no trabalho etc.). As relações formais que permitem a coesão dos atos no seu conjunto não se separam das condições materiais da atividade individual e coletiva, quer se trate de deslocar um rochedo, de perseguir uma caça, de realizar um projeto simples ou complicado. (LEFEBVRE, 1974, p. 110)

Com efeito, o conceito basilar que utiliza-se para obtenção de uma análise consistente a esta pesquisa refere-se à Produção Social do Espaço por Lefebvre (1974), em que este autor propõe a triplicidade do espaço social para a compreensão da produção espacial. Para Lefebvre (1974) o espaço não é apenas um produto das relações e ações sociais, é um fator ativo que produz e é produzido, que produz tanto os objetos espaciais como também condiciona a reprodução da vida (CARLOS, 2012). Se produção do espaço se confunde com a produção da vida, com a reprodução social no espaço em um determinado tempo histórico, assim o viver seria o produzir o espaço, como aponta Carlos (2012, p. 63):

O ato de produção da vida é, conseqüentemente, um ato de produção do espaço, além de um modo de apropriação. Nesse raciocínio, afirma-se o espaço como condição, meio e produto de reprodução social: produto resultante da história da humanidade, reproduzindo-se ao longo do tempo histórico e em cada momento da história, em função das estratégias e virtualidades contidas de cada sociedade.

Para Lefebvre (1974) o espaço não pode ser comparado como uma “coisa” meramente produzida. O espaço possui seus significados e sua significância. Portanto, ele não seria apenas a soma dados objetos num determinado “lugar”, é a condição e o resultado, “é polivalente, composto por forças produtivas e seus componentes (natureza, trabalho, técnica, conhecimento) as estruturas (relações de propriedade) as superestruturas (as instituições e o próprio Estado)” (LEFEBVRE, 1974, p. 128),

Nesse sentido que Lefebvre (1974) constrói seu conceito de espaço socialmente produzido e nos apresenta os três modelos nos quais este se manifesta:

- *O espaço da prática social*, que ele chama de espaço percebido, o espaço da vida cotidiana; dos fenômenos sensíveis, no mais que não exclui as projeções e os símbolos. É o espaço do trabalho, da escola, as instituições, do movimento/produção percebido no cotidiano;
- *A representação do espaço*, tratada por ele como espaço concebido, o espaço dominante na sociedade, o espaço pensado por alguns agentes influentes na organização do espaço e/ou do artista, de quem o concebe, quem o pensa, imagina e/ou registra. O arquiteto, o urbanista, o Estado, as superestruturas;
- *O espaço das representações*, o espaço vivido, espaço dos “usuários”, de quem cria sua representação entre signos e símbolos do espaço. Esses três modelos nos proporcionam pensar o conceito de produção do espaço em seus diversos prismas e assim compreender a organização social estudada, a apropriação do espaço, sobretudo no modelo capitalista de produção, com suas contradições e os papéis dos agentes chaves para tal reprodução espacial.

Essa triplicidade proposta pelo autor revela a análise da produção social do espaço urbano. Como as estruturas espaciais se desenvolvem na configuração no urbano. Para tanto o autor também nos apresenta o conceito de tecido urbano, que o mesmo explica que não se faz apenas como algo posto a cima de um território e sim permite discontinuidades (LEFEBVRE, 2016). O tecido urbano se revela como “proliferação” não só da forma urbana

num dado espaço, e sim, mais precisamente, o modo de vida urbano, as relações urbanas e também a temporalidade. Dessa forma modifica-se o modo de vida e as relações sociais. De acordo com Lefebvre (2016), quando se parte de um olhar da cidade, podemos perceber, nesse sentido, a proliferação das periferias, mais também dos fluxos do urbano, das redes de serviços e das habitações.

Com efeito, as relações sociais realizadas no tecido urbano comportam um sistema de objetos e um sistema de valores. Lefebvre (2016) faz a distinção desses sistemas, mostrando as características mais conhecidas de cada um:

- Sistemas de objetos: água, eletricidade, o gás, carro, televisão, utensílios plásticos e pelo modo imobiliário moderno.
- Sistemas de valores: lazeres ao modo urbano (danças, canções), os costumes, a rápida adoção das modas que se vêm na cidade, a preocupação com a segurança e uma maior exigência sobre a previsão referente ao futuro.

Nesse sentido, se percebe que o tecido urbano não se apresenta apenas na morfologia, na malha urbana, apresenta-se também num “modo de viver”, aquele dito como da sociedade urbana, pois

[...] quando Lefebvre analisa a extensão do tecido urbano, não está se referindo somente à malha urbana de ruas e construções, mas a uma lógica, a um conteúdo social, que é a lógica surgida com a industrialização que leva à prevalência das trocas, da compra e venda e do mundo de mercadoria, do dinheiro e do capital. (SOBARZO, 2006, p. 59)

Conduzirá esta pesquisa no sentido que aqui trata-se do espaço social de uma ilha contida juridicamente a capital paraense. Nessa via, temos o espaço da ilha de Cotijuba como parte do tecido urbano de Belém. No qual esse tecido urbano não se limita apenas a morfologia, pode ser encontrado em contiguidades, e é um “modo de viver” (LEFEBVRE, 2016).

2.1.1 A categoria patrimônio e produção do espaço

Para Choay (2001), a palavra patrimônio, na sua origem, estava ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade enraizada no espaço e no tempo. É um

conceito que vem sendo cada vez mais discutido, e tal discussão faz do patrimônio um importante eixo para obtenção de ações de preservação dos bens representativos, como bens históricos, artísticos, cultural, e ambiental. Alguns autores afirmam que o patrimônio teve sua noção fortificada no século XIX, sob o ideário iluminista, uma vez que o significado de nação estava intimamente atrelado à posse de um território e de uma cultura (NIGRO, 2005). Nesse sentido pode se afirmar que o uso do conceito de patrimônio histórico e artístico fora uma arma de estratégia para assegurar a posse pública de bens culturais, de modo que legitima uma cultura, em nome de uma coletividade, e o mesmo passa a ser usado como uma espécie de documento da história oficial.

A categoria patrimônio está imbricada em um campo conflituoso e complexo, pois “quando o espaço transpõe o tempo na memória social ele torna-se patrimônio, campo conflituoso de representações sócio-políticas” (FIGUEREDO, 2013, p. 56). As questões patrimoniais a partir do século XX adquiriram um papel bastante relevante nas relações sociais, culturais e econômicas no mundo. Gonçalves (2005), atenta para omissão feita à categoria patrimônio, afirmando o destaque que esta adquiriu na formação dos estados-nação, no mais, por tratar-se de uma categoria do pensamento, não ter a devida atenção a sua existência para além da invenção moderna, presente em outros tempos, mas com atributo semântico diferenciado da que possui hoje.

É indiscutível que a categoria patrimônio tenha estabelecido maior visibilidade a partir da criação dos estados nação, no entanto comumente não se é explanado seu caráter milenar, pois se trata de uma categoria de pensamento, que se faz presente mesmo nas chamadas “culturas primitivas” (GONÇALVES, 2005).

Tendo uma visibilidade mais contundente no bojo dos ideários iluministas, a categoria patrimônio herda uma posição extremamente elitista, em que seu modelo de intervenção nas questões de conservação e preservação tem caráter de baixo para cima, ou seja, que delega aos técnicos a eleição dos bens a serem preservados, e suas ações de intervenção (NIGRO, 2005). No entanto as características elitistas sobre o patrimônio passaram a ser questionadas, ganhando maior força no discurso nas décadas de 60 e 70, dando espaço para a chamada “democratização do patrimônio”. De acordo com Nigro (2005), tal democratização surgiu para discutir o distanciamento das instituições de preservação e sociedade, na tentativa de envolver a população nas decisões promulgadas pelas instituições públicas preservacionistas, e quais bens culturais estão sendo selecionados para representar o patrimônio (ver quadro 1).

Quadro 1 - A Democratização do Patrimônio: eventos e seus aspectos e conjuntura

A Democratização do Patrimônio: eventos e seus aspectos e conjuntura.	
Evento	Conjuntura/Aspecto
-A diminuição do distanciamento entre as instituições de preservação e população.	<i>Primeiro momento:</i> corresponde a não participação direta e efetiva da população nas decisões promulgadas pelas instituições públicas preservacionistas
	<i>Segundo momento:</i> sobre o questionamento de quais bens culturais estão sendo selecionados pelas instituições públicas preservacionistas para representar o patrimônio da sociedade.
-Ampliação progressiva do que se considera patrimônio:	<i>Tipológica:</i> Bens ligados à etnologia rural e urbana, práticas culturais, de lazer, arquitetura menor ou popular e a arquitetura industrial passam a ser consideradas também como bens patrimoniais.
	<i>Cronológica:</i> Rompe com a ideia de só considerar patrimônio o que é de passado bastante remoto, incluindo bens correspondentes também da contemporaneidade.
	<i>Geográfica:</i> A patrimonialização não contempla apenas edifícios isolados, mas conjuntos edificadas, bairros, vilarejos, cidades, sítios arqueológicos e naturais.
- Ampliação do público do patrimônio:	<i>Memória social:</i> O estreitamento do vínculo entre memória social e patrimônio impulsiona a articulação de movimentos sociais em defesa da preservação do patrimônio. Juntamente com o direito à memória, o direito ao patrimônio enseja que bens materiais investidos de função mnemônica sejam efetivamente protegidos. (p. 10109)
	<i>Natureza:</i> A aproximação do campo do patrimônio com o movimento ecológico e ao entendimento da natureza como um patrimônio comum, sobretudo na década de 70 em que o discurso em defesa do meio ambiente está mais intenso.
	<i>Patrimônio Comum da Humanidade:</i> após a criação desse título pela UNESCO, supõe a valorização de certos bens culturais e naturais pertencentes a toda humanidade. Os bens são vistos como heranças transmissíveis entre gerações, por intermédio das quais somente o coletivo se tornaria seu proprietário, consolidando, assim, uma riqueza juridicamente comum.
	<i>Turismo cultural:</i> a exploração turística do patrimônio adquire forte influência nas questões de salvaguarda, viabilizando intervenções de conservação de bens. Nessa conjuntura se forma a conciliação do mercado e políticas de preservação.

Fonte: NIGRO, 2005 (Elaborado pela autora).

Diante de tais características, para os discursos contemporâneos, fora preciso criar a categoria de patrimônio imaterial e intangível, de forma que o patrimônio abarque para além da sua definição convencional de monumentos, prédios, espaços urbanos, objetos. O patrimônio passa a abranger festas, espetáculos, lugares, alimentos, músicas etc.

Patrimônio natural também é um conceito que se configura em um desdobramento de patrimônio cultural, portanto todo patrimônio natural é essencialmente um patrimônio cultural. Scifonni (2010) discute uma nova perspectiva para o entendimento da natureza, no que diz respeito ao patrimônio natural, pois este possibilita compreendê-la como parte da vida humana, uma natureza tornada social. A evolução do conceito supera a ideia de apenas as edificações constituírem-se em patrimônio, valorizando assim, outros objetos, mesmo aqueles que expressam outras culturas, dos mais diversos grupos sociais.

O patrimônio cultural segundo Nigro (2010), nos últimos anos vem ganhando uma intensa visibilidade, uma disseminação de consciência patrimonial, talvez uma tentativa de reafirmação do passado, por isso o tema ganha grande visibilidade desde trabalhos acadêmicos a discurso políticos. Segundo Cruz (2012), não há patrimônio que não seja cultural, seja ele material ou imaterial, uma vez que a cultura é uma condição de produção e reprodução da sociedade.

Sabendo que nenhum evento se constitui fora do espaço, a questão espacial sob a ótica do patrimônio permite revelar o “campo de tensões sociais e assim revelar como o passado é lembrado e representado e as implicações que isso tem no presente e na construção das relações de ‘pertencimento’” (NIGRO, 2010, p. 69). Para Paes (2009), o patrimônio cultural está para além de apenas expressão da sociedade, o patrimônio cultural

(...) movimenta, aviva, põe em evidência as passagens, as vias de acesso entre o material e o simbólico, entre o sujeito e o seu meio, entre uma razão prática e uma razão simbólica. O patrimônio cultural torna-se um fato social (PAES, 2009, p.163).

Na perspectiva de diversas discussões a respeito do patrimônio cultural podemos destacar o qual lhe emprega como forma de mercadoria, em que por meio de apropriações acabam expressando o interesse de alguns setores públicos e até mesmo privados, podendo ou não acarretar em processos de segregação sócio-espacial, o qual em grande medida pode-se identificar ocorrências em inúmeras áreas centrais urbanas.

O consumo do patrimônio cultural se estabelece como tais espaços são usados e apropriados, tanto por moradores locais quanto pela esfera pública no âmbito do planejamento

urbano. Os projetos de renovação urbana denominados por revitalização, gentrificação⁶, requalificação, refuncionalização⁷ e enobrecimento são formas de intervenções urbanas produtoras, em alguns casos, de segregação espacial, fazem de espaços antes deteriorados e abandonados, espaços disputados por atividades nobres do comércio (PAES-LUCHIARI, 2005). A valorização de bens patrimoniais implica na conservação e preservação destes por parte dos órgãos públicos, e sua dimensão funcional pode sofrer constantes variações, adaptações às finalidades do presente, principalmente aos interesses de cunho mercantil decorrentes de sua valorização política (CIFELLI, 2010). É nessa perspectiva torna-se interessante, quiçá inevitável, tratar da categoria patrimônio relacionando-o com a apropriação do espaço, em todos os casos, para além da apropriação, a produção deste no âmbito do ordenamento territorial.

A utilização da geografia para a análise do patrimônio cultural desenvolvida por Cifelli (2010) utiliza o referencial analítico que estrutura o método geográfico⁸ para subsidiar a compreensão evolutiva das formas de produção e organização do espaço, apoiada na relação entre a forma e sua função, atrelada à variação da estrutura social ao longo do processo histórico. Considerando os bens patrimoniais como produtos históricos culturais, que nos remete à noção de memória, identidade e tradição. Entendendo a função das formas no bojo de uma estrutura social estabelecida, podemos compreender o processo histórico. E admitindo as formas patrimoniais, como materialização do tempo no espaço, suas funções podem ou não obter diversas mutações de acordo com a estrutura social em que se encontra no presente. Esta variação das funções condicionam os valores atribuídos às formas, os valores de uso, econômico, estético, e sentimental, os quais variam subordinados as necessidades individuais e coletivas (CIFELLI, 2010).

A disseminação da preservação da memória é um fator também muito relevante nas questões de produção e organização espacial a medida que por meio da patrimonialização, segundo Paes (2010), nos remete questões importantes sobre a organização de nossa

⁶ De acordo com Bernhardt (2005), a gentrificação pode ser considerada como um tipo de revitalização, mas um tipo específico com suas próprias lógicas mercadológicas e de lucratividade. É uma espécie de emburguesamento” de bairros que já possuem suas próprias características, tradições e práticas culturais. Um fator fundamental para entender a gentrificação é que sempre implica num deslocamento da população original.

⁷ Segundo Paes-Luchiari (2005), refuncionalização designa qualquer intervenção urbana que visa à renovação das formas.

⁸ O método geográfico exposto por Santos (2012), utilizando as *Formas* como o aspecto visível de uma coisa; *Função* sendo a atividade esperada de uma forma; *Estrutura* sendo o modo de organização ou construção e o *Processo* como uma ação contínua desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo e mudanças.

sociedade no presente, sobre a atual valorização das coisas, das paisagens e das heranças históricas substanciadas no espaço. Cruz (2012) discute a “patrimonialização do patrimônio”, em que este, mais intensamente empregado no Brasil no início do século XX, propõe a institucionalização de mecanismos de proteção do chamado patrimônio cultural, desenvolvida a partir da afirmação de um reconhecimento de identidade nacional, e com um suposto receio coletivo de assistir à substituição de um dado patrimônio por outro.

Essa maior atenção a categoria é resultado das grandes transformações que ocorreram na sociedade a partir do século XX. Jeudy (2005) discute o advento de uma espécie de “dever de memória” que se lançou na estrutura social ocasionando um processo intenso de culto ao patrimônio e ao reconhecimento de uma memória coletiva que é proibida de ser esquecida. Nessa via, este autor afirma que:

Para além de seu objeto, trata-se, pois, do princípio da transmissão em si, transmitido como um ato e um dever coletivo que ninguém tem o direito de contestar. Este formalismo da transmissão acentuou-se a ponto de tornar puramente maquinal o ato de transmitir, concedendo-lhe um valor simbólico enunciável, que pode ser gerado e indefinidamente reproduzível (JEUDY, 2005, p.17).

Ainda de acordo com Jeudy (2005), os processos de patrimonialização já estão consolidados, agora o que restam são os processos de salvaguarda do que foi “protegido”. A cada tempo histórico, os bens representativos vão ganhando novos usos e funcionalidades, haja vista que a produção e reprodução do espaço urbano vai adquirindo novas nuances com o passar do tempo. Assim a preservação patrimonial também vai assumindo novas funcionalidades e o que antes designava referenciais de uma construção de nacionalidade, hoje cada vez mais se encontram envoltos a novos “estímulos da cidadania, de territorialização e reterritorialização de grupos, e somam-se, ainda, a intervenção dos interesses do mercado” (SERRANO, 2007, p. 10).

Nessa via, podemos discutir a respeito das apropriações do patrimônio cultural, uma vez que as intervenções urbanas não se dão de forma homogênea, abrangem apenas áreas de maior atratividade turística, paisagens, que pode ser rentável para os investidores do local e global, ou até mesmo “mudam-se as funções dos lugares para transformá-los em espaços museológicos, muitas vezes investindo-se recursos públicos vultosos e retirando, além da função, a vida cidadã existente nesses espaços” (MENESES, 2012, p. 32). Há exemplos por todo Brasil de Centros Históricos nos quais alguns recortes dos mesmos foram refuncionalizados, fazendo desses espaços arquipélagos de “ilhas de espetáculos” a serem

ofertados dentro de um espaço maior muitas vezes tombado, ou até mesmo apenas considerado como espaços do patrimônio cultural.

A análise geográfica estabelecida por Cifelli (2010), para compreender a atual importância do patrimônio cultural na organização sócio espacial, nos apresenta uma intensa renovação urbana apoiada no discurso patrimonialista. E com o discurso de preservação e resgate de um patrimônio que pode estar na esfera tanto material como imaterial. Observamos em grande evidência a disseminação de valorização destas áreas, uma forma de valorização de espaços que de alguma maneira possui uma referência simbólica para a cidade, uma vez que

Tais referências simbólicas se manifestam na paisagem de diversas maneiras, mas, em geral, estão ligadas a formas arquitetônicas ou aos traçados urbanos que se associam às origens e aos antepassados da cidade, como igrejas, ruas, praças, prédios públicos etc., tornando os mesmos em espaços estratégicos, seja do ponto de vista de sua funcionalidade, seja do ponto de vista de seus referenciais simbólicos. (TRINDADE JÚNIOR, 2008, p. 147).

Essa valorização está relacionada ao apelo turístico que os espaços de memória carregam. A relação do patrimônio com turismo proporciona cada vez mais uma nova organização do espaço. O consumo turístico dos espaços patrimonializados demonstra uma nova perspectiva de apropriação da cidade. A atividade turística ao passar dos anos vem apresentando mudanças. De acordo com Bertonecello (2010), a atividade vem recebendo novas modalidades, com atrativos diferenciados e se distanciando, as vezes, das características do turismo de massa. O turismo cultural seria um exemplo dessa nova forma de fazer turismo que têm, em grande medida, o patrimônio como principal atrativo.

No lugar de uma paisagem deteriorada, em alguns casos abandonada, nasce um centro histórico “revitalizado”. Segundo Paes-Luchiani (2005), o termo revitalização é muito criticado por pressupor que antes da intervenção da renovação urbana, não havia vida nessas áreas, o que contrasta aos centros ocupados por classes populares. Nessas áreas o que ocorre é uma requalificação, onde os espaços passam a projetar conteúdos sociais e culturais locais, de forma que esses espaços tornam-se atrativos turísticos para as cidades (TRINDADE JÚNIOR, 2008).

Assim a cidade ganha novos usos apoiada, em grande medida, sob forma do Planejamento estratégico⁹, o que pode acarretar em diversos conflitos, a área central passa a

⁹ Planejamento estratégico consiste num modelo que submete as cidades às mesmas condições de uma empresa, articulado com as agências multilaterais, e consultores internacionais, pregam a questão do marketing urbano, em uma produção agressiva de competição entre as cidades (SOUZA, 2008).

ser mercadoria da cidade para o consumo do turismo cultural. Nesse sentido Paes-Luchiari (2005, p. 8175) afirma:

Estas novas territorialidades urbanas centrais, ao se apropriarem das formas que encerram longos processos de representação social, provocam rupturas na identidade coletiva local e subvertem o caráter público desses bens históricos. Como exemplo podemos citar os projetos de revitalização dos centros históricos de muitas capitais, sobretudo do Nordeste brasileiro, onde as populações locais mais pobres foram desapropriadas de suas antigas territorialidades para dar lugar a centros culturais, restaurantes, bares, cafés, shoppings, hotéis, casas de espetáculos, lojas de *souvenirs*, ateliês, acessíveis apenas às populações de alto poder aquisitivo.

Aos novos referenciais simbólicos que a cidade e espaços do patrimônio vão adquirindo, somam-se outras formas de conceber a cidade. As ressignificações vão ocorrendo naturalmente e o patrimônio vai ganhando novos conteúdos, muitas vezes completamente distintos dos quais carregavam antes. A produção espacial, representada pelo vivido e usos cotidianos vai repertoriando à sua maneira a simbologia e apropriação dos bens referenciais de memória na cidade. A proteção patrimonial, em grande medida, ressignifica os usos e apropriações dos bens na cidade, articulando, então novos olhares cotidianos. Portanto “quanto mais a cidade escapa à representação, mais ela provoca uma apropriação imaginária do espaço” (JEUDY, 2005, p. 83).

Todas estas formas de mercantilização dos centros históricos, ditos como espaços de consumo de patrimônio cultural, de alguma maneira são alvo de conflitos entre eventos, serviços e os moradores. A questão do conflito entre valor de uso e valor de troca remete a esses espaços a apropriação e a dominação, admitindo então, a utilização da categoria território para realizar a compreensão das relações de poder, e as múltiplas territorialidades, nos quais os territórios

[...] em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca. (HAESBAERT, 2003, p. 20)

Assim podemos discutir a respeito das apropriações do patrimônio cultural, uma vez que as intervenções urbanas não se dão de forma homogênea, abrangem apenas áreas de maior atratividade turística, paisagens, que pode ser rentável para os investidores do local e global. Ou até mesmo “mudam-se as funções dos lugares para transformá-los em espaços

museológicos, muitas vezes investindo-se recursos públicos vultosos e retirando, além da função, a vida cidadã existente nesses espaços” (MENESES, 2012, p. 32). Há exemplos por todo Brasil de Centros Históricos nos quais alguns recortes dos mesmos foram refuncionalizados, fazendo desses espaços arquipélagos de “ilhas de espetáculos” a serem ofertados dentro de um espaço maior muitas vezes tombado, ou até mesmo apenas considerado como espaços do patrimônio cultural.

Costa (2015) trata da *Patrimonialização global* a definindo como um processo que ressignifica os lugares da cultura e da natureza em escala planetária, pressupondo a cenarização, espetacularização e a banalização dos lugares promovidos pelo Estado no âmbito do capital. Nesse bojo, discutem-se as estratégias de marketing urbanos onde desencadeiam as “novas” cidades na geopolítica da rede global do turismo (COSTA, 2015). Esse novo ordenamento territorial que obedece às primazias do consumo global do patrimônio, sendo sustentado pela perspectiva de Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, reconfigura as funcionalidades no território contribuindo para os jogos de poder na teia territorial, no sentido de desterritorialização e de surgimentos de novas territorialidades. No âmbito da dialética entre o global e local as horizontalidades, em grande medida, ganham papel fundamental para a manutenção da vida cotidiana nas cidades históricas.

O ordenamento territorial obedecendo às normas universais, na verdade, ancorado em uma proposta de dominação simbólica pelos agentes hegemônicos, engendra a *dialética da construção destrutiva*, que pressupõe a preservação de patrimônio e paralelamente desenvolve a possibilidade da apropriação para o valor de troca dos territórios, amparados pelos *arquitetos do mundo*, representados por grandes bancos e agências multilaterais.

No entanto, também há o uso e a apropriação do patrimônio em espaços que não necessariamente foram refuncionalizados, ou preparados para a mercantilização, o patrimônio, em grande medida mais apropriado pela comunidade local, em que seu uso se confunde com o cotidiano de seus usuários. A discussão entre Patrimônio cultural, cidade e ordenamento territorial contribui no sentido de compreender os mais diversos usos de um determinado espaço de consumo do patrimônio cultural, as novas funções estabelecidas nas formas pretéritas consideradas patrimônio da cidade, as apropriações nas rugosidades espaciais, e as mudanças no espaço geográfico, tanto em sua morfologia, quanto do ponto de vista das funções e dos processos (SANTOS, 2009).

2.2 Patrimônio natural: entre o conceito e as contradições do processo de patrimonialização

Para Scifoni (2010), o patrimônio natural muito mais que testemunhos de uma vegetação nativa, intocada, é parte da memória social e incorpora paisagens que são objeto de uma ação cultural pela qual a vida humana se produz e reproduz, legado cultural a ser deixado às gerações futuras. Esse entendimento de patrimônio voltado para a natureza surge de uma ramificação do conceito de patrimônio cultural, onde nas políticas de regulamentação do patrimônio, esta categoria é tratada no âmbito das políticas culturais.

A trajetória do patrimônio natural no âmbito da discussão sobre a tutela institucional possui diversas nuances no aspecto de como a própria natureza teve sua representação perante as instituições de proteção. De acordo com Scifoni (2006), a ideia de natureza, incorporava dois aspectos distintos: o da monumentabilidade e intocabilidade, proteger a natureza requeria não permitir usos e a apropriação da mesma e o outro aspecto é representado pela ação social reivindicando o processo de patrimonialização de bens que representasse a memória coletiva (ver quadro 2).

Quadro 2 - A Trajetória da ideia de Patrimônio Natural

A TRAJETÓRIA DA IDEIA DE PATRIMÔNIO NATURAL			
Planos da constituição de ideia da categoria	Ideia de patrimônio natural	Tratamento	Função
Plano mundial	- Patrimônio natural como grandiosidade - Beleza - Monumentabilidade - Preocupação estética	- Intocabilidade - Não permite intervenção humana	- Algo que se quer recordar - Função memorial
Plano nacional regional	- Conquista da sociedade - Memória coletiva - A paisagem como patrimônio natural	- Luta pela apropriação social do espaço - Contra lógica produtivista que	- Resguardo de determinadas condições de usos dos espaços de vivências e do

		valoriza o construído	cotidiano - Resguardo de “espaços residuais”
--	--	-----------------------------	--

Fonte: SCIFONI, 2006 (Elaborado pela autora).

Apesar das discussões acerca do patrimônio natural serem recentes e ainda não muito expressivas, as discussões institucionalizadas sobre a categoria datam da passagem do século XIX para o século XX. De acordo com Scifoni (2006) a ideia de patrimônio natural teve sua repercussão internacional a partir das discussões sobre patrimônio alavancadas pela UNESCO em 1970.

E no Brasil, ao reconhecer o patrimônio natural como espécie do gênero patrimônio cultural, isto é, todo patrimônio natural é essencialmente cultural, a cultura seria o fator fundamental para estabelecer a diferença entre patrimônio natural e as demais medidas de proteção e gestão do Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC. Isso porque,

[...] o Patrimônio Natural implica entendimento da natureza como parte do legado cultural a ser deixada às futuras gerações, concepção que aparece como fruto da evolução da própria ideia de patrimônio cultural quando se superou a visão tradicional centrada no monumento ou obra excepcional, para reconhecer a importância daquilo que é a expressão típica das culturas, entendidas como produto de uma relação que é estabelecida com a natureza [...] (SCIFONI, 2012, p.175).

No âmbito das medidas protetivas do patrimônio natural o tombamento é o instrumento regulador e normatizador do uso do território. Esse instrumento é representado pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN e tem sua legislação de proteção instaurada no decreto-lei de 25 de 1937. O conceito de Patrimônio Natural sugere a proteção ao ambiente, ao patrimônio arqueológico, o respeito às populações tradicionais e à diversidade cultural.¹⁰ No campo do Patrimônio Natural o IPHAN utiliza a categoria Paisagem Cultural, que muito se aproxima ao conceito trabalhado por Scifoni (2012), é chancelada conforme Portaria IPHAN nº 127/2009. Com efeito, para o IPHAN paisagem cultural é: “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou

¹⁰ Disponível em: < <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/414>>. Acesso em: 29 de fevereiro de 2015.

atribuíram valores”¹¹. No mesmo documento é apresentado também sobre a finalidade e eficácia da referida chancela conforme a seguir:

Art. 2º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal. Art. 3º. A chancela da Paisagem Cultural Brasileira considera o caráter dinâmico da cultura e da ação humana sobre as porções do território a que se aplica, convive com as transformações inerentes ao desenvolvimento econômico e social sustentáveis e valoriza a motivação responsável pela preservação do patrimônio (IPHAN, 2009).

Nesse sentido, ao analisarmos o contexto histórico do IPHAN, percebemos que a forte dependência de regulamentação de patrimônios diferentes de monumentos históricos se modificou lentamente no país, ainda assim constatamos que no âmbito de regulamentações, a categoria Patrimônio Natural ainda não possui um livro de tomo próprio. Todavia, de acordo com Vieira Neto (2012), esta categoria teve sua representação mais perceptível dentro do IPHAN na década de 1980, e em 1985 fora criada a Coordenadoria de Patrimônio Natural que durou de 1985 a 1990. Atualmente, mesmo sem um livro de tomo específico, vale destacar o que está sujeito à regulamentação pelo IPHAN conforme Decreto-Lei nº 25, de 30 novembro de 1937:

Art. 1º - Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. §1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei. §2º Equiparam-se aos bens a que se refere o presente artigo e são também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana. (BRASIL, 1937, *grifo nosso*).

Assim, ainda que dotados de características eminentemente naturais em sua expressividade, os bens apresentados no §2º do artigo 1º do dispositivo legal ora em questão são passíveis de tombamento pelo IPHAN. Isso porque essa espécie de tombamento poderia constar no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, pois como afirma Magalhães (2013), conforme artigo (e respectivo parágrafo) do Decreto-Lei 25/1937 mencionado acima, pode-se perceber que sua utilização foi reservada principalmente aos bens, monumentos, sítios e paisagens naturais.

¹¹ IPHAN, Portaria Nº 127, de 30 de abril de 2009. Publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 5 de maio de 2009.

Essa regulamentação nos permite pensar os bens naturais tais quais os bens patrimonializados como patrimônio cultural por um órgão regulador estão inerentes ao processo conflituoso que o uso e apropriação do espaço carrega. Como afirma Serrano (2007), o turismo, na sua perspectiva, potencializou o processo de valorização econômica das áreas naturais, produzindo novas territorialidades nos lugares que são considerados atrativos, e esses lugares passam a ser bens simbólicos distintos que povoam o imaginário social na esfera do consumo, potencializando os conflitos e contradições no espaço.

Nesse sentido que Paes-Luchiari (2007, p. 26) afirma:

[...] buscar entender a classificação das paisagens naturais com base no julgamento de valor empreendido pelo olhar e pelos interesses do turismo pressupõe a interpretação de uma prática social e de uma atividade econômica que organiza, normatiza, seleciona, fragmenta e dá uma nova dinâmica ao uso do território.

As contradições do processo de patrimonialização demonstram diversas nuances na compreensão da apropriação do espaço e da salvaguarda de um bem. Scifoni (2010) afirma que como um produto da conquista da sociedade, o patrimônio natural, por meio de luta pelo espaço geográfico, se configura na luta por uma outra lógica de produção de cidade, priorizando o valor de uso em detrimento do valor de troca. No entanto, a valorização econômica de um bem natural considerado atrativo desencadeia o mesmo processo político e econômico de organização e planejamento do território a partir do consumo dos espaços. Assim a mercantilização do patrimônio também é constituída nos patrimônios naturais gerando o processo conflituoso pela apropriação dos espaços.

Vale destacar que a ilha de Cotijuba não é categorizada como Patrimônio Natural, no entanto, consta nos instrumentos de zoneamento territorial municipal, pois a ilha consta apenas do ordenamento territorial estabelecido no Plano Diretor de Belém de 2008 que estabelece um macrozoneamento cujo art. 79 divide a capital paraense em: Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU) e Macrozona do Ambiente Natural (MZAN). Numa tentativa de investigação e análise sobre restrição de uso e ocupação em Cotijuba, fora identificado que a mesma se encontra na MZAU, que abarca toda a porção continental e porções urbanizadas de três ilhas, dentre elas Cotijuba. Mas também na MZAN, que abrange áreas não urbanizadas das ilhas de Caratateua, Mosqueiro, Cotijuba e o restante das ilhas do Município e a Área de Proteção Ambiental dos Mananciais de Abastecimento de Água de Belém - APA-Belém. Conforme art. 81 do Plano Diretor em referência,

São diretrizes da Macrozona do Ambiente Urbano (MZAU): I - viabilizar atividades socioeconômicas compatíveis com o desenvolvimento sustentável, valorizando a paisagem e a proteção do meio físico, como elemento fundamental da paisagem urbana (BELÉM, 2008).

Entretanto, é na Macrozona do Ambiente Natural que encontramos diretrizes que caracterizariam restrição de uso e ocupação:

Art. 85. Na Macrozona do Ambiente Natural (MZAN) somente poderão ser desenvolvidas atividades ligadas a: I - agricultura, em pequena escala ou de produção familiar; II - extrativismo vegetal e extração mineral em áreas previamente definidas pelo Poder Público, respeitadas as premissas legais e normas ambientais vigentes; III - pesca e criação de espécies aquáticas, respeitadas todas as premissas legais; IV - turismo ecológico, cultural e de aventura; V - esportes náuticos, desde que não coloquem em risco os ecossistemas aquáticos; VI - lazer e contemplação; VII - habitação unifamiliar de baixa densidade e núcleos tradicionais familiares; VIII - atividades de ensino e pesquisa compatíveis; IX - serviços e equipamentos públicos de caráter local (BELÉM, 2008).

No Plano Diretor de Belém também consta o Zoneamento Especial (art. 100), que consiste em áreas carentes de tratamento específico e definição de regulação de uso e ocupação do solo (BELÉM, 2008). O artigo 108 por sua vez inclui a ilha de Cotijuba no âmbito da Zona Especial de Interesse Ambiental (ZEIA) que “são espaços livres ou ocupados, de domínio público ou privado, cujos componentes do ambiente natural assumem função de interesse público, por serem fundamentais para a manutenção do equilíbrio socioambiental do Município”. Cotijuba integra essa ZEIA representada pelas regiões de lagos da ilha e respectiva orla cujas diretrizes constam do art. 110 deste Plano Diretor:

IV - criar e implementar novas áreas para parques, praças e unidades de conservação; V - valorizar a integração existente entre o patrimônio natural e o patrimônio construído; VI - garantir, por meio de políticas públicas apropriadas, a reprodução física e cultural das populações tradicionais que ocupam essas áreas; VII - garantir o controle das atividades de extração mineral; VIII - integrar as unidades de paisagem limítrofes do Município de Belém, às áreas de proteção do município limdeiro, em caráter de proteção ambiental metropolitana; IX - preservar as áreas de matas ciliares, margens de cursos d’água e maciços vegetais ainda livres de ocupação (BELÉM, 2008).

Segundo ainda o Plano Diretor de Belém, Cotijuba possui também uma Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEIP), representada pelo Educandário Nogueira de Farias e seu entorno. Conforme artigo 114, as Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural são:

[...] áreas formadas por sítios e conjuntos arquitetônicos de valor e significância cultural, de relevante expressão artística, histórica, arqueológica e paisagística, que requerem preservação e reabilitação ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto (BELÉM, 2008).

Ao analisar o Plano Diretor de Belém, percebemos carecer de medidas mais claras e objetivas para preservação ambiental da Ilha de Cotijuba. Apesar de caracterizá-la como um lugar de importância tanto ambiental quanto cultural em seu ordenamento territorial, ainda não fora implementada nenhuma regulamentação que de fato atribuísse alguma restrição de uso e ocupação do solo com o intuito e objetivo de preservação ambiental da ilha. Isso porque o texto do Plano Diretor (2008) prevê por meio de instrumentos de ordenamento territorial (Macrozonas do Ambiente Natural e Zona Especial de Interesse Ambiental), diretrizes de controle ambiental que, de modo geral, já estão previstas na legislação ambiental brasileira, como “garantir o controle de atividades de extração mineral” (art. 110, VII) e “preservar as matas ciliares e margens de cursos d’água” (art. 110, IX), ou seja, normas gerais que já vigoram para a manutenção da ordem ambiental territorial, ao invés de normas e instrumentos específicos de proteção e manejo ambiental aplicáveis à realidade socioambiental de Cotijuba.

Assim como a divisão de zonas do plano diretor confere a ilha dividida em espaços naturais e urbanos, a análise da produção do espaço de Cotijuba demonstra também as heterogeneidades da reprodução social na ilha, denunciando, a partir do processo de metropolização de Belém, as características peculiares de uma ilha amazônica ligada eminentemente a uma metrópole.

3 A PRODUÇÃO SOCIAL DO ESPAÇO NA ILHA DE COTIJUBA

Neste capítulo faz-se uma abordagem teórica sobre o conceito basilar dessa pesquisa que é a produção e reprodução social do espaço. Tratando o espaço como instância social apoiados em Santos (2009), faremos uma análise sobre a produção do espaço em Belém, ilha de Cotijuba e o processo de insularidade. Também realiza-se uma discussão tratando da perspectiva histórico-geográfica da ilha de Cotijuba e a produção do espaço. Atentando para uma periodização da história da ilha e suas características de uso e apropriação.

3.1 A produção do espaço e patrimônio natural: uma abordagem a partir da realidade de Belém

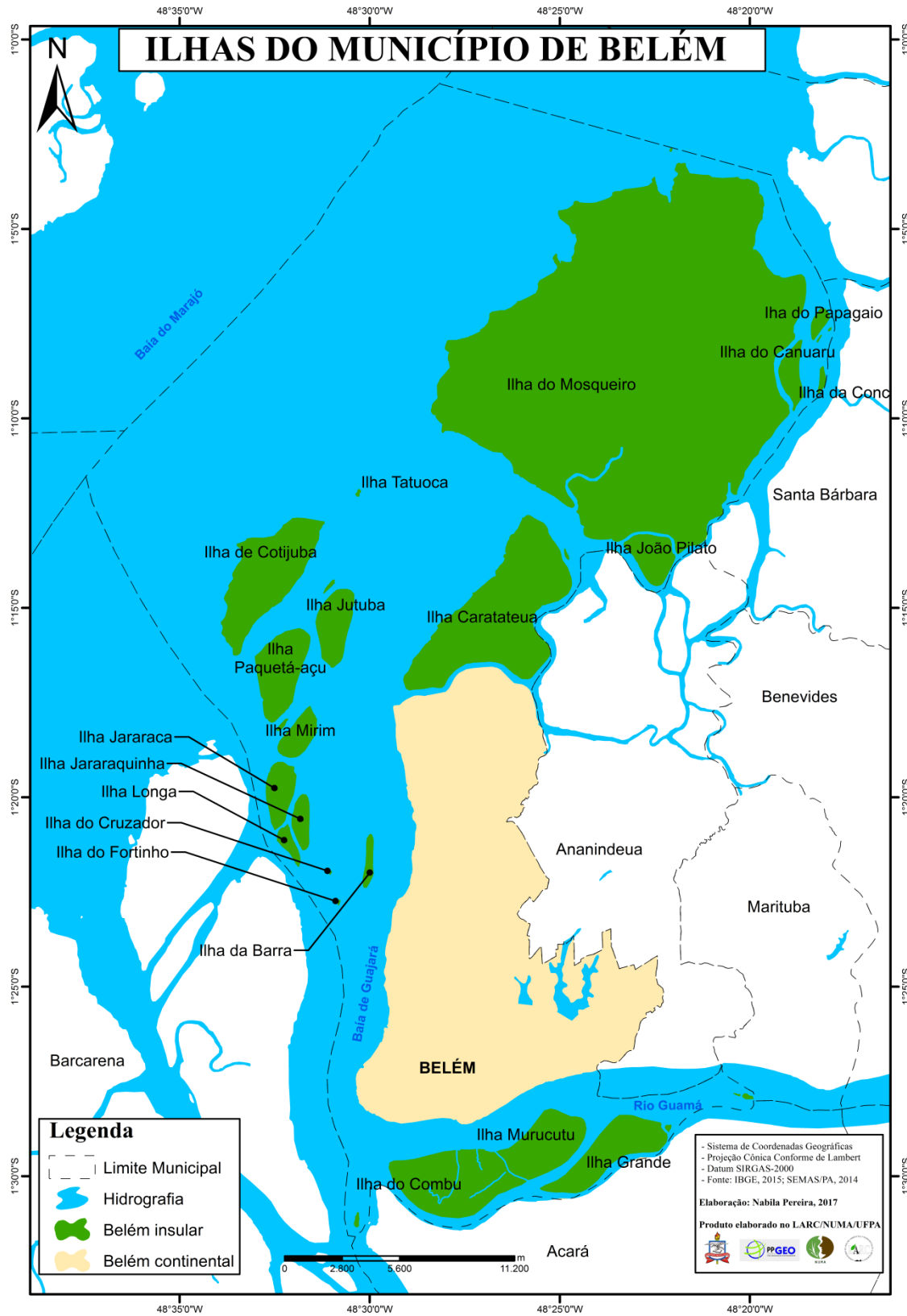
Quando neste trabalho se propõe tratar do espaço de Belém e suas ilhas, é conveniente destacar que o espaço aqui tratado é essencialmente o espaço social, aquele que não existe sem a presença humana, que não é produzido e reproduzido senão pelas relações sociais. O espaço aqui tratado não se prende apenas nas formas e sim inerentemente ao seu conteúdo, o que lhe dá a qualidade de espaço social. Aquela que Santos (2009) chamou de sistema indissociável de objetos e ações e que permanece em constante processo de transformação (SANTOS, 2012). Com efeito, para o auxílio dessa análise, concordamos com Santos (2012) que a atenção às categorias propostas por este autor nos dá uma melhor compreensão da realidade. Tais categorias são compreendidas a partir de uma análise integradora e se configuram em: *forma*: seria a aparência de algo, um objeto geográfico, ou mesmo um substrato material (SOUZA, 2013) e não se explica isoladamente as outras categorias; *a estrutura*, seria o modo de organização e construção em que a forma está inserida; *a função*, a atividade que se espera de uma forma inserida em uma certa estrutura e todos esses aspectos designados em um determinado *processo* histórico.

Com efeito, essas categorias de análise permitem construir subsídios para uma análise que permita se chegar mais próximo à totalidade do fenômeno estudado. Essa busca pela totalidade nos revela o esforço metodológico de compreender os fenômenos para além das paisagens, buscando seu movimento, como nos propõe a dialética, assim estamos diante a análise do espaço geográfico, da totalidade se totalizando (SANTOS, 2009).

É nesse sentido que compreendemos o espaço de Belém e suas ilhas em que 65,64% da extensão territorial é composto por ilhas e apenas 34,36% é o total da porção continental (ver mapa 1), como uma cidade que nasce em meio à floresta amazônica, às margens do rio e teve seu processo de urbanização ligado inicialmente a temporalidade que as condições do seu aspecto natural lhe propiciaram.

Sua localização geográfica estratégica demonstra o início de formação de uma cidade amazônica que passou por diversos períodos marcantes para a história da urbanização na Amazônia e organização socioespacial de uma cidade na floresta. No entanto, a urbanização de Belém não pode ser compreendida isoladamente, sem fazer relação com o processo de produção ocorrente no restante do país e no mundo, ou seja, a estrutura a qual estava inserida e seu processo histórico.

Mapa 1 - Ilhas do Município de Belém



Fonte: LARC/UFPA, 2017 (Organizado pela autora).

Com efeito, a produção do espaço urbano de Belém pode ser apreendida como embrião na ocupação do colonizador, que data do século XVII, em 1616 com a chegada de portugueses no território, no mais, convém salientar da presença indígena que aqui já habitava e essa presença se caracterizava em uma ocupação que não se configurava em aglomeração (OLIVEIRA; SCHOR, 2008). O conflito entre colonizador e nativo propiciou uma organização espacial constituída por fortes, que além de serem construídos em locais geograficamente estratégicos, onde se podia ter o controle da entrada e saída do vale amazônico, também estavam dispostos em locais de maior concentração da população indígena, e dessa forma era útil a impedir o contato destes com outras nações europeias (TAVARES, 2008).

O papel das missões religiosas também foi de extrema relevância para o controle do território, a medida em que no processo de catequização obteve o controle ideológico e assim uma espécie de pacificação no contato e exploração do nativo. Nesse sentido que Porto-Gonçalves (2010) discute a colonização amazônica pela “cruz e a espada”, em que a cruz representa o papel das diversas missões religiosas no processo de colonização, exploração e organização espacial, e a espada no sentido de representar quão foi conflituoso e de uso de dizimação dos povos indígenas para realização do projeto de colonização e fundação da cidade.

De acordo com Miranda (2015), na época da colonização os indígenas que habitavam a região que hoje é denominada de 'estuarina', eram considerados por outras etnias como “povos das águas”. E foi nesse cenário que nasceu a cidade de Belém e aos poucos foi-se constituindo uma rede urbana em meio a floresta e rios, com destaque para os embriões de novos núcleos urbanos formados pelas então aldeias missionárias as quais as missões religiosas tem um papel fundamental na origem de diversos municípios do estado com características semelhante a Belém, pois nos seguintes anos logo após a colonização no século XVII a economia extrativista era baseada nas chamadas “drogas do sertão”, produtos que tinham um valor importante na Europa e para a captura desses produtos a mão de obra indígena seria indispensável, uma vez que eram eles que conheciam como ninguém a mata a dentro.

Nesse sentido que Corrêa (1987) destaca a organização espacial de Belém e outros demais núcleos populacionais apoiados em três características: a mão de obra indígena, que seria o elemento mais relevante para a nova organização econômica que estava se instalando; fortes, para a proteção contra invasores e também controle da mão-de-obra nativa; as aldeias missionárias, que foram responsáveis por muitos núcleos populacionais, hoje considerados

municípios, com o trabalho de catequização dos nativos e também responsáveis pela organização das atividades extrativistas e seu fluxo para com Belém.

Essa economia extrativista baseada nas drogas do sertão coletadas pelos indígenas tinha que chegar ao mercado consumidor que era na Europa, portanto ela exigia uma espécie de rede para a circulação dessa mercadoria entre os novos núcleos populacionais e Belém, assim então embarcasse para Lisboa. Nessa via, Corrêa (1987) propõe a rede urbana amazônica, destacando para essa circulação das drogas do sertão apoiadas em uma rede urbana dendrítica. Então, ao afirmar a primeira via de circulação e o embrião da rede urbana amazônica pelas águas, temos Belém como uma cidade ribeirinha até meados do século XX com a chegada das rodovias (GUERRA, 2015).

Com efeito, não é objetivo nosso fazer uma periodização minuciosa da rede urbana na Amazônia, nem dos processos de produção do espaço que deram origem a configuração da rede urbana complexa que temos atualmente. E sim, tentar compreender a produção do espaço através dos rios e sem perder de vista que apesar de toda a complexidade da rede urbana atual, a circulação hidroviária ainda é muito comum na rede urbana de Belém com diversos municípios, evidentemente também com as ilhas integrantes da capital. Que por sua vez, possui em sua dimensão espacial significativa quantidade de ilhas, nas quais muitas delas ainda reproduzem o modo de vida ribeirinho e coexistem no processo de contiguidade de uma urbanização desordenada e uma ruralidade que se reproduz na temporalidade dos rios.

Nesse sentido, compreender a importância do rio no processo de produção do espaço nos ajuda a construção da análise da insularidade de Belém. Como descrito por Moreira (1966, p. 63) “Belém não deve às águas apenas uma parte de sua beleza, mas a sua própria modelação. Não só no plano geográfico, como no plano histórico, a água é o elemento dinamizador da cidade”.

Nesse sentido, a dinâmica que se configurou tanto nos fluxos quanto nos fixos do espaço urbano de Belém teve seu embrião pelas águas e sua organização do espaço configurando a diversidade das relações aqui estabelecidas por espacialidades e temporalidades distintas e integradas. Embora as discussões sobre a importância do rio na configuração e produção do espaço seja uma tônica, convém salientar que aqui não estamos fazendo uma leitura determinista do processo espacial e afirmando o rio como condutor de todo processo. Como já exposto, na busca por uma análise da totalidade, o rio se configura numa parte para análise do todo.

No âmbito do *espaço concebido*, o rio já adquiriu diversas centralidades, e atualmente acompanhando uma tendência da produção do espaço urbano que em que a memória e a

cultura apresentam-se com um forte potencial para se estabelecer imbricada nos projetos de intervenções urbanas (TRINDADE JÚNIOR, 2008). É a cultura ribeirinha e a relação da cidade com o rio que se configura uma nova centralidade nas intervenções de Belém. Como um fator legitimador de uma cultura local dentre uma tendência global, o rio apresenta-se agora como um símbolo da metrópole da Amazônia e sua contemplação passa a ser valorizada. De acordo com Trindade Júnior (2008), o centro da cidade já assumiu centralidades em que esteve de costas para o rio, como forma de negação da cidade ribeirinha. Mas o presente momento, como reapropriação das áreas centrais do espaço urbano, o rio se destaca com forte papel no cenário urbano e a paisagem beira rio passa a ter um forte apelo turístico.

Fotografia 1 - Forte do Castelo revitalizado, espaço turístico no centro histórico de Belém



Fonte: Arquivo GGEOTUR, 2011.

No âmbito da disseminação das novas tendências nos centros urbanos, Trindade Júnior (2013, p. 419) afirma que:

Assim, a dimensão arquitetônica, a histórico-cultural, mas também a paisagem dita natural, notadamente o rio - que traz em si uma forte dimensão cultural relacionada à vida amazônica -, prestam-se à composição das novas formas de produção do espaço que pressupõem a lógica da requalificação urbana. Diz respeito a uma perspectiva

bastante acentuada e difundida nos dias atuais em experiências que convergem para discursos muito similares, ainda que as cidades, e em especial suas áreas centrais, sejam diversas e plurais.

No entanto esse projeto de renovação urbana mostra-se contraditória no sentido de não conceber de fato as relações e modo de vida sugeridos em um planejamento urbano. Embora as tendências estejam ali incorporadas e fixadas no espaço, seu usos e representações não coadunam com espaço vivido. Para Trindade Júnior (2013), as estratégias econômicas pensadas para essas intervenções revelam uma cidade cenográfica, em que seus usos cotidianos não estão sintonizados as práticas representadas nas intervenções como símbolo da cultura e memória urbana.

Enquanto o rio adquiriu a potencialidade que chama a atenção para projetos de intervenção que “organizam o espaço” para a contemplação e para o mercado turístico na paisagem amazônica beira-rio, seus usos e apropriações cotidianas, em grande medida, estão dispostas em entrepostos, mercados, portos (ver fotografia 2, a praça Princesa Isabel, no bairro do Jurunas, uma das opções de embarque de travessia para Ilha do Combú), palafitas, práticas socioespaciais que não condizem com a imagem de contemplação e de forte valor simbólico que o ordenamento da cidade tenta passar e nessa via, essas apropriações e usos passam a ser discriminadas como espaços desordenados e até mesmo carentes de revitalizações, o que sugere a não existência de “vida” social em tais espaços onde na verdade, pode-se dizer que a “vida” ali existente seria a que não é bem vinda no projeto de cidade que se delinea nos projetos de um espaço urbano capitalista.

Fotografia 2 - Praça Princesa Isabel



Fonte: G1. Disponível em:< <http://g1.globo.com/pa/para/noticia/2015/04/praca-na-margem-do-rio-guama-e-tomada-pelo-lixo-e-entulho-em-belem.html>>. Acesso em: junho de 2017.

A cultura ribeirinha é pouco valorizada no sentido da necessidade de cenarização para se alcançar o modo de vida amazônico como potencial turístico. Os espaços da relação cidade-rio em que o vivido acontece de forma espontânea pouco recebe os olhares do poder público para um projeto de cidade que valorize a cultura ribeirinha e torne os espaços das funcionalidades inerentes aos espaços do habitar. Portanto, são nas ilhas que o rio como protagonista se mostra parte da estrutura e organização da vida na produção do espaço social dos ilhéus em Belém. Acompanhada ao fato das ilhas estarem no híbrido rural-urbano do município, as intervenções urbanas que abarcam a relação cidade-rio pouco têm voltado os olhares às ilhas, pois são nelas que águas se constituem em um potencial intenso ao turismo – no sentido de fuga do modo de vida urbano, pela busca do sossego, ao passo que a vida cotidiana do ilhéu se reproduz coexistindo com a chegada do visitante.

A insularidade amazônica é marcada pelas trocas econômicas com as cidades e abastecimentos de feiras. As ilhas de Belém possuem intensa relação com o continente subsidiadas por diversos portos dispostos na extensão da orla da cidade. De acordo com

Diegues (1998) no processo de insularidade no Brasil conviveu com relações de contradição entre a condição de ilha-refúgio, ilha-paraíso e ilha-inferno. Na Amazônia tal condição não foi diferente, pois muitas das ilhas, no início da colonização serviam como local onde eram instalados os faróis para auxiliar nas navegações, posteriormente onde se instalavam os engenhos para produção de alimentos e no caso da Ilha de Cotijuba, foi onde se instalou o espaço de atividade correcional para menores e posteriormente uma prisão pela qual sua história é bastante propagada.

De acordo com Miranda (2015), a partir do século XX as ilhas ganharam uma nova centralidade no processo de produção do espaço em Belém, as ilhas adquiriram o potencial para o turismo e lazer. As ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Onças eram as mais procuradas pela elite estrangeira e pelos novos ricos da comercialização do látex (MIRANDA 2015). Foi partir de 1970 que as ilhas ganharam maior visibilidade do poder público. A organização do espaço estabeleceu-se por meio da construção de vias de acessos às ilhas, como as pontes, a construção de escolas, postos de saúde, delegacias. Essas medidas vieram acompanhar o processo de urbanização de Belém que desencadeou a expansão do tecido urbano também para as ilhas.

No processo de produção do espaço as ilhas ganharam diversos papéis na divisão espacial do trabalho. De acordo com Diegues (1998), A *ilhaidade* e insularidade fazem parte do processo de produção do espaço nas ilhas, onde a *ilhaidade* corresponde a presença de mitos e fantasias no modo de vida e imaginário do ilhéu e a insularidade corresponde ao distanciamento e relação das ilhas com o continente. A insularidade faz parte do processo desencadeado pelo relativo isolamento geográfico de quem mora nas ilhas e relaciona-se com o continente e a *ilheidade* diz respeito a práticas e representações simbólicas, por sua vez decorrentes da insularidade, e que contempla o espaço vivido dos ilhéus (DIEGUES, 1998).

Nas ilhas amazônicas, a insularidade demonstra a produção do espaço social no espaço percebido, essas características são atribuídas a distância física das ilhas aos continentes e as relações presentes e inerentes a essa condição. A temporalidade do ilhéu delinea as insularidade e a *ilheidade* existentes nas ilhas, a produção do espaço descrita simultaneamente no percebido, concebido e vivido, ou seja, no material (experimentado), no representado e no espaço de representação.

As três maiores ilhas de Belém são as que possuem maior acessibilidade. As ilhas de Caratateua e Mosqueiro possuem uma ponte que faz a ligação com o continente. Já a ilha Cotijuba realiza um traslado contínuo de navio e barcos menores da orla de Icoaraci. Essa maior acessibilidade que permite maior propagação do tecido urbano para as áreas insulares.

Em Cotijuba muito se tem discutido sobre o aumento das relações urbanas, nas apropriações e uso do solo e o que isso tem impactado na *ilheidade* dos moradores locais. A ilha vem passando por um processo de transformação de espacialidades e temporalidades nos últimos anos. No próximo tópico adentraremos melhor no conhecimento sobre a área de estudo e sua produção espacial.

3.2 A incorporação das ilhas na metropolização de Belém: as particularidades de Cotijuba

A metropolização de Belém inicia-se em 1960 e consolida-se nos anos seguintes. É marcada pela chegada das rodovias e incorporação de outras cidades paraenses à capital e também a integração econômica às demais regiões do Brasil (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Este processo de metropolização está marcado por dois momentos que são definidos relacionados, primeiramente, à forma metropolitana compacta e confinada, e o segundo, que diz respeito à forma metropolitana dispersa ou desconcentrada (TRINDADE JÚNIOR, 2016). Os dois momentos discutidos pelo autor, apresenta a metrópole em processo de modificação.

No processo de modificação da forma confinada para dispersa, nota-se a incorporação de novas relações estabelecidas com as ilhas de Belém. Quando a mobilidade passa a ser um fator fundamental para a penetração de relações metropolitanas mais acentuadas em lugares antes distantes que possuíam até então, em seu modo de vida, costumes e temporalidades ligadas profundamente ao rural e a vida ribeirinha. As três maiores ilhas de Belém, frente à metropolização ligada forma dispersa, sofreu nova configuração espacial caracterizada pela expansão do tecido urbano metropolitano e pela introdução de novos equipamentos urbanos e pela especulação imobiliária.

De acordo com Trindade Júnior (1998), junto à reestruturação urbana, os assentamentos de baixa renda migram das baixadas localizadas nas áreas então centrais para novos vetores de expansão, redesenhando a forma espacial metropolitana e incorporando localidades em direção a Augusto Montenegro e BR 316. Nessa via, as ilhas também estão inclusas a essas modificações da metrópole, cada uma com suas particularidades assumindo novas relações, pois as ilhas estiveram como importante vetor de integração à metrópole a atividade balneária. Sendo a ilha de Mosqueiro e Caratateua ligadas por pontes e a ilha de Cotijuba pela regulamentação do transporte fluvial (GUERRA, 2004).

Junto ao processo de metropolização, a produção de um espaço de fuga do cotidiano urbano faz-se presente. A procura por espaços onde pode-se entrar em contato com a natureza. Nesse sentido que a o papel das ilhas como espaço de lazer na divisão espacial do trabalho da metrópole belenense configura-se como produto da produção do espaço urbano e processo da metropolização. Para Lefebvre (2004), o que ocorre é o espraiamento do tecido urbano, à medida que este não significa apenas o domínio edificado das cidades e sim o conjunto das manifestações do urbano, uma segunda residência, uma rodovia configuram-se parte do tecido urbano. Destarte este espraiamento do tecido urbano desencadeia também a produção de espaços periféricos, bem como

[...] periferização no Brasil e em Belém está intimamente ligada à fatores como pobreza, condições de habitação precárias, encarecimento da moradia no centro entre outros. Sendo este processo visível e intenso nas ilhas de Belém, principalmente Mosqueiro, Outeiro e Cotijuba. O Turismo nestes locais acentua-se a migração de pessoas que não trabalham com a terra nem com a pesca buscando uma moradia barata e a exploração de atividades novas como as ligadas ao turismo, gerando especulação imobiliária, posse ilegal de terrenos, loteamento irregular, e desmatamento (HUFFNER, 2011, p. 91).

Com o espraiamento do tecido urbano e as novas configurações espaciais da metropolização de Belém, a ilha de Mosqueiro tornou-se um importante vetor de produção de moradia. No mais, sua importância como espaço de lazer, no contexto da região metropolitana decorre desde o início do século XX, com a compra de sítios e construção de casas de veraneio pela burguesia urbana formada durante o ápice da exploração da Borracha vivenciada por Belém nesse período (TAVARES, 2006). Assim a ilha mostra-se com sua reestruturação espacial como produto do urbano e processo de metropolização de Belém, uma vez que:

A integração terrestre entre Mosqueiro e Belém proporcionou sim uma busca maior por terras na ilha com o propósito de se construir residenciais de uso ocasional sem que essa procura, por uma área suburbana, fosse alimentada pela especulação imobiliária que, na maioria dos casos, empurra parcelas da população para áreas mais afastadas do centro metropolitano, onde o preço da terra ou da residência é mais caro (FERREIRA, 2012, p. 82).

A integração de Mosqueiro à metrópole mostra-se mais intensa a partir da abertura da rodovia Augusto Meira Filho (1965) e a construção da ponte Sebastião de Oliveira (1976), estabelecendo assim a ligação desta ilha com a metrópole (FERREIRA, 2012). A partir de maior facilidade de acesso, a ilha passa a ser um importante vetor de ocupação permanente,

portanto assumindo uma nova configuração espacial, uma vez que a produção de moradias de segunda residência passa a dar lugar a assentamentos permanentes (FERREIRA, 2012).

Já no caso da ilha de Caratateua, Vasconcelos (2018) atribui à década de 1980 a sua integração à dinâmica metropolitana, neste caso a partir da inauguração da ponte Enéas Pinheiro em 1986. Desde então, a ocupação desordenada teve seu crescimento gradativo pois

Nas décadas de 1990 e 2000 a expansão dos assentamentos “espontâneos” continuou e a procura por terras em Outeiro se expressou no seu aumento populacional que não foi acompanhado de políticas públicas, equipamentos e infraestruturas urbanas que conferissem melhoras significativas em termos de qualidade ambiental e de vida (VASCONCELOS, 2018, p.64).

A nova dinâmica de ocupação em direção a Augusto Montenegro conferiu a ilha de Caratateua, após a construção da ponte, um importante eixo para ocupação de terrenos. Vasconcelos (2018), afirma que por questões políticas houveram intensas concessões de terras, e um expressivo crescimento de assentamentos urbanos, que conferiu a ilha uma mancha urbana no interior do distrito. Porém o que também se acentua facilmente é a concentração de terra nas mãos de pessoas com poder aquisitivo maior e loteadores, iniciando assim um processo de especulação imobiliária intensa na ilha. Com efeito, a ilha de Caratateua se configura a partir da reestruturação de Belém, frente ao processo de metropolização, como um importante vetor de produção de moradia e espraiamento do urbano, constituída por assentamentos espontâneos, planejados e dirigidos. Nota-se também as recentes tendências de especulação imobiliária levando para áreas mais afastadas do centro, empreendimentos de moradia de alto padrão como é o caso do Alphaville (SANTOS, 2017).

Já a ilha de Cotijuba tem suas maiores relações com a metrópole intensificadas mais tardiamente. De acordo com Huffner (2011), na década de 50 a ilha já apresentava maior ocupação a partir de loteamentos realizados como curral eleitoral para os apoiadores do governo de Alexandre Zacarias de Assumpção (1951-1956), na década de 80, após o desligamento da colônia penal a ocupação desordenada passa a ser intensificada e a atividade turística passa a se instalar na ilha. Contudo, é a partir da implantação da linha fluvial que facilita o acesso da população da metrópole à ilha, que Cotijuba vivência maiores reestruturações em seu espaço a partir de uma realidade mais urbana, pois

Analisando os dois primeiros meses após a criação da linha fluvial, verifica-se um crescimento exorbitante no número de visitantes. Segundo dados da CTbel (Companhia de Transporte do Município de Belém), houve um incremento de cerca de 200%, sem considerar as pessoas que chegavam à Ilha através dos barcos da ABIC-Associação dos Barqueiros da Ilha de Cotijuba. Estima-se que, em novembro de 1994, aproximadamente 20 mil pessoas visitaram Cotijuba (SILVA, 2001, p. 20).

O processo de ocupação da ilha de Cotijuba também obteve maior intensidade após a implantação da rede elétrica (2005) quando as visitas à ilha passam a intensificar e o processo de ocupação e compra de terrenos para construção de casas de veraneio, o chamado turismo de segunda residência, cresce em grande medida. No quadro 3 observa-se uma tentativa de periodização dos principais acontecimentos ocorridos na ilha que obtiveram importantes influências em sua ocupação.

Quadro 3 - Cronologia da ocupação da Ilha de Cotijuba

Período de início	Descrição do acontecimento
Por volta de 1874	Funcionou na Ilha um engenho de branqueamento de arroz e, após a sua extinção, a Ilha foi apropriada por uma senhora de nome Joana, no entanto, algumas pessoas que trabalhavam no engenho permaneceram na ilha.
1932	A Ilha foi comprada pelo Desembargador Raimundo Nogueira de Faria, Juiz da 4ª Vara de Menores, que instaurou ali uma Colônia Reformatória/Educandário.
1945	A Cooperativa agrícola japonesa era composta por 18 famílias de origem japonesa, responsáveis por fornecer alimentos agrícolas para os alunos da colônia reformatória e por vender parte da produção nos mercados do Ver-o-peso. Permaneceram no local por cerca de 20 anos.
1947	A Ilha foi repassada ao Governo do Estado do Pará, período em que a Colônia passa a experimentar um processo de decadência.
1968	O Governo do Estado transformou a Colônia/Educandário em Colônia Penal, que passou a ser vinculada à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Pará, recebendo presidiários com alto grau de periculosidade.
1978	A Colônia Penal foi totalmente desativada, no entanto muitos remanescentes da Colônia, seus familiares e antigos funcionários, passaram a residir em Cotijuba.
1980	A Ilha começa a se firmar como um dos pólos de lazer da cidade de Belém, começando assim a receber visitantes com esse intuito.
1994	A implantação da linha diária do navio de passageiros mantida pela PMB: um dos principais marcos da ocupação e visitação da ilha, pois se configura a relação diária da metrópole com a ilha com mais facilidade de acesso.
2000	Inauguração do terminal hidroviário Poeta Antônio Tavernard pela

	PMB: o porto muda de localidade podendo assim atracar embarcações maiores.
2002	Instalação da eletricidade na ilha: outro marco

Fonte: SILVA, 2001; RODRIGUES, 2018 (Elaborado pela autora).

É importante ressaltar que de acordo com o quadro a cima a partir da década de 80 houve implementações de equipamentos urbanos gerenciadas pelo poder público na ilha, demonstrando assim o espraiamento do tecido urbano e as modificações na configuração espacial da ilha. Diante de uma melhor facilidade de acesso e de maiores ofertas de serviços de cunho urbano, a ilha passa por inúmeras modificações socioespaciais. Estas modificações são intensificadas pelo aumento progressivo da atividade turística e pela substituição, em grande medida de modo de produção agrícola e da pesca, o que configura as populações tradicionais ilhéus pela atividade de serviços com uma dependência maior da atividade turística na ilha.

3.3 A perspectiva histórico-geográfica da ilha de Cotijuba e a produção do espaço

A ilha de Cotijuba encontra-se sob jurisdição administrativa da Prefeitura Municipal de Belém, integra o Administração regional do Outeiro – AROUT¹² e pertence ao grupo de ilhas de maior extensão territorial e mais conhecidas pela população belenense (ver quadro 4), junto às ilhas de Mosqueiro, Caratateua (Outeiro) e Combu. Segundo Melo (2010), tais ilhas são consideradas áreas alternativas para o crescimento populacional da sede municipal devido ao acelerado processo de crescimento populacional que Belém apresenta nas últimas décadas, pressionando as áreas verdes do município, sofrendo apropriações para fins econômicos e turísticos e ocasionando mudanças socioambientais, como especulação imobiliária e danos à vegetação (HUFFNER, 2011).

¹² 2ª Administração regional de Outeiro composto por: Ilhas de Outeiro (Caratateua): Santa Cruz, Jutuba, Coroinha/Nova, Croinha, Urubuoca/Paquetá-Açu Cotijuba, Itatuoca, Urubuoca/Papagaios/Jararaca, Barra/Patos/Jararaquinha, Redonda/Jararaca/Longa, Patos/Nova/Mirim, Cruzador, Fortinho, Fortim/Barra, Cintra/Maracujá, Marineira/Combu, Murutura/Murutucu, Paulo da Cunha/Grande, Poticarvônia/Ilhinha, Negra, Viçosa e 06 ilhas sem denominação. Bairros: Água Boa, Brasília, São João do Outeiro e Itaiteua. (BELÉM, 2012).

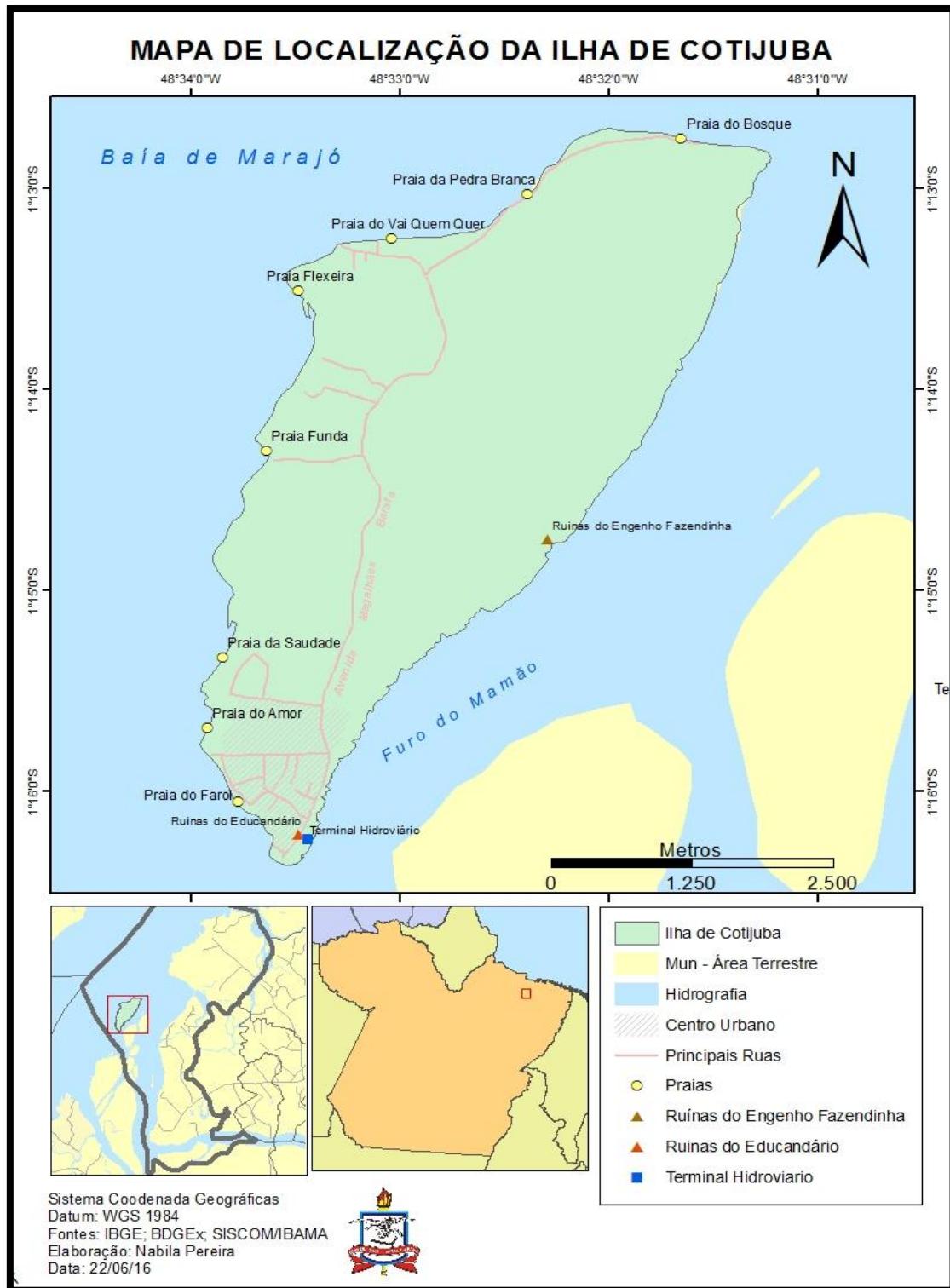
Quadro 4 – Ilhas de Belém: extensão territorial em Km²

Ilhas	Extensão Territorial (Km ²)
Mosqueiro	211,7923
Carateua (Outeiro)	31,4491
Cotijuba	15,8071
Combu	14,9360

Fonte: Anuário Estatístico do Município de Belém, 2012 (Elaborado pela autora).

A denominação Cotijuba tem origem indígena que significa “trilha dourada” (PINON, 2012). A ilha faz parte das 39 ilhas da capital paraense, localiza-se na confluência da Baía de Marajó com a Baía de Guajará, no estado do Pará (ver mapa 2).

Mapa 2 - Localização da Ilha de Cotijuba



Fonte: LAIG/UFPA, 2016 (Organizado pela autora).

A ilha tem distância de 22 km em linha reta de Belém, seu acesso é exclusivamente por via fluvial levando cerca de 40 a 60 minutos de barco com saída do porto de Icoaraci, distrito de Belém (ver figura 3). Integra o estuário amazônico, possui vegetação de mangue, clima quente e úmido, e a situação da alteração da cobertura vegetal está associada à

ocupação urbana crescente e desordenada e à pressão humana sobre os remanescentes florestais nesses últimos anos (BELÉM, 2012). É na parte sul da ilha onde se concentra a maior densidade populacional (ver fotografia 3). Este fato culmina do histórico da ocupação da ilha denunciado pela organização do espaço próximo ao terminal hidroviário, antes próximo ao antigo porto da ilha.

Figura 01 - Trajeto às principais Ilhas de Belém



Fonte: PDTIS/Polo Belém, 2010.

Fotografia 3 - Vista da porção Sul da Ilha de Cotijuba.



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas, 2017.

De acordo com alguns autores (MELO, 2010; LOPES, 2012; PINON, 2012), a periodização da história de Cotijuba pode ser dividida em três momentos: o histórico do Engenho Fazendinha que contribuía na produção de alimentos no Brasil; a Brigada Militar Pernambucana¹³ nos tempos da Cabanagem¹⁴; e o histórico da CRC. De acordo com Melo (2010), a relação socioeconômica da ilha de Cotijuba com a cidade de Belém iniciou-se no século XVIII com a comercialização do arroz beneficiado no Engenho Fazendinha, atualmente em ruínas, porém ainda recebe visitas.

As ruínas do engenho fazendinha (ver fotografias 4 e 5) é o registro mais antigo do patrimônio histórico na ilha, localiza-se na costa leste de Cotijuba em um sítio chamado também de fazendinha onde ali reside uma família de agroextrativistas. De acordo com Guerra (2001), o engenho de branqueamento de arroz em 1784 já era registrado como existente. Em visitação recente ao engenho, pode-se observar os componentes do equipamento movido pela tração hidráulica, como as comportas. Hoje é um importante sítio arqueológico que carrega consigo parte da história do estado do Pará na medida que é testemunho de uma tecnologia antiga datada possivelmente do século XVIII e que

¹³ A Brigada Militar Pernambucana era um alojamento de base militar que abrigou tropas militares do governo que combatiam os “revoltosos” cabanos (MELO, 2010).

¹⁴ Revolta popular ocorrida no Pará entre os anos de 1835 a 1840.

comportava as primeiras atividades de integração da região ao processo de modernização e urbanização do estado (GUERRA, 2001).

Fotografia 4 - Ruínas do Engenho Fazendinha na praia do poção.



Fonte: Gutemberg Guerra, 2017.

Fotografia 5 - Ruínas da parte interna do Engenho Fazendinha



Fonte: Gutemberg Guerra, 2017.

Outro momento histórico importante remonta ao período em que a ilha comportou a Brigada Militar Pernambucana, ponto estratégico para combater os revoltosos da Cabanagem. No período da revolta da Cabanagem (1835-1840) essa brigada ocupou a ilha em razão de sua localização geográfica estratégica, com o objetivo de fazer a defesa da capital. Melo (2010) aponta que juntamente com a cidade de Vigia de Nazaré, Cotijuba abrigou a base militar, pois os Cabanos, em alguns momentos se escondiam nas ilhas próximas. Sobre a brigada militar têm-se poucas informações precisas, o que se sabe é basicamente fruto de entrevistas com moradores antigos da ilha.

Representando o período da história da ilha que atualmente é mais conhecido, a CRC foi implantada em 1932, na fotografia 6 o mesmo ainda encontra-se em funcionamento,

simbolizada principalmente pelas ruínas do antigo presídio (ver fotografias 7 e 8). A construção da CRC objetivava uma reeducação e preparação de menores infratores e “desocupados”, proporcionando-lhes uma educação profissional (PINON, 2012). A escolha da ilha de Cotijuba para a construção da colônia é justificada pelo isolamento e precariedade de transporte para a capital, assim como pelas correntes violentas da baía em sua direção (MELO, 2010).

Fotografia 6 - Imagem do antigo educandário Nogueira de Farias.



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas (S/D).

Fotografia 7 - Ruínas do antigo educandário Nogueira de Farias



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas, 2017.

Fotografia 8 - Interior das ruínas do educandário Nogueira de Farias



Fonte: Cristino Martins / Ag. Pará/Fotospublicas, 2017.

Nesse sentido, destaca-se a relação do Estado do Pará com a “Era Vargas” no país, pois o projeto da CRC fora pensado na gestão de Magalhães Barata (1930-1935), interventor nomeado por Vargas para o estado. A necessidade de fazer uma “limpeza” e eliminação dos desocupados nas ruas são características bem simbólicas dessa época no Brasil. Com efeito, Melo (2010, p. 82), explica que:

A partir de 1934, eram recolhidos e presos pela polícia todo e qualquer menor de idade que estivesse perambulando pelas ruas da cidade a ponto de cometerem algum ato delinquente (hoje se diria em situação de risco). Assim que eram recolhidos e presos pela polícia civil eram encaminhados para a central de polícia ou diretamente para a CRC para que lá pudessem aprender algum ofício que lhes ocupasse a mente em coisas edificantes, ou seja, eram levados a CRC para receberem educação para evitar que se tornassem criminosos já na primeira fase de suas vidas.

Com o funcionamento da CRC se inicia uma acentuada ocupação humana na ilha pois, conforme Melo (2010), a infraestrutura básica e a abertura de vias também são realizadas. Após passarem pelo sistema de aprendizado de alguma profissão necessariamente agrícola, os colonos passam a realizar uma significativa ocupação humana e construíram, junto aos seus familiares, o modo de vida ligado às atividades agrícolas em Cotijuba. A exemplo de suas características rurais, o extrativismo vegetal para subsistência e a utilização dos rios para a mobilidade de grande parte dos ilhéus, comprovam uma peculiaridade das cidades amazônicas, sua relação íntima com o rio e sua reprodução de vida ribeirinha.

Vale destacar que um dos mais notórios traços da história da ilha é o momento em que Cotijuba foi conhecida como a ilha que representava o terror e a tortura dos criminosos de Belém. Melo (2010) menciona os períodos históricos de ascensão e declínio do Educandário e a contribuição da figura do então governador Zacarias de Assumpção na implementação de um presídio para abrigar criminosos perigosos. É nesse momento, segundo o mesmo autor, que se constrói a afirmação do presídio que mantinha seus presos sob tortura física, repressão e terror. As ruínas do Educandário representam importante símbolo da formação espacial de Cotijuba e, por isso, um patrimônio com significativo valor histórico para seus antigos moradores que pretendem amenizar a história de terror da ilha para dar ênfase ao período do Educandário das profissões ensinadas aos menores em situação de risco (MELO, 2010).

Todas essas caracterizações demonstram a produção do espaço na ilha de Cotijuba e a influência que cada período histórico possui na produção e reprodução do espaço atualmente. A ilha está imbricada em características urbanas e rurais. As diversas apropriações acarretaram modificações e novas dinâmicas territoriais, ambientais e culturais em Cotijuba, principalmente pelo potencial turístico, com edificações históricas, trilha ecológica, igarapés e praias de água doce. As características naturais possibilitam diversas apropriações cujas

contradições são realizadas por vários agentes, os habitantes da ilha; os visitantes atraídos pelo atrativo turístico praiano que reflete conflitos de preservação ambiental/cultural; e o poder público através da Prefeitura de Belém - PMB cujo ordenamento territorial descrito no plano diretor da capital paraense foi motivado pelo crescente turismo na ilha. O avanço da atividade turística conhece diferentes momentos históricos, com destaque para ativação do transporte fluvial pela PMB, a inauguração do Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard pela PMB em 2000 (ver fotografia 9) e a implantação da energia elétrica em 2005.

Fotografia 9 - Chegada ao Terminal Hidroviário Poeta Antônio Tavernard



Fonte: Pereira, 2017.

O avanço de equipamentos urbanos e atividade turística na ilha têm desencadeado diversas mudanças nas relações e territorialidades. A espacialidade da ilha imbricada ao processo de maior facilidade de acesso às praias demonstra uma desorganização espacial que podem ser percebidas pelo aumento da violência, produção de lixo e no abandono de antigas atividades realizadas pelos ilhéus. O setor de serviços parece está atraindo cada vez mais a população ilhéu à medida que antigas atividades agrícolas estão sendo cada vez mais abandonadas.

A espacialidade peculiar de Cotijuba está relacionada às especificidades de seu uso e apropriação. A ilha, apesar de conter equipamentos urbanos, ainda apresenta forte característica rural. Ainda que seu acesso seja exclusivamente fluvial, cuja a frequência de embarcações é diária e regulamentada pela Secretaria de Mobilidade Urbana de Belém - SEMOB, a ilha é a única com essa característica que possui terra firme. Nesse sentido, as peculiaridades do urbano-rural estão presentes nas mais diversas atividades realizadas pelos ilhéus. A porção sul da ilha é onde localiza-se o principal porto, que por sua vez concentra a maioria dos equipamentos e relações urbanas. A extensão territorial considerável proporciona certa distância geográfica entre a porção mais urbanizada e os demais habitantes, e estes são os que mais ainda reproduzem o modo de vida ribeirinho - como pode-se perceber na fotografia 10, que a casa possui sua estrutura suspensa ao solo caracterizando uma residência ribeirinha - delineando temporalidades distintas entre ilhéus da mesma ilha.

Fotografia 10 - Residência Ilhéu na Porção Leste da Ilha.



Fonte: Pereira, 2017.

Melo (2010) aponta que embora muitos ilhéus tenham suas atividades econômicas ligadas ao extrativismo, pesca artesanal e turismo, é expressivo também a quantidade de

habitantes que trabalham em Icoaraci e Belém nas mais diversas atividades como: mercado formal e informal, serviço público e privado ou comerciantes. Todavia, com relação às atividades econômicas, Melo (2010, p. 22) ressalta que:

[...] esta prática produtiva está a cada ano sendo abandonada pelos agricultores devido a falta de incentivos ou mesmo pela preferência que os mesmos dão a outras atividades como o comércio ou a prestação de serviços de transportes. Essa mudança de opção produtiva causou um freio na produção agrícola que em décadas anteriores foi a principal atividade econômica de Cotijuba.

Os aspectos culturais da ilha, que se configuram numa realidade mais rural, cada vez mais vão se perdendo com o espraiamento do tecido urbano, este fato modifica toda a reprodução social, uma vez que os hábitos de ilheidade passam a serem substituídos por uma racionalidade mais urbana.

4 PATRIMÔNIO NATURAL EM COTIJUBA: DIFERENTES OLHARES, VIVÊNCIAS E (CO)EXISTÊNCIAS

A pesquisa nesse momento adentrará mais intensamente nas entrevistas e aspectos descritivos e analíticos de campo da área de estudo em questão. Haverá assim o esforço de trabalhar o espaço *percebido, concebido e vivido* na ilha de Cotijuba, partindo de uma concepção de patrimônio natural pelos agentes em questão. No momento que se trata da produção do espaço na ilha se desvenda também a ilheidade e insularidade ocorrente em Cotijuba e valorização da ilha amazônica para com os organizadores do espaço, representado pelo estado e a população que visita a ilha, que pode ser considerada como visitantes externos e moradores de segunda residência.

4.1 A produção do espaço na ilha de Cotijuba: o espaço percebido do patrimônio natural

Na tentativa de estabelecer uma análise da produção do espaço nos aspectos teóricos de Henri Lefebvre com sua triplicidade do espaço em *percebido, concebido e vivido*, nesse momento do texto tenta-se partir da descrição do espaço *percebido* na paisagem assim partindo para sua devida análise. O cotidiano dos moradores da ilha demonstra como seu espaço está organizado e como seu processo de insularidade se desenvolve cotidianamente.

Como já foi discutido anteriormente: as maiores ilhas de Belém em extensão assumiram um papel de área de lazer e espraiamento do tecido urbano no processo de metropolização de Belém. As maiores discussões atualmente realizadas sobre a ilha de Cotijuba consistem em analisar o papel da atividade turística e suas implicações na realidade ilhéu tendo como contexto a questão patrimonial.

A ilha possui atualmente pouco mais de 9 mil habitantes¹⁵ com 12 comunidades¹⁶, sendo na comunidade da Faveira é onde encontra-se maiores características urbanas. Na porção sul da ilha, próximo ao terminal hidroviário é onde se vê muitos estabelecimentos de serviços, podendo assim ser chamado de centro da ilha. Onde encontra-se a maior feira livre,

¹⁵ Dados coletados em entrevista com representante do AROUT na ilha de Cotijuba.

¹⁶ Praia da Saudade, Faveira, Flexeira, Praia Funda, Quatro bocas, Canivete, Seringal, Pedra Branca, Vai-quem-quer, Farol, Poção e Fazendinha.

o centro de saúde, a delegacia de polícia, as escolas de ensino fundamental e médio, as maiores farmácias, mercados e lojas de artigos e serviços diversos. Também se percebe a aglomeração de pequenas pousadas e bares.

Na Cartilha do Zoneamento Econômico e Ambiental das Ilhas do Entorno de Belém (2015) e Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável - PDITS (2010), se observa um diagnóstico apresentado através de índices de desenvolvimento social para as ilhas. A cartilha e o plano contribuem para maior informação sobre a realidade social das ilhas, que pouco se encontram índices e informações detalhadas sobre as mesmas. De acordo com a Cartilha do ZEA das Ilhas do Entorno de Belém e o PDITS, em Cotijuba os moradores contam com os seguintes serviços:

Quadro 5 - Serviços oferecidos em Cotijuba e suas características

Serviços	Diagnósticos
Saúde	O atendimento à saúde é pouco especializado, a população necessita vir a cidade para buscar atendimentos um pouco mais complexos e de atendimento mais grave.
Educação	A taxa de analfabetismo na ilha de Cotijuba é uma das menores entre as principais ilhas do entorno de Belém. Com menos 10 % de taxa de analfabetismo.
Abastecimento de água	O abastecimento de água potável se configurou no problema mais grave que a população ilhéu apresenta.
Impactos ao meio ambiente	Além do desmatamento, identifica-se também o deslocamento e a marginalização das populações nativas, alterando o seu estilo de vida.
Sistema de esgotamento sanitário	A ilha não apresenta sistema de esgotamento sanitário. Os resíduos sólidos correm a céu aberto, contaminando o solo, poluindo as praias e os rios, provocando doenças à população.
Coleta de lixo	O lixo da Ilha de Cotijuba é depositado três vezes na semana (segunda, quarta e sexta-feira) a beira das vias principais por onde o carro que recolhe passa e leva ao barco para atravessar para Belém e ser depositado para junto de todo lixo coletado na capital: o lixão de Marituba.

Drenagem pluvial	A ilha não possui sistema de rede de drenagem pluvial.
Segurança	O policiamento é reduzido, existe apenas uma guarnição da polícia militar, com apenas três funcionários, e todos os boletins de ocorrência são feitos na cidade de Belém.
Energia elétrica	A ilha inteira já tem acesso ao serviço de energia elétrica
Infraestrutura básica	A infraestrutura é mínima e coloca em grande vulnerabilidade social a população ilhéu, a falta dessa infraestrutura acarreta em: edificação de comunidades isoladas, marginalizadas do processo de construção do desenvolvimento social, cultural e ambiental e os fatores que mais influenciam nesse processo são a falta de escolas e assistência de saúde de qualidade.

Fonte: Cartilha de Zoneamento Ambiental das Ilhas do Entorno de Belém, 2015; PDITS, 2010 (Organizado pela autora).

De acordo com o quadro a cima a ilha possui atendimento à saúde pouco especializados, pois a ilha possui uma unidade de saúde, que atualmente conta com dois médicos e uma ambulância, a qual até pouco tempo não existia na ilha. Em trabalho de campo realizado no mês de abril de 2018 uma moradora relatou que a ilha ainda possui muitas carências, porém é inegável que a questão de saúde e educação tiveram uma melhora recente, uma vez que atualmente já podem contar com uma ambulância para atendimentos urgentes em toda a porção da ilha, lembrando que a ilha é bem extensa e na parte norte os moradores estão bem afastados do centro de saúde, exposto na fotografia 11 onde o mesmo encontra-se na porção sul da ilha, onde é considerada a área central de Cotijuba

Fotografia 11 - Posto de Saúde de Cotijuba.



Fonte: Pereira, 2018.

Os ilhéus, quanto a educação, podem contar com duas escolas na ilha. Uma escola de administração estadual que oferece o ensino médio e fundamental e outra de administração municipal que oferece apenas o ensino fundamental. A maioria do corpo docente da ilha é composto por professores que residem em Belém. Os professores fazem o trajeto diário à ilha pela embarcação da prefeitura de Belém. De acordo com chefe de divisão das ilhas, Cotijuba recebeu do governo municipal uma creche a qual recebe as crianças de 8 horas da manhã às 17 horas.

Os estudantes que moram distantes das escolas, precisam vir de transporte escolar à escola que fica na área mais central da ilha, como mostrada na fotografia 12 e 13, encontra-se na rua Jarbas Passarinho, segunda rua mais trafegada na ilha. É a única escola do Governo do Estado em Cotijuba. O ônibus é cedido pela prefeitura de Belém e passa pelas vias principais apanhando os estudantes. Quem mora distante da via principal precisa andar caminhos distantes para apanhar o transporte escolar, mas ainda assim o fazem, pois como mostra o quadro 5: a taxa de analfabetismo na ilha é muito baixa. Contudo, muitas famílias, com condições mais favoráveis, mandam seus filhos para estudar no continente. Comumente o estudante passa a semana em Belém e aos finais de semana retornam à ilha.

Fotografia 12 - Escola Estadual de Cotijuba: Escola Marta da Conceição.



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 13 - Escola Municipal de Cotijuba: Unidade Pedagógica da Faveira.



Fonte: Pereira, 2018.

O abastecimento de água atualmente em Cotijuba é realizado pela Companhia de Saneamento do Pará - COSANPA, no entanto há pouco tempo era realizado pelo Sistema Autônomo de Água e esgoto de Belém – SAAEB, porém como já descrito no Quadro 5, uma quantidade muito pequena da população é atendida por esse sistema de água tratada, o que

pode ser observado na Foto 14, onde apenas duas caixas d'água apenas estão à disposição da população do sul da ilha. A grande maioria da população da ilha possui poço artesiano para seu consumo de água potável. No entanto, de acordo com Santos et al (2015), em estudo realizado na ilha sobre a qualidade da água consumida na ilha, até mesmo nas amostras de água coletadas pela COSANPA apresentaram acidez elevada que caracteriza inapropriada para consumo.

Fotografia 14 - Caixas d'água de Cotijuba.



Fonte: Oliveira, Lendl, 2018.

Com o aumento de loteamentos na ilha, conseqüentemente se aumenta a produção de moradias e junto a isso, se produz mais poços artesanais e mais fossas sépticas. Segundo Oliveira (2014), o solo da ilha possui características típicas desta região estuarina, caracterizada pelo tipo *gleissolo háplico eutrófico*, que se configura em um solo relativamente recente e pouco desenvolvido, onde o lençol freático tende a oscilar e assim, ficando muito próximo a superfície e muitas vezes sofre transbordamentos. A vulnerabilidade do lençol freático na ilha foi observada por Cardoso et al (2018), através de coleta da água de poços realizada em quatro pontos da ilha¹⁷, no quadro 6 pode-se perceber que a vulnerabilidade se apresenta mais intensa nas localidades de maior grau de moradias.

Quadro 6 - Vulnerabilidade dos Aquíferos na Ilha de Cotijuba

¹⁷ Rua Jarbas Passarinho na parte sul da ilha, considerada de mais ocupação; Sistema Autônomo de Água e esgoto de Belém – SAAEB, localizada também na rua Jarbas Passarinho; Vila Morubira, localizada na porção sudoeste da ilha, com poucas moradias e Praia do Vai-Quem-Quer, localizada na porção noroeste da ilha, com índice médio de moradias, pousadas e comércio.

Localização da coleta de água	Tipologia de poços	Finalidade	Tipo de tratamento	Índice de vulnerabilidade
Rua Jarbas Passarinho	Poço artesiano	Consumo humano e demais atividades	Ausente	alto
Sistema Autônomo de Água e esgoto de Belém – SAAEB	Sistema de abastecimento público (poço tubular)	Consumo humano e demais atividades	Desinfecção com hipoclorito de sódio	alto
Vila Morumbira	Poço artesiano	Consumo humano e demais atividades	Ausente	baixo
Praia do Vai-Quem-Quer	Poço artesiano	Consumo humano e demais atividades	Ausente	moderado

Fonte: CARDOSO et al., 2018 (Elaborado pela autora).

Possuindo um solo muito vulnerável, a possibilidade de contaminação se mostra uma realidade presente no cotidiano dos moradores de Cotijuba. Por não haver um controle preciso de uso e ocupação, a produção de moradias segue em evolução, trazendo assim graves problemas para os ilhéus, pois o abastecimento da água pelo sistema público abarca uma inexpressiva quantidade de moradores e o sistema de esgoto é completamente improvisado por fossas como percebe-se no quadro 7:

Quadro 7 - Formas de abastecimento de água e sistema de esgoto em porcentagem

Abastecimento de água		Sistema de esgoto	
Instrumento de utilização	%	Instrumento de utilização	%
COSANPA	10,3%	Fossa séptica	75,9%
Poço artesiano	65,5%	Fossa negra	24,1%
Poço amazonas	27,6%	Rede de esgoto	0%
Sistema misto	6,9%		

Fonte: CARDOSO et al., 2018 (Elaborado pela autora).

O problema ambiental na ilha se configura em diversas diretrizes. O lixo, o esgotamento e tantos outros problemas são tônicas que sempre estão no discurso de quem

vive na ilha e quem a visita. Todavia, em entrevista com representantes da comunidade, pode-se perceber um dos problemas que, por conseguinte, desencadeia todos os outros denunciados pelos entrevistados. A situação de produção de moradia na ilha é considerada assustadora, pois de acordo com entrevistados é um processo que aumenta cada vez mais e com mais rapidez.

Os loteamentos realizados na ilha proporcionam o aumento de diversos outros problemas no patrimônio natural da ilha. Com o aumento da procura por terrenos, muitas famílias estão diminuindo seus terrenos e realizando loteamentos em partes menores para venda aos interessados, como pode ser percebido nas fotografias 15 e na fotografia 16 em que a placa de anúncio de venda de lotes na ilha, encontra-se na avenida Magalhães Barata, não muito distante da parte central. Na imagem pode-se perceber que há um homem fazendo a derrubada das árvores ou “limpeza” do terreno. E na fotografia 17, a placa de anúncio de venda de lotes, muito comum a beira da via principal encontra-se também na via Magalhães Barata, porém bem distante da área central da ilha. A especulação imobiliária é outro vetor que acelera a produção de moradia em Cotijuba e esse processo cresce cada vez mais segundo o Chefe de Divisão das Ilhas da AROUT.

Fazendo registro fotográfico pela ilha, pode-se perceber que por quase todos os locais percorridos haviam placas de vendas de lotes. As placas de vendas de lotes são mais observadas próximo à via principal e próximo às praias, algumas com terreno já sem vegetação e outras com terrenos com a cobertura vegetal densa.

Fotografia 15 - Anúncios de vendas de lotes em Cotijuba



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 16 - Anúncios de vendas de lotes em Cotijuba II:



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 17 - Anúncios de vendas de lotes em Cotijuba III:



Fonte: Pereira, 2018.

A energia elétrica distribuída na ilha é proveniente de uma termoelétrica instalada em 2005, mostrada na fotografia 18, a Unidade Termoelétrica de Cotijuba que abastece a ilha inteira e é administrada pela Rede Celpa, fica localizada na rua Magalhães Barata e foi um dos maiores marcos para nova organização espacial da ilha, pois a ocupação da ilha teve um aumento considerável após a chegada da luz elétrica. O comércio local pôde oferecer muito mais serviços após a implantação da luz elétrica e recentemente aos aspectos da modernidade urbana paulatinamente vai invadindo a ilha. No começo do ano de 2018, de acordo com informações apuradas no trabalho de campo de abril/2018, o sinal de internet fora instalado na ilha, onde agora os moradores da porção sul podem contar com rede telefônica e de internet da operadora Claro.

Em entrevista com chefe de divisão das ilhas, ficou constatado que só na ilha de Cotijuba existem pouco mais de 9 mil unidades consumidoras registradas na Rede Celpa. Contudo, sabe-se que há na ilha diversas ligações clandestinas os chamados “gatos” que aumentam muito mais a quantidade de consumidores e residências existentes em Cotijuba.

Fotografia 18 - Unidade Termoelétrica de Cotijuba.



Fonte: Pereira, 2018.

A infraestrutura da ilha ainda resgata muito de uma paisagem rural. A estrada ainda é de terreno arenoso e a vegetação é sempre presente na ilha, contudo, a área que se configura como central da ilha, a vegetação torna-se mais escassa. Recentemente a prefeitura de Belém entregou a ilha um quilômetro da principal via revestida em bloquetes (ver fotografia 19), infraestrutura que trouxe diversos comentários entre os moradores e visitantes.

Alguns moradores defendiam que o aspecto rural da ilha deveria ser mantido, pois é o que se mantém de atrativo na ilha como fuga da metrópole. Outros, por sua vez, acreditam que já é tardia a intervenção, mesmo que mínima, do Estado a respeito da infraestrutura da ilha, como mostrada na fotografia 19, a via que recentemente a prefeitura de Belém entregou à ilha (1 km de via em bloquetes). A via fica na rua Magalhães barata e vai do terminal hidroviário ao antigo porto da Faveira. Uma vez que os moradores vivenciam constantemente as vias com condições precárias, principalmente no período chuvoso, pois a passagem dos bondinhos e charretes na ilha atribuem ao terreno arenoso um impacto considerável o que provoca diversos buracos, que por sua vez tornam-se poças grandes de lama no período chuvoso.

Fotografia 19 - Via Principal da Ilha de Cotijuba.



Fonte: Agencia Belém, 2017.

Apesar desta intervenção dos bloquetes de concreto neste trajeto ter minimizado a questão do processo de formação de lamaçais em parte da principal rua da ilha, convém destacar que a drenagem devida não foi realizada e no restante da ilha as inundações são frequentes e a população atingida sofre os danos recorrentes diversos. Um dos principais problemas identificados são as doenças ocasionadas em virtude das águas das chuvas que se misturam às fezes de animais, ao lixo e os dejetos, e também ao esgoto que corre a céu aberto na ilha.

Em relação à questão da segurança na ilha, é importante frisar que este aspecto é um dos problemas mais graves vividos pelos moradores e visitantes da ilha. Esse aspecto reforça a caracterização da ilha de Cotijuba como um a parte periférica de Belém a medida que com o aumento da população na ilha e das visitas, pode-se perceber um aumento significativo nas ocorrências de delitos no local. O policiamento realizado na ilha conta com uma guarnição de 3 policiais por dia, porém com pouca disponibilidade de equipamentos (armamentos, coletes balísticos e algemas) para executar suas atividades (PDITS, 2010). Em trabalho de campo, percebeu-se que a segurança é um dos aspectos mais comentados pelos moradores locais. Em entrevista com alguns moradores da ilha fora relatado:

Eu acho que o turismo tá mesmo é diminuindo na ilha, porque não tem muita segurança. Os assaltos são constantes no tempo de grande temporada e outra coisa que tá crescendo muito aqui é o tráfico de drogas, antes não era assim. A gente percebe que a violência aqui tá crescendo muito (Dona Maria, 53 anos. Vendedora autônoma).¹⁸

O grande problema aqui é que quando tem muita movimentação na ilha a polícia não dá conta. E pra mim já era pra ter um escrivão na ilha. Quando acontece um crime, todo boletim de ocorrência tem que ser feito em Outeiro, então é mais fácil os policiais só prenderem um tempinho o criminoso e logo depois soltar. Não dá pra ficar indo em Outeiro toda vez que acontece alguma coisa. Daí a gente fica aqui nessa situação, porque os bandidos já sabem como é que acontece. (Edson, 30 anos, Comerciante).¹⁹

No relato acima os moradores denunciam o abandono do poder público em relação à atenção ao grande fluxo de visitantes e moradores da ilha que junto a tal fato, acabam desencadeando o aumento da violência na ilha. Todavia, percebe-se que a estrutura de segurança ainda não corresponde as mudanças que vêm ocorrendo na ilha quanto ao seu processo de crescimento populacional e urbanização. O fato de ainda não possuir um escrivão no único posto policial da ilha, mostrado na fotografia 20, o posto policial de Cotijuba é vinculado ao 10^a batalhão que se encontra em Icoaraci. Na ilha, o posto policial fica próximo ao terminal hidroviário acaba contribuindo para a certeza da impunidade de quem comete delito ali, pois os boletins de ocorrência devem ser feitos em uma delegacia da ilha de Caratateua.

¹⁸ Entrevista realizada em Cotijuba em julho de 2018.

¹⁹ Entrevista realizada em Cotijuba em julho de 2018.

Fotografia 20 - Posto Policial Destacado de Cotijuba.



Fonte: Pereira, 2018.

A coleta de lixo também está dentre os problemas discutidos na ilha. Com as modificações realizadas no uso e ocupação do solo em Cotijuba nos últimos dez anos, percebeu-se que as características rudimentares de manuseio do lixo não cabiam mais a realidade do aumento significativo da produção do lixo. De acordo com Huffner (2011), a coleta é feita pela prefeitura de Belém, mas não compreende todo território, atendendo assim apenas a parte mais sul da ilha onde encontra-se a área central.

A coleta é realizada três vezes por semana, quando um caminhão passa nas vias principais para apanhar o lixo nos cantos das vias. Depois um barco leva o lixo da ilha para junto de todo lixo coletado em Belém, atualmente em Marituba. A produção de lixo, junto ao aumento de visitas e moradias está cada vez mais acentuada na ilha. Huffner fez um estudo em 2011 que já denunciava a problemática de lixo em Cotijuba.

Em entrevista com Diretor de planejamento da BELÉMTUR, constatou-se que está em andamento um projeto de captação do lixo produzido na ilha para sua transformação em energia elétrica através dos gases provenientes do lixo. A informação é que este projeto é uma parceria da BELÉMTUR com a Universidade Federal do Pará - UFPA.

A rua Magalhães Barata que corta toda a ilha de Cotijuba e concentra a maioria dos serviços da mesma, têm sua porção sul com um fluxo bastante intenso, no mais, a medida que vai se afastando do terminal hidroviário, percebe-se na paisagem a substituição de um cenário mais urbano, por uma vegetação densa, plantações de hortaliças e casas afastadas uma das

outras. Essa característica não se vê na segunda via mais importante da ilha, pois nessa via, do começo ao fim, se vê uma paisagem de aspectos mais urbanos.

A segunda via mais importante da ilha denominada de Jarbas Passarinho é composta por comércios, casas de shows de pequeno porte, bares e pousadas. É a rua mais dinâmica de Cotijuba, onde o fluxo começa bem cedo e em dias de festas, não cessam invadindo a madrugada. A ilha tem como atrativo também as festas de aparelhagens. As festas ocorrem aos finais de semana e principalmente no mês de férias escolares. As casas de show - como mostradas na fotografia 21, na entrada da casa de show encontra-se uma faixa anunciando uma festa de aparelhagem em um dos finais de semana do mês de julho. Esta casa de show está localizada na rua Jarbas Passarinho, onde também encontram-se bares e outras sedes de eventos - contratam aparelhagens de médio porte, já os bares, têm como atração DJ's com uma estrutura de som menor. As festas de aparelhagens são atrativos para visitantes, mas também, a maioria do público é da comunidade local ou ilhéus do entorno. Na fotografia 22, mostra-se o anúncio de uma festa em Cotijuba, feito na internet, na página de uma rede social. Dessa maneira, a divulgação torna-se muito mais abrangente e atrai muito mais frequentadores

Fotografia 21 - Casa de Show de pequeno porte em Cotijuba.



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 22 - Anúncio na internet de festa em Cotijuba



Fonte: Xavante, 2018. Disponível em: <<https://www.facebook.com/xavantedecotijuba/>>. Acesso em 11 de Jul. 2018.

As festas, juntamente com o aspecto natural da ilha, são atrativos que fazem com que a ilha receba muitos visitantes aos finais de semana, feriados e férias escolares. O turismo realizado em Cotijuba, assim como a ilha, possui uma heterogeneidade específica. A geografia da ilha e suas espacialidades configuram para cada local da ilha tipos de atividades turísticas diferenciadas. Esse aspecto é inerente a produção do espaço em Cotijuba, uma vez que o espaço da ilha desencadeia apropriação específica e a apropriação específica desencadeia o tipo de atividade turística na ilha, um espaço que ao mesmo tempo que é condição é também meio da reprodução da vida (CARLOS, 2012).

4.2 A questão do turismo em Cotijuba: mudanças, permanências e (co)existências no cotidiano ilhéu

De acordo com a Organização Mundial de Turismo – OMT: turismo é a atividade de um viajante, com pernoite, fora do seu entorno habitual. Mas como então caracterizar àqueles moradores de Belém que viajam para Cotijuba, há 40 minutos do continente? Ao analisar tais

questões para a ilha de Cotijuba, essa sempre se torna uma das questões mais conflitantes na discussão. No entanto, entende-se aqui neste trabalho que a vivência de quem viaja é o que o faz turista ou não. Configurando assim no que se chama de turismo de excursionismo, o qual passa menos de 24 horas no local. Pois mesmo sabendo que Cotijuba faz parte de Belém, as relações trocadas entre os que vem de Cotijuba para Belém é demasiadamente diferenciada daqueles que visitam a ilha²⁰. Nesse sentido, concordamos com Ribeiro (2007), pois

Os objetivos das organizações oficiais do turismo, como a OMT, dizem respeito à construção de estatística que confirmam bases à promoção econômica do turismo acabando por se distanciar dos objetivos de compreensão do fenômeno dispensados pelas ciências dedicadas às problemáticas da vida social. O excursionismo sendo uma prática condicionada a viagem, objetivando o desenvolvimento de atividades de lazer e com a clara intenção de retorno não pode deixar de ser incluso entre as práticas turísticas (RIBEIRO, 2007, p. 48).

Resolver questões burocráticas em órgãos oficiais, fazer exames médicos complexos, compras de mantimentos, trabalhar, estudar etc. são características de relações trocadas entre os que vêm de Cotijuba a Belém cotidianamente. Se caracterizam em relações pertinentes ao mundo urbano, mundo do trabalho, o cotidiano do tempo rápido, da produção do espaço pelo/para o capital. As relações são da metrópole, com o tempo rápido da metrópole. Onde também, concomitantemente, se observa o cotidiano da vizinhança, da família, porém, as relações trocadas aqui, destes que de lá vem, diferem das relações trocadas lá dos que daqui vão. A cidade, Belém, local e meio das interações complexas do urbano, produz assim, seus turistas peculiares viajantes dentro de um espaço curto, com espacialidades distintas e temporalidades diversas, onde aqui, as relações trocadas é o que os distingue (LEFEBVRE, 2016).

Feitas as considerações sobre o turista belenense de Cotijuba, caminha-se, então, para o turismo realizado na ilha. Em outros momentos deste texto, pode-se observar o turismo como importante organizador do espaço e produtor de novas relações. Como prática social e atividade econômica é um importante vetor de produção do espaço (CRUZ, 2008).

No processo de produção do espaço em Cotijuba, a comunidade local, o mercado, o estado e os visitantes produzem um espaço dos afazeres turísticos que acabam ganhando inerência ao cotidiano ilhéu. A organização da comunidade para o recebimento do visitante

²⁰ Neste momento do texto fora introduzido ideias da discussão de uma banca de qualificação de mestrado em 2017, na qual o professor Saint Clair Trindade Junior era o orientador e presidente da banca. Nessa ocasião, discutia-se sobre a existência de turista de Belém para suas ilhas, uma vez que estes, em sua maioria, não pernoitam nas ilhas e assim, não estariam inclusos ao perfil de turistas regido pela OMT.

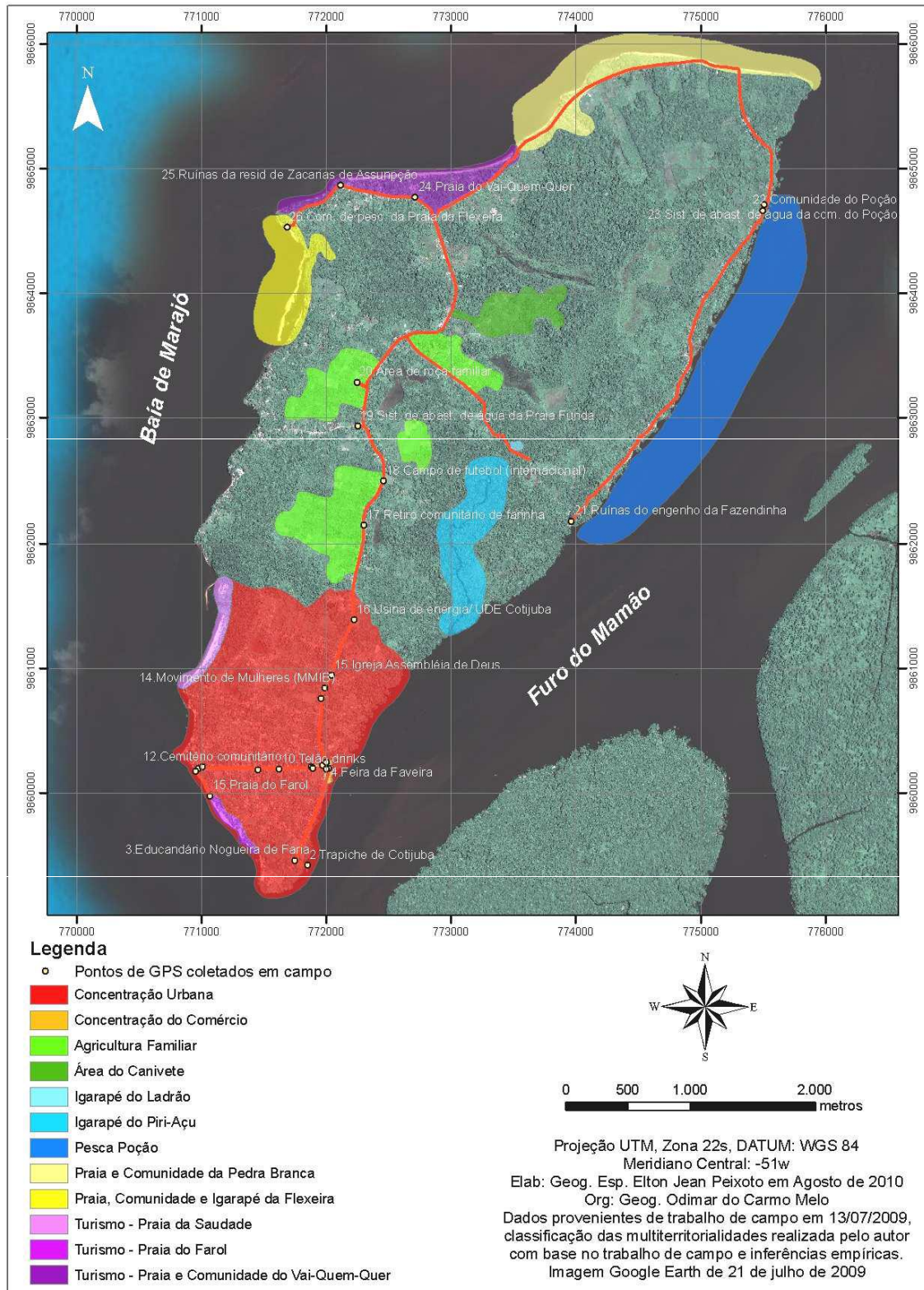
passou a delinear, há poucas décadas, um novo espaço na ilha, desencadeando novas espacialidades, temporalidades e (co)existências. Nesse sentido entende-se que

[...] não são apenas Estado, mercado e turistas que produzem os espaços relativos aos fazeres turísticos, mas também as sociedades que vivem nesses lugares, parte delas transformada, por força de novas contingências, em empreendedores turísticos ou, mesmo em muitos casos, atuando como contra-racionalidades às determinações hegemônicas. A produção do espaço envolve seu uso e apropriação e, neste caso, o conflito termina por ser inerente ao processo (CRUZ, 2008, p. 33).

Como já discutido em outro momento do texto, a atividade turística se desenvolveu junto ao processo de metropolização de Belém, onde nesse contexto, as relações urbanas passaram a aumentar na ilha, tanto nas relações socioespaciais quanto na paisagem. Contudo, o mercado turístico na ilha ainda encontra-se muito precário, o que sugere que o turismo fora se delineando na ilha e junto a ele, a comunidade local, também fora buscando se adaptar a nova racionalidade crescente.

Entendo que a extensão territorial da ilha é bastante considerável, percebe-se que o uso e apropriação do território se dá de maneira bem diferenciada, de acordo com a localização geográfica no lugar. As praias da ilha de Cotijuba e o contato com a natureza, são potenciais inegáveis para atrair diversos visitantes, certas épocas do ano. Melo (2008) demonstra em um mapa (ver mapa 3) o uso do território na ilha, onde pode-se perceber as atividades que ainda permanecem dos tempos de antes da crescente atividade turística e as novas espacialidades compostas por um mercado em formação para recebimento de visitantes.

Mapa 3 - Modo de vida na Ilha de Cotijuba



Fonte: Melo (2008).

Mesmo no universo da atividade turística, há as subdivisões das atividades também de acordo com espaço geográfico na ilha. As práticas turísticas na ilha se configuram basicamente em: Turismo excursionista, Turismo de segunda residência, Turismo ecológico, Turismo de base comunitária. Essas visitas ocorrem, em grande medida, nas férias escolares, finais de semanas e feirados.

Saindo do continente, como já exposto, a travessia a ilha se faz apenas via fluvial, onde barcos saem de dois pontos diferentes de Belém. O mais tradicional e de maior repercussão é o de Icoaraci, que faz o trajeto até o Terminal Hidroviário de Cotijuba. Este transporte é diário e regular. É realizado por um barco, mais conhecido como “barcão”, que suporta em torno de 300 passageiros. Como se observa na Tabela 1, aos finais de semana custa o dobro do valor da passagem cobrada nos outros dias da semana, o valor da passagem é o mesmo do transporte urbano de Belém. No barcão, aceita-se a carteira de meia passagem e passe fácil do idoso de segunda a sexta.

Tabela 1 - Locais de saída, preços e horários das viagens para Cotijuba

Local de saída	Horário (finais de semana e feriados)		Preços (finais de semana e feriados)	Horário (segunda a sexta)		Preços (segunda a sexta)
Icoaraci/ Cotijuba	9:00	19:00	R\$ 6,60	9:00	18:00	R\$3,30
Cotijuba / Icoaraci	5:45	18:00	R\$ 6,60	5:45	17:00	R\$3,30

Fonte: Pereira, 2018.

Como resultado das entrevistas de trabalho de campo, tem-se uma intensa discussão a respeito do turismo realizado em Cotijuba. Pois percebeu-se que o papel da ilha na divisão espacial do trabalho, no processo de metropolização de Belém, fora de se estabelecer como espaço de lazer das camadas mais populares do continente. Huffner (2011), afirma que o turismo em Cotijuba, em grande medida, é realizado por visitantes de condição sócio econômica de renda baixa e este fato contribui para compreender as peculiaridades locais do turismo, tais quais seus possíveis impactos.

Na tentativa de traçar um perfil de visitantes para ilha, no Quadro 8 pode-se observar os bairros e as ocupações de parte dos visitantes. A ilha, em sua maioria é frequentada por pessoas da região metropolitana de Belém, por conseguinte, dos bairros mais afastados da área central, que se configura nos bairros mais nobres da cidade.

Quadro 8 - Bairro e ocupação dos frequentadores de Cotijuba²¹

Bairro	%	Ocupação	%
Icoaraci	23	Autônomo	16
Marituba	17	Estudante	10
Pedreira	10	Aposentado	10
Sacramenta	7	Desempregado	10
Tapanã	7	Pedagoga	10
Tenoné	3	Agente de endemias	7
Jaderlândia	3	Dona de casa	7
40 horas	3	Cabelereira	3
Cabanagem	3	Pintor	3
Sideral	3	Camareira	3
Outeiro	3	Copeira	3
Cremação	3	Téc. de enfermagem	3
Parque Verde	3	Geógrafo	3
Cidade nova 6	3	Gerente de loja	3
Terra firme	3	administrador	3
Benguí	3	Costureira	3
Umarizal	3	Doméstica	3

Fonte: Pereira, 2018.

O turismo excursionista realizado na ilha demonstra a desorganização e os problemas que formam a partir de uma crescente visitação sem o devido cuidado do poder público para um ordenamento territorial, obedecendo o plano diretor e as peculiaridades de Cotijuba. curiosamente o perfil de idade dos frequentadores da ilha de Cotijuba se configura em pessoas

²¹ Os dados descritos na tabela são provenientes do trabalho de campo em abril de 2018. Foram entrevistadas 30 pessoas que iam viajar de volta à Belém. A escolha por essa quantidade de entrevistados está relacionada à quantidade de lotação do barco da prefeitura que em torno de 300 pessoas.

de idade superior aos 30 anos. Com o aumento das vendas dos lotes, conseqüentemente, o turismo considerado de segunda residência também teve um significativo avanço.

Quadro 9 - Faixa de idade dos visitantes de Cotijuba

Idade	%
19 – 30	20
31 – 50	50
51 – 70	30

Fonte: Pereira, 2018.

Os dados expostos a baixo dizem respeito a outra opção de viagem a Cotijuba, se faz também por um barco grande que sai do porto do Ver-o-Peso. O Porto do Foca está localizado ao lado do mercado do Ver-o-Peso e de lá também saem viagens diariamente a ilha de Cotijuba (ver tabela 2), porém esta informação ainda é pouco divulgada. O barco não possui vínculo com a prefeitura de Belém e paga para atracar nos portos no momento de embarque e desembarque de passageiros. Na ilha de Cotijuba, este barco que sai do Porto do Foca, aporta em um trapiche localizado na fábrica de gelo, que está localizada também na porção sul de Cotijuba próximo ao Terminal Hidroviário.

Tabela 2 - Locais de saída, preços e horários das viagens para Cotijuba com saída do Ver-o-Peso

Local de saída	Horário (finais de semana e feriados)	Horário (segunda a sexta)	Preço único
Ver-o-Peso /Cotijuba	8:00	12:00	R\$10,00
Cotijuba / Ver-o-Peso	16:30	5:40	

Fonte: Pereira, 2018.

No mesmo porto, também fazem o embarque e desembarque de barcos fretados para passeios à ilha de Cotijuba. Esses passeios são caracterizados como piqueniques no qual é vendido por uma tarifa única de ida e volta para cada passageiro. Custa em média 50 reais.

Neste barco há a venda e consumo de bebidas e comidas, também são oferecidas atrações musicais como pequenas aparelhagens e música ao vivo. Esses barcos são, de certa forma, proibidos de atracar no terminal hidroviário de Cotijuba, pois a estrutura do porto não suporta o porte dessas embarcações.

As práticas de piquenique/passeio se configuram em um turismo considerado agressivo, pode-se perceber nas entrevistas realizadas que esse tipo de turismo é muito mais impactante do que positivo para a ilha. Uma entrevistada fala sobre como ocorre esse tipo de turismo:

[...] esses turistas vêm de Belém e também de outros locais do Pará. Eles só vêm detonar as parias, porque eles trazem suas bebidas, sua comida e aqui só faz deixar o lixo. São pessoas de renda mais baixa, chegam todos de uma vez, com uma barulheira nos barcos, não respeitam nada e nem consomem as coisas aqui. Só deixa lixo mesmo. (Ex-presidente do Movimento das Mulheres das ilhas de Belém – MMIB. Informação coletada em uma palestra no trabalho de campo em agosto de 2016).

barco de passeio é um caos para Cotijuba, atrapalha a navegação e eles traz tudo, e deixam só o lixo. Já deu briga, já caiu gente bêbada na água, já deu até uma morte. (Morador de Cotijuba. Entrevista realizada no trabalho de campo em julho de 2018).

Esses são os turistas que passam apenas algumas horas na ilha. Chegam pela manhã e vão embora ao final da tarde, também ficam na praia mais próxima do porto onde o barco fica atracado, culminando assim, em não haver despesa com transporte dentro da ilha. Nas entrevistas ficou claro o incômodo que parte da população sente com esse tipo de visitação, sobretudo pelo fato de não haver consumo por parte dos visitantes. Tendo em vista que a quantidade de visitantes é considerável, o pensamento de possibilidade de um alto ganho com essas visitas está sempre no imaginário dos comerciantes da porção sul da ilha. A fotografia 23 mostra os barcos de passeio para ilha que aportam no trapiche da fábrica de gelo. Geralmente tem uma estrutura bem grande e traz a ilha uma quantidade de visitantes bem grande de uma única vez. No fim da tarde, como mostra a fotografia 24, os passageiros se dirigem ao trapiche da fábrica de gelo para retornar a suas residências, na viagem do barco Sto Expedito, vai ocorrendo festa com venda de bebidas e som de aparelhagens. A fábrica de gelo é uma cooperativa que fabrica gelo e faz sua venda pelo trapiche onde seus clientes aportam para fazer a compra, mostrada na fotografia 25. Também há o ganho extra com o aluguel do trapiche para a atracação de barcos de passeio e o barco que faz a viagem diária Belém-Cotijuba, saindo do porto do Foca

Fotografia 23 - Barcos de passeio para Cotijuba.



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 24 - Embarque dos passageiros.



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 25 - Trapiche da fábrica de gelo.



Fonte: Pereira, 2018.

O turismo excursionista é o que caracteriza as viagens dos barcos de passeios citados anteriormente. Mas também, se configura na maioria das práticas turísticas atualmente realizadas na ilha de Cotijuba. As praias receptoras desse tipo de turismo são a Praia do Farol e do Vai-Quem-Quer. Todavia, é na praia do Farol que tal prática é sobremaneira realizada. o baixo custo da realização, a facilidade de acesso, as redes de circulação e o provimento de uma infraestrutura básica para as visitas, foi o que provocou a incidência desse turismo em Cotijuba, sobretudo, entendendo-se que tal prática fora a primeira a ser disseminada na ilha. De acordo com Ribeiro (2007), o turismo excursionista também é caracterizado por visitantes, em grande medida, economicamente desfavorecidos, visto que uma das principais características é a “não existência de grandes dificuldades de acessibilidade no tempo e custo de deslocamento” (RIBEIRO, 2007, p. 46).

Para quem vem de Belém pelo porto de Icoaraci, e aporta no terminal hidroviário da ilha, o primeiro contato com os ilhéus se dá logo no terminal e depois, na praça central da ilha, que fica a frente do antigo educandário. Logo na entrada da ilha se forma um corredor com onze vendedoras de produtos locais, mais especificamente de lanches produzidos por elas. São bolos de macaxeira²², coxinha de macaxeira, sucos de frutas regionais, entre outras coisas. Essas comerciantes trabalham todos os dias ali, mas a principal clientela delas são os turistas, que ali chegam se se espraia na ilha para diversas localidades.

As vendedoras da praça são as que todos os dias ali, em alta e baixa temporada, recebem os turistas e podem observar o fluxo diário da ilha. O que observou-se na pesquisa de campo que essas vendedoras são mulheres provenientes de outras localidades do estado, algumas residem há bastante tempo ali, outras há menos tempo, há as que nem mesmo residem na ilha, porém trabalham lá todos os dias.

Quadro 10 - Características do turismo e da procedência das vendedoras do porto de Cotijuba

Há quanto tempo está na ilha	De onde veio	Idade	O que faz	Há quanto tempo tem a barraca no porto	Como vê o turismo atualmente em Cotijuba?
11 anos	Barcarena	34 anos	Vendedora de lanche	6 anos	Decadente
Não mora na ilha	Barcarena	37 anos	Vendedora de lanche	10 anos	Ruim
4 anos	Acará	29 anos	Vendedora de lanche	4 anos	Decadente
6 meses	Salvaterra	35 anos	Vendedora de lanche	3 meses	Fraco
28 anos	Belém	56 anos	Vendedora, agricultora familiar	3 anos	Ruim
12 anos	Belém	49 anos	Vendedora de lanche	2 anos	Bom
21 anos	Ananindeua	54 anos	Doméstica e vendedora de lanche	20 anos	Fraco
2 anos	Barcarena	21 anos	Estudante e vendedora de lanche	10 anos	Bom
10 anos	Belém	53 anos	Vendedora de lanches	7 anos	Decadente
Não mora	Icoaraci	28 anos	Vendedora	8 meses	Péssimo

na ilha			ambulante e de lanches		
18 anos	Castanhal	24 anos	Vendedora ambulante e de lanche	3 anos	Bom

Fonte: Pereira, 2018.

Sugere-se que o motivo para estarem ali atualmente está relacionado a questão de produção de moradia, busca por trabalho no processo de metropolização de Belém. Essas não aderiram a atividade turística após o fenômeno ser estabelecido no local, e sim, por motivos outros, buscaram a ilha para sua moradia e assim, entraram para o ramo de vendas aproveitando o contexto das visitas. A atividade turística hoje, mostra-se, de acordo com os entrevistados, numa situação bastante delicada. Muito se houve sobre a decadência do turismo na ilha de Cotijuba e o que se deve a esse discurso sempre trata-se da questão do abandono da ilha e da falta de planejamento e organização da atividade em Cotijuba.

Na extensão da praia do Farol encontra-se dezessete bares e restaurantes (SANTOS, 2017). Os bares organizam-se na praia com suas barracas por toda sua extensão e realizam festas com pequenas aparelhagens (ver fotografia 26). Informações coletadas em entrevistas do trabalho de campo, percebeu-se que os comerciantes da praia do farol possuem muitas reclamações acerca do turismo na ilha. Há uma sensação de decadência da atividade e do movimento de visitas a cada ano. Sobre a atividades turística e a questão do patrimônio natural da ilha, os comerciantes afirmam que:

Quadro 11 - Fatores de percepção do turismo, patrimônio e modificações no espaço em Cotijuba

Comerciantes dos estabelecimentos	Como vê o turismo em Cotijuba.	Como vê o patrimônio cultural e natural em Cotijuba.	Como vê as modificações no espaço em Cotijuba.	Como vê a presença do poder público em Cotijuba.
Farol das estrelas	Fraco	Abandonado	Principal: energia elétrica	Inexistente
Casa Itaguari	Fraco	Abandonado	Principal:	Inexistente

			energia elétrica	
Fama bar e restaurante	Fraco	Abandonado	Principal: energia elétrica	Inexistente
Bar do Farol	Decadente	Abandonado	Principal: energia elétrica e posto de saúde	Inexistente
Recanto das Araras	Fraco	Abandonado	Principal: energia elétrica	Inexistente

Fonte: Pereira, 2018.

A afirmação da diminuição da atividade turística na ilha é compartilhada por todos os comerciantes entrevistados. Estes afirmam que a cada ano, diminui-se mais as vendas e o recebimento de visitantes. O patrimônio cultural e natural não possui um devido cuidado, segundo os entrevistados, uma organização na atividade turística, por parte do poder público, para fomentar mais visitantes a ilha é necessária e urgente. Tais afirmativas podem ser identificadas nas palavras de um entrevistado:

O turismo na ilha tá cada vez pior, tá decadente. Não tem um projeto do governo pra trazer mais turista pra cá e os que vem, muitas vezes trazem tudo, aqueles do barco de passei, eles nem consomem muito aqui. Claro que nas férias melhora bastante, mas todo ano vem cada vez menos turista. Em outros tempos, mas quando que esse bar ia tá assim vazio nessa época de feriado (Comerciante, proprietário do bar Recanto das Araras. Entrevista concedida no trabalho de campo em abril de 2018).

As modificações na atividade turística na ilha podem ser explicadas através das modificações ocorridas ao longo dos anos. As visitas que eram sobremaneira realizadas na praia do farol, fora se espalhando para outras localidades da ilha, a incidência do turismo de segunda residência, e da maior facilidade para chegar a praia do Vai-Quem-Quer, também contribui para uma diminuição dos frequentadores da Praia do Farol, como mostrada na fotografia 27, os proprietários dos bares e restaurantes distribuem pela extensão da praia barracas para acomodar os clientes. As barracas acabam tomando quase todo o espaço da areia da praia.

Fotografia 26 - Festa de Aparelhagem na Praia do Faro



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 27 - Barracas dos Bares e Restaurantes a extensão da Praia do Farol



Fonte: Santos, Bruna. 2017.

Além da praia do Farol, outra praia também recebe muita visitação e possui maior estrutura para recebimento de turistas é a praia do Vai-Quem-Quer. Nesta também se percebe uma prática turística excursionista, porém com público um pouco mais diferenciado, pois pela

sua distância do terminal hidroviário, os frequentadores de antes, eram os que buscam uma praia mais bucólica e afastada das características urbanas. Na praia do Vai-Quem-Quer é realizada, em diversas épocas do ano, festas de aparelhagens com *djs* que tocam reggae a festa inteira, o que configura numa restrição de público para os bares que realizam essas festas. Esta é uma praia que sofreu um pouco mais de modificação, de acordo com entrevistados, pois ela, não possuía essa paisagem que tem agora, os visitantes tinham outro perfil.

Essas modificações se deram pela maior facilidade de acesso e aumento de estrutura para recebimento dos visitantes. As motorretes, mostrada na fotografia 28, são veículos recentes na ilha, possuem menos de dez anos, fora implementada à ilha a partir da liberação do uso de motocicletas com menos de 25cc na ilha, atualmente fazem o trajeto a essa praia – que possui esse nome pelo fato da distância com relação ao terminal hidroviário, com muito mais rapidez que os chamados bondinhos e charretes. As motorretes são motos adaptadas a charretes (ver fotografia 29) que podem levar cerca de 6 a 8 passageiros de uma só vez. Há quem busque aspectos mais tradicionais da ilha e optem pelo trajeto de charrete, puxada pela tração animal, ou mesmo os tradicionais bondinhos (ver fotografia 30). No entanto, as motos são o transporte que cresce demasiadamente na ilha, sem qualquer fiscalização, e oferece o serviço de locomoção às praias com muito mais rapidez.

Fotografia 28 - Motorrete de Cotijuba.



Fonte: Martins, Cristino. 2017.

Fotografia 29 – Charretes de tração animal de Cotijuba



Fonte: Santos, Bruno. 2017.

Fotografia 30 - Bondinhos de Cotijuba:



Fonte: Santos, Bruna. 2017.

Atualmente a praia do Vai-Quem-Quer possui na sua extensão 32 bares, restaurantes e pousadas, esses estabelecimentos modificaram intensamente a paisagem da praia, pois de acordo com relatos das entrevistas, não havia tantos bares ali e a poluição sonora e visual eram bem menores. A incidência de violência também se configura em uma das mudanças mais observadas na praia do Vai-Quem-Quer, por ser uma das praias mais distantes da porção mais urbanizada da ilha, a comunidade do Vai-Quem-Quer pouco se via relatos de furtos ou eventos de violência nessa parte da ilha, fato que está se modificando cada vez mais, de acordo com entrevista realizada.

[...] aqui o turismo era bem melhor, era mais sossegado, tinha menos bagunça, mas ainda sim tá bom, da pra viver. Com minhas vendas eu ajetei minha casa, fiz esses quartinhos pra alugar, tô trabalhando por aqui, mas mudou muita coisa por aqui. Eu não saio daqui por nada, morara e trabalhar aqui perto da natureza pra mim é tudo de melhor (Comerciante, 67 anos, moradora, entrevista realizada em julho 2018).

[...] o turismo aqui tá péssimo! Desorganizado, caro... essa ilha já foi mais visitada. A vida e o turismo no passado era melhor que hoje. Quem vinha visitar a Vai-Quem-Quer era quem buscava o rústico, respeitava a natureza, mantinha a praia limpa, mas agora tudo mudou, pode perceber por esse monte de bar aí com essa barulheira toda. Eu era de Belém, mas não vou mais embora daqui não. Ainda assim aqui é muito melhor a qualidade de vida (Comerciante, 64 anos, morador, entrevista realizada em julho de 2018).

[...] essa ilha já foi mais visitada. Aqui era melhor a vida, a gente não se preocupava com assalto. Moro aqui pelo sossego e tranquilidade, mas está ficando difícil...hoje se vê tráfico de drogas, assalto (Comerciante, 54 anos, morador, entrevista realizada em julho de 2018).

Muito se houve também sobre a dependência que a atividade turística gerou aos moradores da ilha, principalmente aos que residem próximo das praias com maior visitação e próximo à área mais urbana da ilha. A atividade turística enquanto atividade econômica que deveria ser uma opção de desenvolvimento para Cotijuba e contribuir como renda extra dos ilhéus, acabou tornando-se a única atividade econômica para muitos moradores da ilha, que com o aumento da competitividade, passou a sentir uma decadência na oferta de serviços e no que conseguia arrecadar em tempos atrás.

Diante disso, em entrevista, percebeu-se as fragilidades que a atividade turística acabou adquirindo e instalando na ilha para um melhor aproveitamento das visitas:

[...] aqui eu percebo que não tem aquela noção, aquela coisa da união que faz a força, do cooperativismo...é cada um por si. Cada um, briga pelo seu espaço, não enxerga o restante como um todo. O turismo aqui é confuso! Digamos assim, porque a maioria das pessoas aqui vê o turismo só como comércio imediato. Não tem um

pensamento de construir, de que forma eles querem o turismo daqui. O turismo daqui poderia ser bem melhor, se for disciplinado, organizado. [...] e também mudou a clientela do turismo, antes a gente tinha um turista que gostava de curtir o luar, curtir a natureza, não tinha medo de ficar na praia, medo de dormir na praia. Agora a gente não tem coragem nem de andar a noite por aqui (Comerciante, 62, moradora, entrevista realizada em julho 2018).

[...] por incrível que pareça, antes o público era outro, deixava mais renda pra ilha. Hoje não! O público anterior valorizava mais a natureza, não tinha o tanto de casa que tem hoje. [...] veio o progresso, mas também veio muita coisa ruim junto (Morador, 63 anos, entrevista realizada em julho de 2018).

O progresso o qual o morador comenta na entrevista é a mudança realizada na ilha nesses últimos anos. Os equipamentos geográficos, a energia elétrica, a abertura de mais ruas, a entrada da companhia de telefone. O morador trata das modificações de uma realidade menos rural como o “progresso” que trouxe benefícios para os ilhéus, no entanto também trouxe muitas modificações maléfica para quem vive ali.

O que se percebe é que o turismo na praia do Vai-Quem-Quer (ver fotografia 31) modificou, modificando assim toda a realidade de quem vive na comunidade do Vai-Quem-Quer. O um espaço mais rústico da ilha que sofreu recentemente com a invasão da massificação do turismo e sua desorganização no espaço.

Fotografia 31 - Praia do Vai-Quem-Quer



Fonte: Pereira, 2018.

Para além do turismo excursionista, mais praticado nas praias do Farol de do Vai-Quem-Quer, a ilha de Cotijuba, nos últimos anos, teve um significativo aumento da prática turística chamada de segunda residência. Os loteamentos crescentes na ilha proporcionaram a intensa produção de moradia e de segunda residência. O turismo de segunda residência se configura em:

[...] um estabelecimento de um vínculo mais forte com espaço utilizado para a respectiva prática, o que pode ser compreendido ao se considerara materialidade estabelecida por este, representada pela residência secundária, dando forma a um tipo de turismo mais sedentário, ou seja, marcado por uma regularidade e uma intensidade de saídas e retornos. (RIBEIRO, 2007, p. 37).

As praias do Amor e da Saudade são as que se enquadram nas receptoras do turismo de segunda residência na ilha de Cotijuba. Dentre essa prática de apropriação do espaço, convém destacar que as relações de compra e venda de terrenos para o fim de segunda residência são realizadas por um mercado não específico, ou seja, feita por moradores com terrenos extensos, ou pessoas que comprem um terreno maior e faz loteamentos de terrenos médios e pequenos para vendas. A especulação imobiliária feita por agentes ou corretoras ainda não é realizada na ilha.

As casas construídas para segunda residência, em grande medida, são casas simples, com estrutura básica e em terrenos médios. Nessa via entende-se que o público que se apropria do espaço para a segunda residência na ilha não é um público de alto padrão, porém são pessoas que conseguem adquirir uma residência secundária e mantê-la com alguns utensílios para que fiquem disponíveis para quando sua chegada na ilha.

O turismo de segunda residência também se configura em uma problemática muito disseminada pelos moradores locais, pois, o aumento de loteamento desencadeia no aumento de necessidades de infraestruturas adequadas, como o saneamento e abastecimento de água, assim, a produção de outras moradias desencadeia em mais usos de fossas, poços artesianos, energia e retirada da cobertura vegetal.

[...] agora você imagina: o cara compra um terreno grande, divide ele em três e vende todos os três para três famílias diferentes. São três fossas, três poços e eles 'limpam' todo o terreno, sai tirando tudo. É assim que tem acontecido aqui. Tem gente que chega aqui e parece cupim, vai destruindo tudo (Diarista, moradora, 27 anos. Entrevista realizada em julho de 2018).

Apesar do turismo ter se tornado a atividade econômica mais dinamizadora realizada na ilha, muitas críticas partem dos moradores pelos efeitos que essa atividade desencadeia. O turismo excursionista e o turismo de segunda residência, aos seus pontos, sempre deixam seus

impactos na paisagem local e no cotidiano de quem tem maior contato com o turista. Acerca disso concordamos que:

O turismo de segunda residência, característico do turismo sedentário está diretamente associado à urbanização acelerada, à intensificação de especulação imobiliária, à pouca geração de lucros para a comunidade receptora, à degradação de extensas áreas e ecossistemas naturais para a construção civil e à influência dos turistas nas comunidades em função de sua força política e econômica. Ou seja, mesmo estando marginalmente associado à indústria turística, ele é responsável por uma infinidade de problemas relativos à urbanização turística. (PAES-LUCHIARI, 1999, p. 153).

A nova organização do espaço incluindo os que chegaram recentemente e os que continuam a chegar, transforma toda configuração da paisagem. Cria mais espaços de venda de mantimentos, de materiais de construção e transporte dentro da ilha. Para além disso, desencadeia também formas de criminalidade que para os que vivem na ilha era, até então, uma prática desconhecida: como os arrombamentos de residências. As mudanças nos hábitos dos ilhéus tornaram-se necessárias, com relação a proteção, cuidado e no que se configurava como liberdade na ilha. Em entrevista realizada, percebeu-se que os hábitos cotidianos de dormir na parte externa das casas, ter poucos acessórios de segurança nas casas como grades e trancas reforçadas, andar pela rua a noite e a pé, são hábitos que paulatinamente vai se perdendo. A racionalidade urbana de uma periferia, que traz consigo o aspecto de insegurança e violência assola também para onde se espraia o tecido urbano.

Antes a gente andava por aí tudinho. Não tinha medo de andar só, não tinha medo de andar a noite. Tinha gente que dormia na praia e fora da casa, essas coisas cada vez mais não se vê por aqui. Agora eu não só a noite de jeito nenhum (Comerciante, moradora, 64 anos. Entrevista realizada em julho de 2018).

[...] as pessoas compram terreno, colocam um botijão, um fogão, uma televisão e uma geladeira e vão embora para Belém. Dai, o vagabundo vê que tá sozinho as coisas lá, arromba a casa e leva o que pode. Essas coisas não aconteciam aqui na ilha. Agora a gente precisa colocar até grade em nossas casas (Comerciante, morador, 63 anos. Entrevista realizada em julho de 2018).

Essas novas relações com o lugar e mudança na paisagem também fazem das praias menos frequentadas, aos poucos, vão ganhando mais moradias, mais fluxo de pessoas e pequenos serviços, e se abrindo mais para visitas, uma vez que novos conteúdos requerem novas formas. As praias escolhidas para a prática de segunda residência – praia do Amor e Saudade (ver fotografias 32, 33, 34 e 35) apresentam uma paisagem diferenciada das praias onde é mais praticado o turismo excursionista. A paisagem bucólica, pouco barulho, clima

mais ameno por conta da vegetação densa, tornam-se potencialidades para o interesse de quem quer adquirir uma residência na ilha

De acordo com Santos (2017) a praia do Amor é onde a prática de segunda residência mais se desencadeia, mas também recebem alguns poucos visitantes que buscam mais tranquilidade, esse tem a visão de que na praia do Amor o ambiente familiar e o contato com a natureza são mais valorizados. Aos poucos, afastando-se mais da parte sul da ilha, a praia da Flexeira (ver fotografia 35) também vai acompanhando as modificações sofridas pelas praias do Amor e da Saudade. Ainda é bem tímida a incidência de segunda residência na praia da Flexeira, mais o que se percebe é que se configura numa prática em expansão, onde certamente, em pouco tempo, estará ao mesmo nível das demais praias citadas anteriormente.

Essas praias possuem em suas paisagens a orla da praia, diferente de outras praias já ilustradas no texto, não possuem uma estrutura com bares e restaurantes. E sim, se observa uma orla com algumas moradias e significativa cobertura vegetal.

Fotografia 32 - Praia do Amor



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 33 - Residências secundárias na Praia do Amor



Fonte: Bruna Santos, 2017.

Fotografia 34 - Orla da Praia da Saudade



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 35 - Praia da Flexeira.

Fonte: Pereira, 2018.

Se afastando um pouco mais da área central da ilha, que compreende a parte sul, chega-se onde as relações se realizam com um tempo mais lento, o que se percebe é que ao se afastar do centro a temporalidade e a espacialidade vai negando uma racionalidade mais urbana e a floresta e o rio vão se tornando mais inerentes ao cotidiano ilhéu. As casas parecem mais afastadas uma das outras e a oferta de serviços até parece inexistente. Contudo, é nesse cenário que se delineia um lugar propício para a ocorrência da prática turística conhecida como turismo ecológico

O turismo ecológico é a prática turística, em grande medida, que mais se aproxima das características desenvolvidas na parte mais oeste da ilha, na praia Funda. A praia Funda está localizada entre a praia da Saudade e praia da Flexeira. O turismo de segunda residência desencadeado na praia da Flexeira capta a centralidade desenvolvida na praia do Vai-Quem-Quer, onde pode-se observar uma organização turística de serviços (pousadas, bares, restaurantes, pontos de transporte) mais desenvolvida. Todavia, a praia Funda encontra-se distante da parte central – próximo ao terminal hidroviário, e distante também da parte um pouco mais urbanizada da praia do Vai-Quem-Quer. Enquanto um enclave entre as praias, a praia Funda não está isenta das práticas turísticas, com um público um pouco mais seletivo, recebe visitantes o ano inteiro nas temporadas de férias, finais de semana e feriados.

A atividade turística realizada na praia funda possui uma organização especial para o público que a frequenta. O contato com a natureza e a tranquilidade é um dos atributos mais

disseminados por quem organiza o espaço turístico por lá, espaço esse que não possui grandes cadeias e redes de serviços e sim algo simples porém com conforto acompanhando uma racionalidade da comunidade tradicional, o que possivelmente também é um dos atributos de venda no local, como atrativo turístico.

A praia Funda possui apenas poucas pousadas a beira da praia, que de certa maneira se apropriaram daquele espaço para a comercialização de uma natureza exuberante. Como um espaço privativo, recebe algumas atrações durante o ano. São festas que acabam por incorporar um público seletivo. Festas de músicas regionais são as de maior ocorrência na praia, com a organização dos donos de pousadas. Uma vez que a praia funda não possui um fácil acesso, é distante da área onde se concentra mais serviços, o visitante que ali frequenta não se caracteriza como o excursionista, que busca diminuir ao máximo os custos e o tempo no lugar. Também não o turista de segunda residência que ali frequenta, pois a prática de loteamento ainda não está disseminada nessa porção da ilha. A saber, o ecoturismo se configura em:

Um segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem estar das populações envolvidas (BRASIL, 1994, p. 4).

Nesse sentido a praia funda se caracteriza por ser uma parte da ilha que ainda guarda as relações que antes na praia do Vai-Quem-Quer eram mais realizadas, como: poucas pousadas, cuidado com os aspectos naturais da praia, cobertura vegetal densa e pouca incidência de atos de criminalidade. A organização do espaço ali ainda busca reservar as raízes da ocupação turística na ilha, da busca pelo bucólico e regionalidade.

Fotografia 36 - Praia Funda.



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 37 - Orla da Praia Funda.



Fonte: Pereira, 2018.

Em cada lugar dentro da ilha, o espaço produzido pelas práticas turísticas mostra a fuga do urbano, do tempo rápido da produção de um espaço para o capital. O tempo lento do lazer, ao que parece, também é heterogêneo dentro da ilha que recebe gradativamente o tecido

urbano se espalhando. A apropriação do espaço pelo turismo repertoria novos usos e novas paisagens na ilha, mas também, resistentes ali, encontram-se as permanências, por conseguinte, as contiguidades que dão as relações socioespaciais novos conteúdos. Nessa via acredita-se:

[...] o estilo de vida urbano, atualmente, tem-se expandido e coexiste com modos de vidas, outras temporalidades no espaço geográfico. Talvez, um dos maiores fenômenos sociais que possibilita essa expansão seja a atividade do turismo, reunindo necessidades psicossociais, como também, o consumo dirigido, criando simulacros da realidade e fetiche espacial de uma natureza intocada e endeusada, separada do homem, segregando e excluindo pessoas no seu processo de desenvolvimento. (SOUZA, 2008, p. 109).

Nessa dinâmica que o espaço segue sendo produzido, nas relações cotidianas denunciadas no lugar, sob o efeito e causa dos agentes exógenos e sob uma racionalidade híbrida, entre o novo e o antigo, o “progresso” e o rústico. Assim constrói-se diversas possibilidades de reprodução social, nesse momento do texto, tratando-se da atividade turística como produtora e organizadora do espaço, tem-se agora, o turismo de base comunitária como discussão, desprendendo-se de um turismo de sol e praia a essa altura, atravessando à porção leste da ilha de Cotijuba, chegando às comunidades Fazendinha e Poção (ver figura 4).

Figura 2 - Mapa da Ilha de Cotijuba ilustrando as comunidades do Poção e Fazendinha



Fonte: HUFFNER, 2016; BELEMTUR ,2011.

A comunidade Fazendinha localiza-se a cerca de 18 km de distância do terminal hidroviário de Cotijuba, com difícil acesso a esta porção da ilha, sem transporte frequente que

realize este trajeto, esta comunidade permanece afastada da área mais central da ilha e junto a distância geográfica, permeia-se também a distância das relações mais ágeis, dos horários rígidos. As comunidades Fazendinha e Poção ainda resistem no modo de vida mais rural, da agricultura, pesca e artesanato. De acordo com Ecomuseu da Amazônia /Fumbosque (2016) nessas comunidades 80% recebem apoio financeiro de programas sociais e a renda mensal média de 90% deles é de apenas um salário mínimo.

Essa é a parte da ilha em que o modo de vida se configura ribeirinha. A dependência da pesca de camarão, peixes e coleta do açaí é muito comum nessas comunidades. Em visita técnica pelas comunidades, pode-se perceber muitas pequenas embarcações atracadas no “quintal”, que por sinal, se estende ao rio. Essas embarcações são o instrumento de trabalho de muitas famílias dali, mas também é seu veículo de locomoção para as outras partes da ilha e para o continente.

As residências nessas comunidades, que estão mais a beira do rio, geralmente possuem uma estrutura erguida do chão para a proteção de invasão das águas em tempo de maré cheia. São casas simples, em grande medida, de madeira, com terreno extenso onde lá é cultivado diversas plantações e criação de animais. A fotografia 38 mostra uma casa de uma família ribeirinha erguida do chão. Na realização da visita de campo para uma entrevista, o morador estava preparando seu instrumento de pesca de camarão, mostrado na fotografia 39. E na fotografia 40, vê-se plantações de açaí para a subsistência da família e a venda de um pouco do excedente, o ribeirinho cultiva o açaí no quintal da sua casa.

Fotografia 38 - Casa de família ribeirinha.



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 39 - Instrumento para pesca de camarão



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 40 - Plantação de açai:



Fonte: Pereira, 2018.

São nessas comunidades, onde ainda se tem muito das tradições e modo de vida dos primeiros moradores da ilha que o turismo de base comunitária – TBC foi implantado. De acordo com Mielke (2009), o turismo de base comunitária pode abrir novas possibilidades de trabalho para o conjunto de mão de obra familiar, contribuindo no aumento de renda e na melhoria das condições de vida da população local. Para além do aumento da renda familiar, deve-se pensar na construção de parâmetros que contribuam para a manutenção do modo de vida que os moradores locais estão habituados a viver no cotidiano. Nessa via,

De fato, a atividade turística regional/local deve primar pelo respeito ao patrimônio natural e cultural do meio em que ela se desenvolve. Além disso, a participação das populações locais é considerada um elemento-chave para a realização da sustentabilidade, o que significa dizer que as populações locais devem ser promotoras e, ao mesmo tempo, beneficiárias da atividade turística fomentada em âmbito regional/local. (MIELKE, 2009, p. 10).

No sentido de valorização do patrimônio cultural e natural do cotidiano dessas comunidades, o ECOMUSEU DA AMAZONIA/FUMBOSQUE²³ buscou trabalhar nesse projeto de TBC os saberes e fazeres dos moradores locais, suas insularidades – o modo de vida peculiar de quem mora nas ilhas (o espaço percebido), e suas ilheidades – os imaginários cotidianos, a dimensão simbólica do espaço (o espaço vivido). (DIEGUES, 1998).

Para a obtenção do projeto de TBC nas comunidades de Poção e Fazendinha o Ecomuseu da Amazônia/ FUMBOSQUE precisou trabalhar em parceria com a comunidade no sentido de identificação dos objetos/ relações que poderiam servir como atrativo turístico de visitação. Com efeito, a identificação do patrimônio natural e cultural daquela comunidade fez-se necessário.

O início do processo de planejamento para o desenvolvimento do turismo de base comunitária na região insular de Belém, capitaneado pelo Ecomuseu da Amazônia, se deu a partir da percepção das demandas e possibilidades de projetos a serem implantados, e que consistiu na inventariação patrimonial das comunidades e de seu território. A identificação do patrimônio foi feita de forma participativa, tendo como metodologia a elaboração de biomapas, que são representações gráficas/artísticas contendo o patrimônio preconizado e valorizado pela comunidade (BELÉM, 2016, p. 11).

²³ O Ecomuseu da Amazônia é um programa vinculado à Fundação Centro de Referência em Educação Ambiental –Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira da Prefeitura Municipal de Belém. O programa atua por meio de projetos desde 2007 na região insular de Belém, principalmente nas ilhas de Caratateua, Mosqueiro e Cotijuba, com ações que visam o desenvolvimento local com base na sustentabilidade socioambiental e valorização cultural, contribuindo para a fixação do homem em sua terra. Surge como uma proposta que enfatiza a museologia social difundida na França nos anos de 1970/80, sendo fundamentado no movimento dos museus ao ar livre, da redescoberta patrimonial no Reino Unido e na gênese do ambientalismo na museologia (BELÉM, 2016, p. 3).

Assim o Ecomuseu da Amazônia passou a trabalhar com as comunidades pautado em quatro princípios norteadores:

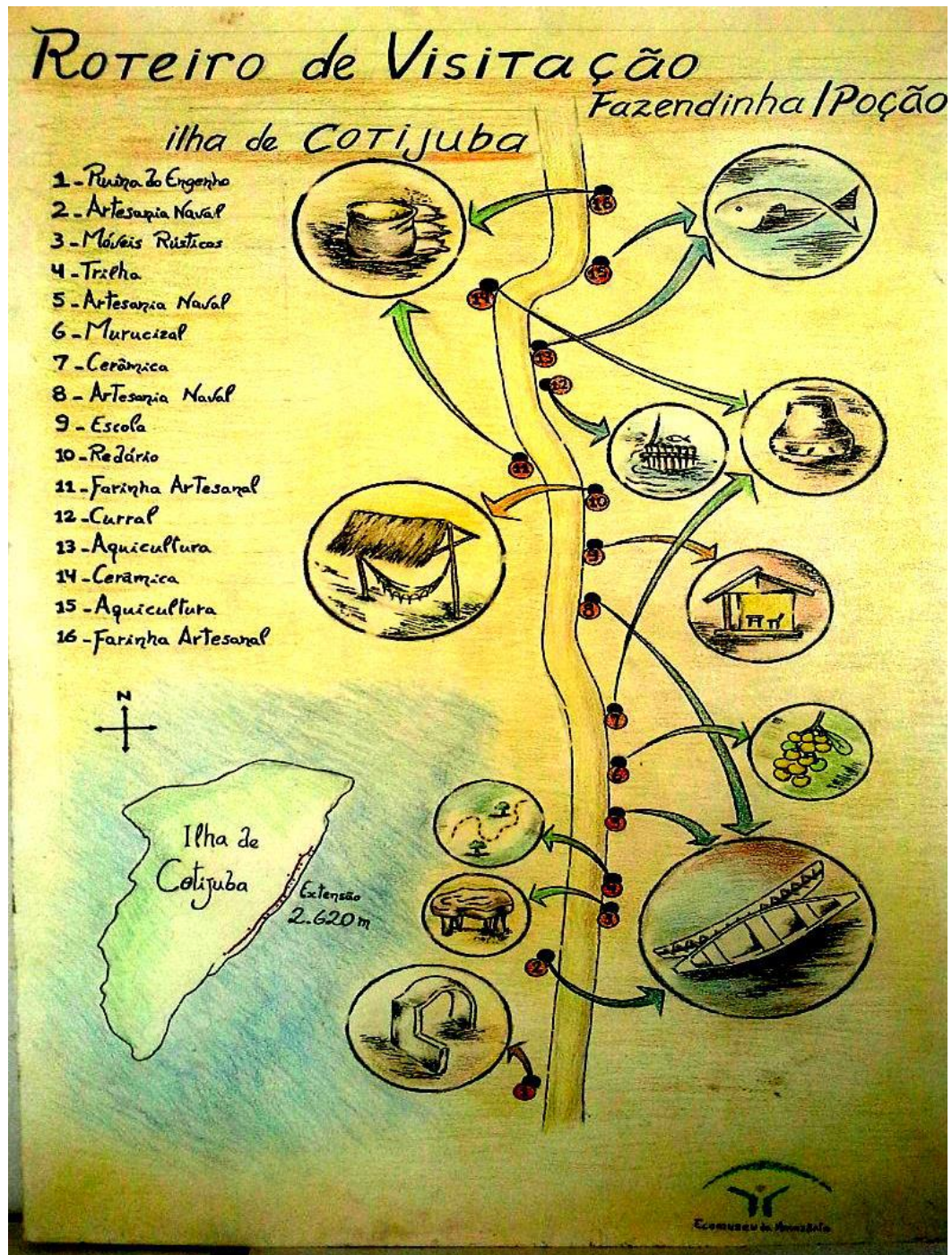
- O empoderamento e pertencimento comunitário perante a atividade turística e o seu território;
- A capacitação para o TBC;
- A estruturação do destino;
- A educação patrimonial e ambiental comunitária.

Dessa forma iniciou-se as atividades com a participação, também, da Secretaria de Estado de Turismo -SETUR, onde reuniões eram marcadas a convite do Ecomuseu da Amazônia aos comunitários, e as atividades foram ganhando materialidade perante a aceitação dos ilhéus. O projeto consistiu na produção de um roteiro de visitação denominado: Roteiro Patrimonial de Visitação. Nessa via, os comunitários são os que fazem todo o processo de recebimento dos visitantes, as falas explicativas dos pontos selecionados e durante o percurso demonstram as atividades realizadas por eles em seu cotidiano. Além de incluírem, também, uma parada no engenho fazendinha.

O Roteiro está estruturado em 16 pontos de visitação, contemplando o patrimônio histórico, cultural e natural das comunidades, iniciando pelas ruínas do engenho da Fazendinha, passando pelas residências dos mestres barqueiros, artesãos, agricultores e piscicultores, onde em cada ponto é possível aprender sobre as atividades tradicionais exercidas na comunidade, experimentar a comida, conhecer o cultivo de peixes regionais e conhecer o artesanato local (BELÉM, 2016, p. 14).

Em busca de um modelo de desenvolvimento territorial sustentável, o projeto do TBC nas comunidades ainda está aperfeiçoando as atividades no sentido de contrapor os modelos de segmentos turísticos tradicionais, buscando o pleno protagonismo comunitário na organização de divulgação do roteiro e sua realização. A figura 5 ilustrada a baixo mostra um mapa confeccionado pela comunidade local juntamente ao Ecomuseu da Amazônia, onde está selecionado para as visitas os pontos que são considerados patrimônio natural e cultural dessas comunidades. A imagem ilustra os saberes e fazeres da comunidade, além de retratar também a paisagem da porção ribeirinha da ilha de Cotijuba

Figura 3 - Biomapa do roteiro de visitação.



Fonte: Ecomuseu da Am z nia (2016).

Entendendo a realidade atual que a ilha de Cotijuba vem passando nos últimos anos, com a gradativa expansão de uma atividade turística desorganizada que aglutina na ilha sem o devido acompanhamento de seus impactos sobre o patrimônio cultural e natural da ilha, o projeto de TBC passa ser uma possibilidade de proteção e organização das atividades turísticas que ainda estão por aglutinar-se nas porções mais remotas de Cotijuba. Com efeito,

convém lembrar, que o projeto do TBC nas comunidades de Poção e Fazendinha é o único instrumento de ordenamento realizado pelo estado no sentido de acompanhar os impactos e os benefícios causados pela atividade turística.

Para além dos sujeitos sociais e o capital, o Estado se configura também em um dos principais sujeitos da ação da produção do espaço. Dessa forma, entende-se aqui, que os agentes que realizam a representação do espaço, dinamizam a reprodução da vida e repertoriam as espacialidades e temporalidades no espaço concebido, que não é, de maneira alguma, apartado do percebido e do vivido. É por esse viés que a discussão prossegue no subcapítulo a seguir.

4.3 Representação e ação dos agentes no espaço: horizontalidades e verticalidades do espaço concebido na Ilha de Cotijuba

Como produto da fuga do tempo do trabalho da metrópole e a busca por momentos de lazer e contato com a natureza, a ilha de Cotijuba se configura em uma organização turística que demonstra no cotidiano dos ilhéus uma falta de planejamento e ordenamento do território para o recebimento de seus visitantes. O movimento de expansão do tecido urbano da metrópole e o aumento de facilidades para a visita à ilha, reorganiza a produção e reprodução do espaço em Cotijuba.

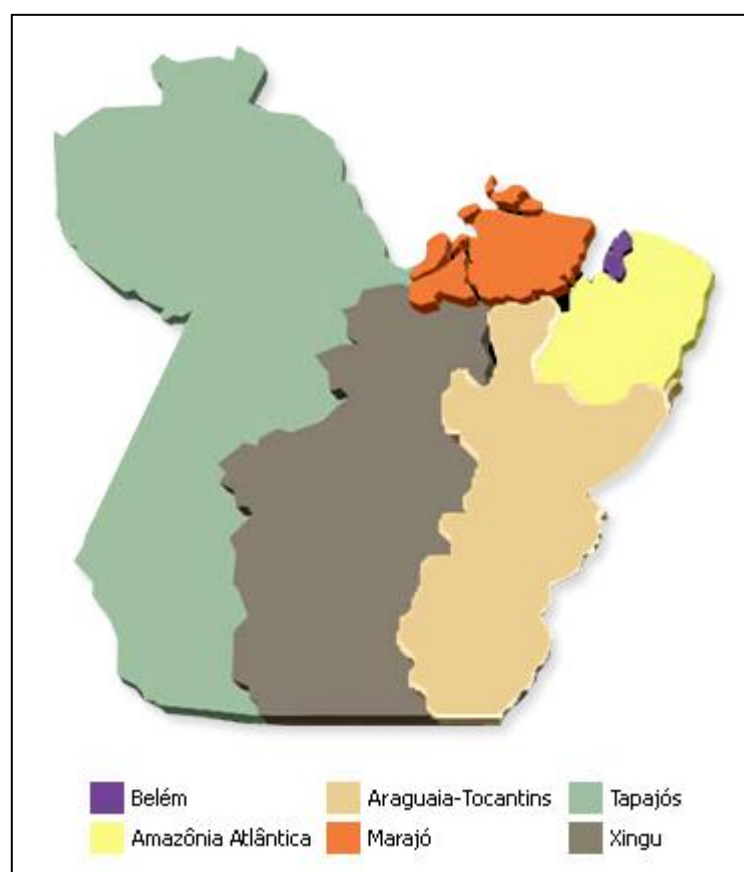
O espaço geográfico está sendo produzido na ilha numa racionalidade de mudanças, permanências e coexistências nas relações tradicionais dos ilhéus e as novas relações urbanas advindas do espraiamento do tecido urbano da metrópole. Cotijuba que se configurava numa ilha que tinha como atividade de subsistência a agricultura familiar e a pesca, apresenta hoje uma diminuição significativa das relações com a natureza, no sentido de intensificar as atividades de serviço para turistas. Essa realidade está cada vez mais exposta na paisagem da ilha, que ainda guarda em alguns lugares, resquícios da vivência com aspectos rurais de antes. E para além de tais mudanças e permanências, ainda concomitantemente, se vê os saberes e fazeres das relações dos ilhéus com a natureza como um atrativo para o turismo de base comunitária.

Frente ao processo de metropolização dispersa (TRINDADE JÚNIOR, 2016), o Estado assume um papel na forma de como se dá a produção do espaço na ilha. Concebendo uma forma de apropriação do espaço, no papel de facilitador do acesso com infraestrutura para tal, numa urbanização assentada no lazer. Contudo, o lazer que fora se configurando na

ilha, mostra-se como o das classes mais populares, um turismo massificado que se reproduz de maneira pouco assistida pelo Estado em suas obrigações de ordenador territorial para manutenção dos aspectos culturais e ecológicos da ilha.

A SETUR, com a finalidade da gestão pública do turismo no estado do Pará dividi o estado em seis Polos: Xingu, Marajó, Tapajós, Amazônia Atlântica, Araguaia Tocantins e Belém (ver figura 6). A ilha de Cotijuba encontra-se no Polo Belém e junto com as demais ilhas está inclusa a grade de produtos para a promoção de desenvolvimento no Plano Estratégico de Turismo – Ver-o-Pará (2012-2020).

Figura 4 – Regiões turísticas ou pólos turísticos do Pará



Fonte: Plano Ver-O-Pará (2011).

O Plano Estratégico de Turismo – Ver-o-Pará (2012-2020) foi elaborado entre junho e novembro de 2011, é baseado em planejamento estratégico para o turismo e contempla três fases: análise da situação atual, o planejamento estratégico e o plano operacional. A última fase, que corresponde ao plano operacional, se divide em plano operacional de desenvolvimento e plano operacional de marketing. Já o plano operacional de desenvolvimento, por sua vez, divide-se em três macroprogramas, a saber: macroprograma de

estruturação de produtos, macroprograma de qualidade e macroprograma de competitividade. Trabalha-se aqui o macroprograma de qualidade analisando as perspectivas de projetos para as ilhas de Belém (ver quadro 12):

Quadro 12 - Macroprograma de qualidade do Plano Estratégico de Turismo (2012-2020)

	PROJETOS	AÇÕES NAS ILHAS DE BELÉM	
PROGRAMA INFRAESTRUTURA URBANA	Melhoria do sistema de abastecimento de água.	Implantação de microssistema de abastecimento de água em comunidades, vilas e praias	
	Implantação de sistemas de esgotamento sanitário	Implantação de sistemas de esgotamento sanitário	
	Destinação e Manejo dos resíduos sólidos		Construção de usina de compostagem com coleta seletiva.
			Implantação de lixeiras para coleta seletiva de lixo em pontos turísticos.
			Aquisição de equipamentos para coleta seletiva.
			Implantação de centro de triagem de lixo.
	Urbanização das Orlas		Construção de banheiros públicos e duchas em praias fluviais.
		Implantação de projetos paisagísticos	
PROGRAMA INFRAESTRUTURA TURÍSTICA – ACESSIBILIDADE	Melhoria da acessibilidade para as Ilhas de Belém	Sistema de iluminação pública nas trilhas ecológicas do PAN	
		Melhoria das estruturas físicas de trapiches/portos ou terminais	
		Pavimentação e/ou revitalização de vias de acesso às praias.	

Fonte: Ver-o-Pará (Elaborado pela autora).

Tais projetos e suas respectivas ações descritas na tabela contemplam as carências de ações do poder público na Ilha de Cotijuba, no entanto, tais projeções do plano ainda não

chegaram a se concretizar apesar de constar no cronograma que os projetos anunciados deveriam finalizar até 2014, atualmente estendido à 2020. Contudo, a SETUR informou que realiza ações pontuais na ilha. A Rota Gastronômica do Pará (ver figura 7), inclui a Rota da Comida Ribeira a qual está voltada à região insular de Belém e agregou a ilha realizando um evento em Belém para apresentar a gastronomia de famílias ribeirinhas das ilhas.

A Rota da Comida Ribeirinha inclui as ilhas turísticas Combu e Cotijuba e pretende estimular a promoção da gastronomia das comunidades das ilhas, a partir do trabalho de divulgação das práticas alimentares locais e dos serviços, com foco na diversidade local (PARÁ, 2011). O contato da SETUR com a comunidade das ilhas fora estabelecido pelo MMIB. Através de conversações com o MMIB, foram selecionados os ilhéus que iriam participar do evento, e assim, apresentar em exposição em Belém a culinária tradicional dos que moram nas ilhas.

A cultura ribeirinha das ilhas de Belém se diferencia pelas práticas e fazeres do dia-a-dia, que mesmo sofrendo influência da capital, Belém, ainda produzem seus alimentos de forma orgânica, caçam, pescam, criam aves e porcos e apanham o açaí. Os moradores das ilhas mantêm assim, as tradições culturais principalmente na alimentação, com temperos caseiros plantados pelos próprios moradores em seus quintais. (ROTAS GASTRONÔMICAS DO PARÁ, S/D).

Figura 5 - Folder das rotas gastronômicas do Pará



Fonte: Rotas Gastronômicas do Pará, S.D.

O MMIB é uma associação fundada em 1998 (ver fotografia 40), se iniciou como grupo de mulheres de produtoras agrícolas. Em 2002 se formalizou enquanto uma associação. A associação já realizou diversos projetos em parceria com ONG, empresas, universidades, Estado etc.. A associação atualmente é composta por 60 associados (homens atualmente também participam da associação), foi fundada na praia do Vai-Quem-Quer e sua coordenação é composta por três diretorias, cada uma com duas diretoras, a saber: diretoria administrativa; diretoria financeira e diretoria social. Os participantes devem contribuir com 10% do salário mínimo por mês.

No que diz respeito dos parceiros do MMIB, o instituto Peabiru é o mais antigo e que possui uma relação mais formalizada com um contrato de vínculo por cinquenta anos. O Instituto Peabiru é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP e tem como missão “Facilitar processos de fortalecimento da organização social e da valorização da sociobiodiversidade, para que as populações extrativistas e os agricultores familiares da Amazônia sejam protagonistas de sua realidade”²⁴. As ações do Peabiru em Cotijuba não são contínuas, os projetos são desenvolvidos no MMIB, como exemplo mais recente de projetos dessa parceria pode-se falar do projeto da biojoia. São trabalhos com as sementes de plantas amazônicas para a produção de colares, brincos e pulseiras. O Instituto Peabiru oferece as sementes, os maquinários e um curso de reciclagem anual para o aperfeiçoamento da produção das artesãs. Todo dinheiro com a venda das biojoias é destinado às mulheres que produzem as mesmas. A fotografia 41 mostra a sede do MMIB que está localizada na rua Magalhães Barata no caminho para a praia do Vai-Quem-Quer. É um espaço de aspecto bem simples que configura na realidade ilhéu. E a fotografia 42 mostra uma biojoia, este modelo de brincos está divulgado no site do MMIB e é uma biojoia produzida por uma artesã da ilha.

A empresa Natura de cosméticos também é uma parceira do MMIB, iniciou a parceria como experiência, na qual a empresa disponibilizou as sementes e o pagamento da mão de obra para os agricultores. De acordo com a atual diretora administrativa do MMIB, em entrevista, os agricultores só deveriam plantar, colher e entregar as sementes de pripioca (*Cypenus articulatus*), (ver fotografia 43), pois a empresa trabalha muito a questão da responsabilidade social, no sentido de proteção do meio ambiente e dos costumes tradicionais. Para ser certificado a família agricultora deve ter uma responsabilidade com meio ambiente desde sua casa, pois a empresa possui diversos critérios os quais os agricultores devem seguir para se manterem no programa.

²⁴ <http://www.peabirutca.org.br/> (acessado em 20 de julho de 2018).

Fotografia 41 - Sede do MMIB



Fonte: Pereira, 2018.

Fotografia 42 - Biojoias de Cotijuba.



Fonte: Rafael Araújo.

Fotografia 43 - Plantação de Priprioca

Fonte: Pereira, 2018.

Um dos critérios mais cobrados pela empresa é sobre a certificação orgânica, pois é totalmente proibido o uso de qualquer agente químico e também a cultura das sementes deve ser exclusivamente através da agricultura familiar. Anualmente a empresa realiza uma auditoria de qualidade, para observar se as regras estão sendo cumpridas num sistema de pontuação, pois se acaso a realização do cultivo estiver destoando com as regras proposta pela empresa no sentido de responsabilidade social e ambiental, os agricultores perdem pontos como certificados.

A Natura iniciou a parceira com o MMIB incluindo 11 famílias de produtores, atualmente apenas 5 famílias permanecem no programa. As críticas realizadas pelas famílias participantes do programa voltam-se para a questão da complexidade dos critérios que os agricultores devem seguir. Estes precisam construir uma tabela de gastos e instrumentos para a formação dos preços a serem pagos pela empresa, o que para eles se mostra como uma tarefa, de certa forma meio complexa, uma vez que não está voltado para forma tradicional da agricultura familiar que essas famílias estão acostumadas.

Quadro 13 – Atuações do MMIB em Cotijuba: ações e parcerias

PROJETO/ PROGRAMA	PARCEIROS	AÇÕES
Cine mais Cultura	IDEA ²⁵ ABRA ²⁶ Escola Bosque Eidorfe Moreira	Buscava realizar mostras de filmes para a comunidade, tanto filmes nacionais e internacionais, quanto filmes que possam ser produzidos dentro da própria comunidade. (finalizado)
Projeto Guia-Me Belém	Instituto Peabiru e Empresa de telefonia OI	Voltado para jovens associados ou não ao MMIB foram aprendendo a produzir fotografia, filmagem e edição de vídeo. Os jovens passaram a filmar a ilha, especificamente os modos de produção existentes, o folclore local, os aspectos da cultura ribeirinha e dos ilhéus, bem como a rica história do lugar. (finalizado)
Projeto Flores Tropicais	Ecomuseu e Governo Federal	Envolveu durante um ano os jovens ligados ao MMIB. Neste projeto era realizada a plantação de flores tropicais. (finalizado)
Biojoias	Instituto Peabiru e Mappinguari Designers	Trabalha a confecção das embalagens e das biojoias produzidas pelas mulheres do movimento. A matéria-prima das embalagens feitas em papel reciclado é toda da ilha e as sementes usadas na produção das joias têm origem variada, a semente que se encontra na Ilha é apenas a semente de euterpe, açazeiro. Já a semente de cedra, e a cérebro de macaco, são sementes de fora, compradas de terceiros em Belém. (andamento)
Incubadora de produtos orgânicos	Centro de Apoio à Agricultura Urbana e Periurbana - CAAUP/UFPA.	UFPA/CAAUP auxiliou o MMIB com o repasse de sementes, assessoria técnica, cursos na área de empreendedorismo, de manipulação de alimentos e de agricultura de quintal. As hortaliças produzidas neste projeto são vendidas na <i>feira de produtos orgânicos</i> , pois é uma produção que não utiliza produtos químicos (andamento)
Cultivo e coleta de sementes	Natura e <i>Solabia</i> , empresa francesa,	Plantio de priprioca (<i>Cypenus articulatus</i>) e coleta e comercialização de semente de ucuuba (<i>Myristicaceae</i>). (andamento)

Fonte: Melo (2008); Visita Técnica ao MMIB (2016); Entrevista com Coordenadora de administração do MMIB (2018). (Organizado pela autora).

²⁵ Associação Internacional de Drama, Teatro e Educação.

²⁶ Associação Brasileira de Arte Educadores.

As ações do MMIB em Cotijuba demonstram que está é a mais atuante associação na ilha. A associação tem foco principal promover o desenvolvimento em Cotijuba, para além de um desenvolvimento apenas econômico, o MMIB trabalha, em grande medida, o desenvolvimento social atentando também para a proteção dos aspectos naturais e culturais da ilha. Nesse sentido concorda-se que

A partir do momento em que o sujeito se integra em grupos sociais e se envolve em atividades diárias de produção, circulação, convívio, experiências e conflitos em qualquer fragmento do espaço, é provável que as interações comunitárias aconteçam e conseqüentemente teçam uma rede de ações e significados envolvendo os indivíduos da comunidade, os quais a partir daí irão ser atores territoriais de fundamental importância para a produção do lugar. O trabalho diário em atividades coletivas cria nos ilhéus uma identidade territorial capaz de garantir a reprodução sócio-espacial de qualquer lugar. Na ilha de Cotijuba não poderia ser diferente (MELO, 2008, p. 180).

Já na perspectiva de verticalidades, no papel de Estado, a BELEMTUR está envolvida em dois grandes empreendimentos que serão realizadas na ilha. Um deles, em parceria com a UFPA, está a ponto de entrar em funcionamento, trata-se de um projeto de extensão do Instituto de Ciências Biológicas – ICB/UFPA que visa trabalhar na ilha de Cotijuba a questão do destino dos resíduos sólidos e cultivo e usos de plantas medicinais, focam, assim, no desenvolvimento de tecnologias voltadas para o tratamento dos resíduos (compostagem, biodigestor, fossa biodigestor e paisagismo). Esse projeto faz parte de uma cooperação do ICB/UFPA com a BELEMTUR, com o intuito de engajar a população local e a articulação social para um novo modo de desenvolvimento na ilha.

Tal projeto parece de extrema relevância para a reprodução socioespacial dos ilhéus, uma vez que anteriormente nesse texto fora explanado sobre a questão precária do sistema de saneamento devido o crescimento populacional em expansão. O projeto ainda não se iniciou, contudo, está em seus últimos ajustes para entrar em atividade. Em entrevista com o diretor de planejamento da BELEMTUR, o mesmo declarou que esse é um grande passo a construir um desenvolvimento sustentável a Cotijuba, criando melhoras tanto para população local, quanto para os turistas.²⁷ Com relação a atividades que o projeto visa realizar. Todas as ações do projeto estão divididas em atividades por um ano.

²⁷ Entrevista realizada em abril de 2018 com o diretor de planejamento da BELEMTUR.

Tabela 3 - Atividades previstas

META	CONTEÚDO	OBJETIVO
Preparar, divulgar e realizar oficinas educativas de ações ambientais e medicinais (saúde)	Educação ambiental; educação quanto ao uso de plantas medicinais; coleta seletiva de lixo sólido; destinos adequados de resíduos sanitários (dejetos humanos); perigos da falta de interesse da população quanto de interesse da população quanto ao destino adequado aos resíduos sólidos e dejetos.	Expor o conteúdo didático com fundamentos científicos para leigos utilizando apostilas, cartazes e vídeos, visando desenvolver na população das Ilhas e compreensão da necessidade de fazer uma coleta seletiva dos resíduos sólidos, destino correto dos dejetos humanos e benefícios de uso de plantas medicinais.
Preparar, divulgar e realizar oficinas tecnológicas de compostagem, biodigestor, paisagismo e plantio de plantas medicinais.	Processo de compostagem caseira; processo de biodigestão; fossa biodigestor; processo paisagístico; plantas medicinais (uso e plantio).	Expor o conteúdo didático com fundamentos científicos para leigos utilizando apostilas, cartazes e vídeos, visando desenvolver na população das Ilhas e compreensão do processo de compostagem, biodigestão, paisagismo e farmácia natural através de plantas.
Auxiliar na implementação de tecnologias de compostagem, biodigestão, paisagismo e plantas medicinais.	Suporte humano técnico	Auxiliar a montagem de compostagem residencial, biodigestor, paisagismo, plantio e uso de plantas medicinais através de discente-bolsista treinado para dá esse suporte.
Produzir material didático para as oficinas	Educação ambiental; turismo sustentável; plantas medicinais; sustentabilidade; compostagem; biodigestão; biogás; biofertilizantes; paisagismo	Facilitar o aprendizado da população
Preparar material didático para as oficinas	Panfletos; cartazes; faixas; mídia em redes sociais, etc.	Divulgar as ações para facilitar a inclusão da população das ilhas nas oficinas
Elaborar panfletos, cartazes, placas de sinalização e divulgação	Panfletos, cartazes e placas.	Conscientizar os turistas a somarem ações positivas para as ilhas.

de ação ambiental correta para ser distribuída entre a população e turista.		
Produzir matéria-prima para realização das tecnologias de paisagismo (plantas)	Mudas de plantas; conhecimento sobre a flora e vegetação das ilhas; aproveitamento de resíduos sólidos recicláveis.	Tornar as ilhas de Belém mais bonitas esteticamente; atrair turismo sustentável.
Produzir capital humano capacitado para auxiliar nas atividades desenvolvidas	Discentes bolsistas da UFPA; técnicos; populações das ilhas.	Executar; auxiliar; divulgar; apoiar e multiplicar as ações

Fonte: Projeto Extensão Educacional e Tecnológica para Realização de Oficinas Educacionais para a Conscientização da População das Ilhas do Município de Belém quanto ao Destino dos Resíduos, Plantio e uso de Plantas Medicinais, e também o Desenvolvimento de Tecnologia Social (Compostagem, Biodigestor, Fossa Biodigestora e Paisagismo) Voltado ao Tratamento de Resíduos e ao Turismo Sustentável em cooperação ICB/UFPA & BELÉMTUR/PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM (2018).

Além do projeto de compostagem, a BELÉMTUR também está envolvida enquanto representante do Estado em um empreendimento de grande porte estabelecido por uma empresa estrangeira. O empreendimento de um resort de luxo na praia da Fleixeira é um passo para uma nova perspectiva do turismo realizado na ilha e conseqüentemente, uma nova fase da reprodução socioespacial no local.. O empreendimento compreende num resort que visa a captação de um público mais seletivo na ilha de Cotijuba, transformando a atual situação do turismo no local.

Figura 6 - Anúncio do empreendimento na internet

Única destinação turística a menos DE 1 HORA DE BELÉM e do Aeroporto Internacional

Reintrodução de mais de 500 espécies de plantas e árvores

Habitat natural para diversas espécies de animais

Uma floresta nativa de 8 hectares, à beira de 450 metros de praia de areias brancas

20 BELAS CASAS de mais de 100m² com jacuzzi privado

Cozinha criativa, inspirada nas frutas e legumes produzidos em nossa horta orgânica

Área de lazer com mais de 1000 m² e piscina com borda infinita para o rio

Segurança e intimidade absoluta dentro de um verdadeiro paraíso ecológico

Local privilegiado para recepções e eventos, com possibilidade de privatizar todo o resort

Addict Amazônia é um projeto que prioriza o turismo sustentável de luxo. Aqui a natureza é absoluta, o hotel se integra de forma harmoniosa com a paisagem pitoresca da Amazônia.

Condo Hotel ADDICT AMAZONIA

Fonte: Addict Amazonia Disponível em: <<http://addict-amazonia.com/addict-amazonia-BR.pdf>. > Acesso em: 07 de agosto de 2018.

O projeto do resort é concebido pela empresa Addict Amazônia e está trabalhando em Cotijuba com total apoio da BELÉMTUR. De acordo com diretor de planejamento da BELÉMTUR, o empreendimento já está todo liberado pelos órgãos competentes de vistoria e já está a ponto de entrar em execução de construção. Tais informações tornam-se inquietantes à medida que poucos representantes locais da ilha conhecem a existência desse projeto. Esta concepção de ação de agentes exógenos ao lugar com interferência direta na produção do espaço local se apresenta como uma verticalidade no espaço. As verticalidades, segundo Santos (2009) compreende em pontos em rede de influencias e relações do grande capital que asseguram o funcionamento global da economia.

Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais ampla, tanto econômica e politicamente, como geograficamente (SANTOS, 2009, p. 284).

Nesse sentido que a ilha de Cotijuba organiza-se na produção e reprodução do espaço, designada por um patrimônio que resiste às transformações de metropolização da capital e delinea, a partir da potencialidade de seus aspectos naturais e culturais, o espaço de lazer da população, em grande medida, de Belém. Entre todos os sujeitos da produção do espaço, tais quais citados por Carlos (2012); o Estado, como aquele de dominação política; o capital, em suas frações, agindo em verticalidades, objetivando sua reprodução continuada em articulação com os demais setores da economia, o mercado imobiliário pode se dizer como exemplo; e os sujeitos sociais que na reprodução da vida humana, têm o espaço como condição, meio e produto da sua ação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A produção do urbano em Belém teve início no seu contato com as águas, modificando aos poucos, através de uma dada estrutura social o modo de circulação de mercadorias, pessoas e produção de moradia. Contudo, as mudanças sempre ocorrem paralelamente com as permanências resistentes no espaço deixando as coexistências vivas ainda. O processo “negação” e depois “aceitação” de uma cidade das águas para Belém, vem mascarada atrás de centralidades novas, principalmente no aspecto atual que confere ao turismo como atividade econômica e fato social uma forma diversa de se apropriar dos rios, orlas, saberes e fazeres ribeirinhos.

As relações socioespaciais na metrópole em expansão com uma cidade tradicional, acaba por delinear cada vez mais uma cidade heterogênea que pouco se têm identidade com as águas a partir de um modo de expansão da cidade dispersa (TRINDADE JÚNIOR, 2016). O novo modelo de expansão da cidade atribuiu as ilhas, que correspondem em mais de 50 % do território de Belém, novas relações. A medida em que a acessibilidade fora sendo implantada através da produção do espaço repertoriada pelo Estado.

Na divisão espacial do trabalho, as maiores ilhas em extensão de Belém passam a adquirir o papel de espaço de lazer e fuga do urbano, no mais, com o avanço da metropolização através de maiores facilidades de acesso físico e de relações urbanas nas ilhas, o tecido urbano passa a se espriar cada vez mais rapidamente mudando as relações antes estabelecidas ali, o que não admite mais uma total fuga do tempo rápido da metrópole, uma vez que a metrópole ali já está se reproduzindo.

Neste trabalho, que apresenta a ilha de Cotijuba, terceira maior ilha em extensão de Belém, como área de estudo, convém destacar que as ilhas ainda carecem muito de pesquisas e análises sobre seu modo de vida e produção do espaço. Os órgãos oficiais guardam muito pouco de informações sobre Cotijuba, o que se mostrou como uma das dificuldades de se realizar esta pesquisa.

A primeira questão norteadora a ser respondida nesta pesquisa trata-se de entender qual a dinâmica de produção e reprodução social do espaço no patrimônio natural na ilha de Cotijuba? Para tanto, as visitas na ilha foram realizadas em datas consideradas estratégicas com a finalidade de presenciar mais diversas realidades ali existentes, pois Cotijuba trata-se de um espaço deveras heterogêneo, as localizações geográficas mostram ao pesquisador

diversas “Ilhas” dentro de Cotijuba. E mesmo em uma mesma localização, foi observado relações completamente distintas realizadas em dias diferentes.

A produção do espaço, aqui proposta por Lefebvre (1974) em suas práticas sociais, representação do espaço e espaço de representação, construído como análise através de atenção aos detalhes da reprodução social ali existente. O cotidiano ilhéu que na paisagem muito se assimila ao cotidiano do continente, mas em poucos detalhes apresenta, nas suas relações, um abismo de diferenciações a medida que ali existente e resistente ao espraiamento do tecido urbano, encontra-se a natureza, as praias, uma vegetação ainda densa. Aspectos naturais que resistem ao tempo e as novas relações estabelecidas.

A intencionalidade de trabalhar o patrimônio natural a partir da produção do espaço de uma ali que não está regulamentada enquanto patrimônio, parte da ideia que conceber Cotijuba a partir de suas especificidades de acordo com plano diretor da cidade que já lhe considera como área especial e para tal já propõe que se estabeleça um modo de apropriação e uso com restrições. Se a ilha de Cotijuba é parte da vida humana, está imbricada na trajetória histórica da produção do espaço de Belém, portanto se configura numa natureza tornada social, aqui atribuímos a ilha como patrimônio natural não perdendo de vista a comunidade que ali se reproduz socialmente e os que concebem o espaço.

Uma análise de produção do espaço no patrimônio natural apenas patrimonializado sugere um campo muito pequeno do que se pode considera como parte da memória social e legado cultural e ambiental a ser deixado as gerações futuras. O mapa de bens patrimonializados demonstra uma desigualdade regional na qual a Amazônia muito pouco é representada. Contudo, as interações homem-natureza aqui ainda guardam muito resquícios de tempos passados e muito conta a história de nossos povos tradicionais e do início da formação de cidades como Belém.

Ao tentar contemplar a segunda questão norteadora: qual a concepção de patrimônio natural e sua implicação na apropriação e uso do espaço para a ilha de Cotijuba, levando em conta os agentes da produção do espaço: a população ilhéu, o poder público e os visitantes (turistas e segunda residência) da ilha?, entende-se que não necessariamente a patrimonialização é a salvação de bens em risco de perdas do simbolismo, do vivido, da relação cotidiana da comunidade com o bem. A espetacularização do patrimônio, a alteração do valor de uso para o valor de troca de um bem patrimonializado muitas vezes confere ao patrimônio uma perda de seus domínios simbólicos e o que deveria ser preservado, pela via de preservação regulamentada, perde sua essência de uso e transforma-se em novos espaços, bem diferente do que era. Nessa perspectiva que a Cotijuba é trabalhada aqui como patrimônio

natural, tem como objeto de análise por excelência o cotidiano ilhéu, o vivido dos moradores com a natureza, com os visitantes externos – os chamados turistas, ou os novos moradores por período, o turismo de segunda residência, e os que pensam, organizam o espaço no papel do estado como ordenador, mas também como facilitador do mercado.

As mudanças na reprodução do espaço em Cotijuba foram construídas a partir de uma racionalidade urbana cada vez mais crescente. A paisagem atualmente apresenta formas bem distintas de dez anos atrás, com as novas formas também se vê novos conteúdos. O que faz de uma parte da aquela que mais se aproxima do centro, composta pelo porto, ligar das trocas e relações diretas com o continente, um espaço muito parecido com a periferia de Belém. Os equipamentos urbanos ali distribuídos, porém, com carências em diversos serviços e olhar do Estado.

As coexistências na ilha se apresentam como resistência de um modelo de desenvolvimento a partir do que podem abstrair da atividade que coube a ilha a partir das facilidades de acesso: a atividade turística. O modelo de segunda residência cresce cada vez mais na ilha dando o aspecto que o turismo está ficando gradativamente decadente. Quando na verdade o que mudou foi o modelo de turismo ali realizado. Um turismo com quase nada de planejamento, com pouca interação e identidade com a natureza e com pouco retorno financeiro à comunidade local, uma vez que o visitante traz consigo seus mantimentos de uso para a ilha no momento de lazer.

As permanências se mostram bem desenhadas na paisagem quando assim nos afastamos no porto. Pescadores, agricultores ainda resistem na ilha. Há quem diga que a atividade turística não influencia em nada em seu cotidiano, quanto afastado está de onde o turismo se apresenta mais forte. Porém a produção de moradia e a especulação imobiliária é uma realidade muito crescente que está se espalhando de forma veloz cada vez mais a dentro da ilha, causando desmatamento, aumento de produção de dejetos, produção de lixo. Dentre todos esses aspectos também se mostram presentes os espaços de representação urbanos. Os medos, as crenças, o lúdico fora muito pouco trabalho nessa pesquisa, porém pode-se facilmente captar nas entrevistas realizadas as modificações de tais relações no espaço. No sentido de agora o medo da violência, do furto, do assalto, das brigas constantes nas festas estarem tomando o lugar dos medos antigos, os medos dos contos da floresta, das chamadas “visagens” e também a produção crescente de igrejas evangélicas que agora disputam seus fiéis com a igreja católica da praça principal, a mais antiga de Cotijuba.

O direito à natureza parece uma tônica na perspectiva de se manter para as gerações futuras o patrimônio natural do lugar. É unânime a ideia da comunidade se sentir donos da ilha, donos do patrimônio natural e nessa mentalidade também é unânime a ideia que essa é a válvula de escape de desenvolvimento local frente as dificuldades pela falta de emprego, renda, infraestrutura e apoio do Estado. As resistências das horizontalidades mostram-se como forma de estratégias para mudanças na vida dos ilhéus, o direito de novas perspectivas para quem se reproduz socialmente ali e lá quer viver com qualidade. O MMIB enquanto associação de moradores mostra-se como um importante agente na produção daquele espaço a medida que protesta o direito a natureza, a cidade e a cidadania dos que vivem ali.

As verticalidades, como forma de intervenções pontuais do mercado, mas também de intervenções do estado através de facilidades de novas apropriações na ilha, produzem novos conteúdos na reprodução social ilhéu. Nessa perspectiva tenta-se contemplar a terceira questão norteadora da pesquisa que busca entender se as intervenções urbanas e políticas públicas tem levado em consideração a realidade da ilha enquanto patrimônio natural no contexto de preservação e salvaguarda da integridade cultural e aspectos ecológicos?

Entende-se que o turismo desordenado, porém, detentor de uma importância extrema para o desenvolvimento atual da ilha mostra-se como uma urgência de intervenção no sentido de as políticas públicas atentarem para os aspectos de salvaguarda da integridade cultural e ambiental de Cotijuba. As potencialidades turísticas ali são diversas, porém o modelo de produção do espaço realizado apresenta como uma dialética destrutiva, o que atrai os visitantes está cada vez mais comprometido pelo aumento e como esses usos estão ocorrendo.

Como espaço de vivência de antigos agricultores da colônia reformatória, migrantes de outras ilhas, da periferia de Belém, e donos de casas de veraneio, a ilha carece urgentemente de um ordenamento territorial que leve em conta seu patrimônio natural não esquecendo da necessidade de desenvolvimento socioespacial para seus moradores. Grandes empreendimentos se anunciam para a ilha, talvez mude, em grande medida, as estruturas do modelo de turismo ali atualmente realizado. Ainda é cedo para atribuir juízo de valor a respeito do novo empreendimento, contudo preocupante é quando a comunidade não possui voz no modelo de turismo que se pretende implementar na ilha, e o que ficou evidente é que o modelo de produção do espaço como periferia de Belém precisa ser repensado com ações mais ativas do Estado buscando o desenvolvimento local a capacidade do comunidade se

apropriar do turismo sem perder de vista na relação turista-morador a educação patrimonial e ambiental para o resguardo do patrimônio natural da ilha.

REFERÊNCIAS

- BELÉM. Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e estão. SEGEP. **Plano Diretor da Prefeitura Municipal de Belém**. Belém: SEGEP, 2008.
- _____, Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão. SEGEP. **Anuário Estatístico do Município de Belém**. Belém: PMB, 2012.
- BERNHARDT, E. M. B. Gentrificação e Revitalização: perspectivas teóricas e seus papéis na construção de espaços urbanos contemporâneos. **Revista Urbanidades**, n. 5, p. 1-22. 2005.
- BRASIL, Decreto – Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. **Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm. Acesso em: 20 de janeiro de 2016.
- _____. Ministério do Meio Ambiente. Ministério da Indústria, Comércio e Turismo. IBAMA. EMBRATUR. **Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo**. Brasília: EMBRATUR, 1994. 48 p.
- BERTONCELLO, R. Turismo y patrimonio, entre la cultura y el negocio. In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 33-53.
- CARDOSO, R. N. C. et al.. **Águas Subterrâneas - Seção Estudos de Caso e Notas Técnicas**, 2018.
- CARLOS, A. F. A. Da “organização à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: _____; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. A (Org.). **Produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Editora Contexto, 2012. p. 53-75.
- CIFELLI, G. A refuncionalização turística do patrimônio cultural: os novos usos do território apropriado pelo turismo em Ouro Preto–MG. In: PAES, M. T; OLIVEIRA, M. (Org.) **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: FAPESP, p. 115-138, 2010.
- CHOAY, F. **A Alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.
- CORRÊA, R. L. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p.39-68, jul./set. 1987.
- COSTA, E. B. **Cidades da Patrimonialização Global**. Simultaneidade totalidade urbana – totalidade-mundo. São Paulo: Humanitas; Fapesp, 2015.

CRUZ, R. C. A da. “Patrimonialização do Patrimônio”: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v.1, n.31, p. 95-104, 2012.

CRUZ, R. H. S. Turismo sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, L. S. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008, p. 133- 146.

DIEGUES, A. C. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

FERREIRA, S. B. **A expansão dos assentamentos residenciais na Ilha do Mosqueiro: uma particularidade de dispersão urbana no espaço metropolitano de Belém (PA)**. 2012. 138 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Belém, 2012.

FIGUEREDO, L. C. Perspectivas de análise geográfica do patrimônio cultural: algumas reflexões. **Geografia Ensino & Pesquisa**, v. 17, n.1, jan./abr. 2013.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

GONÇALVES, J. R. S. Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./ jun. 2005.

GUERRA, G. **Ilhas estuarinas e ocupação humana**. Belém: NAEA/UFPA, 2004.

_____. (Org) **Efeitos da ocupação urbana no extrativismo vegetal da ilha de Cotijuba**. Belém. UNAMA, 2007. (Projeto de Pesquisa).

_____. Eidorfe Moreira e o apecto insular de Belém. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 10, n. 3, p. 583-589, set./dez. 2015.

_____. O poder das marés na região amazônica no final do século XVIII e início do XIX: o engenho de Cotijuba, Belém, Pará, Brasil. **Movendo ideias**. Belém, v. 6, n. 10. p. 69-74, 2001.

HAESBAERT, R. Da Desterritorialização à Multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 29, n. 1, p. 11-24, 2003.

HÜFFNER, P. G. J. **Estudo sobre os impactos do turismo em áreas naturais em processo de urbanização: o caso da ilha de Cotijuba, Belém – PA**. 2011. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente Urbano), Universidade da Amazônia, Belém, 2011.

JEUDY, H. P. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005. 154 p.

KOSÍK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, H. **La producción de l'espace**. Paris: Anthropos, 1974.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Nebli, 2016.

_____. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: EDUFMG, 2004.

LOPES, A. S. C. **A Construção da Identidade da Infância na Amazônia Ribeirinha: ilha de Cotijuba belém – Pará**. 2012. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural), Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

MELO, O. do C. **A comunidade e a construção do lugar na Ilha de Cotijuba (PA)**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

MENESES, C. N. J. A Patrimonialização da vida: vivências memória social e interpretação do patrimônio cultural. In: COSTA, B. E.; BRUSADIN, B. L.; PIRES, C. M. (orgs). **Valor Patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

MIELKE, E. J. C. Desenvolvimento Turístico de Base Comunitária. Campinas, São Paulo: **Átomo & Alínea**, v.1, p.190, 2009.

MIRANDA, L. M.. Cidades, águas e ilhas no estuário amazônico. **Labor & Engenho**, Campinas [SP] Brasil, v. 9, n. 2, p. 81- 92, abr./jun. 2015.

MOREIRA, E. **Belém e sua expressão geográfica**. Belém: Imprensa Universitária, 1966.

NIGRO, C. Da Defesa do Patrimônio ao Turismo Cultural. **Revista da FAPPT** (Faculdade de Publicidade, Propaganda e Turismo da Univ. Metodista de São Paulo), São Bernardo do Campo, 2005.

_____. As dimensões culturais e simbólicas nos estudos geográficos: bases e especificidades da relação entre patrimônio cultural e geografia. In: PAES, Maria Teresa; OLIVEIRA, Melissa (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural**. São Paulo: Annablume, 2010. p. 55-80.

OLIVEIRA, J. A.; SCHOR, T. Das cidades da natureza à natureza das cidades. In: TRINDADE JR., S-C. C.; TAVARES, M. G. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. 1 ed. Belém: EDUFPA, 2008, v. 1, p.15-27..

PAES-LUCHIARI, M. T. D. Centros históricos–mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. **GEOgraphia, Revista de pós-graduação em Geografia**, n. 15, 2005.

_____. **O lugar no mundo contemporâneo - turismo e urbanização em Ubatuba/SP**. Campinas, 1999. 222f. Tese (doutorado) - IFCH, Unicamp.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais: um olhar geográfico In: BARTHOLO, R. et al. (org). **Turismo de Base Comunitária**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

_____.; OLIVEIRA, Melissa R.S. (Orgs). **Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural**. São Paulo, ed. Annablume, 2010.

PARÁ. Governo do Estado do Pará. **Plano Ver-o-Pará: plano estratégico de turismo do estado do Pará: 2012-2002 – Relatório Executivo**. Belém: Chias Marketing Consultoria, 2011.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Amazônia, Amazônias**. 3 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

PINON, A da C. **O uso do território na ilha de Cotijuba: da ruralidade aos equipamentos urbanos**. 2012. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Geografia), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.

RIBEIRO, B. G.; CARDOSO, A. C. D.; BEZERRA, F. N. C. A dualidade do ambiente natural/urbano e suas perspectivas em Cotijuba-Pa. In: Seminário Nacional sobre o Tratamento de Areas de Preservação Permanente em Meio Urbano e Restrições Ambientais ao Parcelamento do Solo, III, 2014, Belém. **Anais...** Belém, UFPA, 2014.

RIBEIRO, W. de O. **Ordem e desordem do território turístico: a chegada do estranho e os conflitos de territorialidade na orla oeste de Mosqueiro**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.

SANTOS, K. de S. et al. Avaliação da qualidade da água subterrânea da Ilha de Cotijuba em Belém. In: Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos, XXI, 2015, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF, ABRH, 2015.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção.** 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

_____. **Da Totalidade ao Lugar.** 1. ed., 2 reimpr – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, T. V. dos. Metropolização e diferenciações regionais: estruturas intraurbanas e dinâmicas metropolitanas em Belém e Manaus. **Cad. Metrop.** [online]. v. 19, n. 40, 2017.

SERRANO, C. Patrimônio, natureza e cultura: uma introdução a olhares e práticas. In: PAES-LUCHIARI, M. T. D.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Orgs.). **Patrimônio, natureza e Cultura.** Campinas, SP: Papyrus, 2007, p.9-25.

SCIFONI, S. **A Construção do Patrimônio Natural.** 2006. 293p. (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas). Universidade de São Paulo, 2006.

_____. Por uma geografia política dos patrimônios naturais. In: PAES, M. T.; OLIVEIRA, M. (Org.). **Geografia, turismo e patrimônio cultural.** São Paulo: Annablume, 2010. p. 207-226.

_____. A desregulamentação do patrimônio natural paulista. In: COSTA, B. E.; BRUSADIN, B. L.; PIRES, C. M. (orgs). **Valor Patrimonial e turismo: limiar entre história, território e poder.** 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2012. p. 173-193.

SILVA, Ivaldo das Dores. **Massificação Do Lazer Em Áreas Naturais Amazônicas E Suas Repercussões Ambientais: o caso da ilha de Cotijuba em Belém.** Programa de pós Graduação em Meio Ambiente, Universidade federal do Ceará, 2001.

SOBARZO, O. O rural e o urbano em Henri Lefebvre. In: SPÓSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo: Relações e Contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SOUZA, M. L. **Mudar a cidade: Uma crítica ao planejamento e à gestão urbanos.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócioespacial.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SUERTEGARAY, D. M. A. Notas sobre Epistemologia da Geografia. **Cadernos Geográficos**. Departamento de Geociências- CFH-UFSC, Florianópolis, n, 12, maio 2005.

TAVARES, M. G. C. A formação territorial do espaço paraense: dos fortes à criação de municípios. **Revista ACTA Geográfica**, v. 2, n. 3, p.59-83, 2008.

_____. Políticas públicas, turismo e desenvolvimento local em Mosqueiro, In: Encontro da ANPPAS, III., 2006, Belém. **Anais...** III, Brasília-DF., 2006. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anual/encontro3/GT17.html>. Acesso em: 10 jun. 2018.

TRINDADE JUNIOR, S-C. C. De volta ao rio: estratégias de gestão e de (re)apropriação do espaço urbano na área central de Belém. In: _____; TAVARES, M. G. C. (Org.). **Cidades ribeirinhas na Amazônia: mudanças e permanências**. 1 ed. Belém: EDUFPA, 2008, v. 1, p. 145-156.

_____. Patrimônios, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Espaço e Geografia (UnB)**, v. 16, p. 483-513, 2013.

_____. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. 1998. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

_____. **Formação metropolitana de Belém (1960-1997)**. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2016.

VIEIRA NETO, J. P. Conjunto de Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do Patrimônio Natural. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) – IPHAN, Rio de Janeiro, 2012.

VASCONCELOS, S. F.A. **O espaço da luta pela moradia no processo de metropolização de Belém do Pará e a reestruturação urbana da ilha de Caratateua no século XXI**. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Geografia) – Universidade Federal do Pará, Programa de Pós Graduação em Geografia, Belém, 2018.

APÊNDICES

APÊNDICE A
ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE
MESTRADO
MORADOR

Título do Trabalho: ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM COTIJUBA, BELÉM-PARÁ.

- 01) Qual o seu nome, idade e profissão?
- 02) Há quanto tempo o você mora na ilha de Cotijuba? Onde mora?
- 03) Antes de morar aqui, quais os outros lugares onde você morou?
- 04) Qual a importância que os aspectos naturais da ilha tinham no passado para o seu trabalho e a sua vida na ilha?
- 05) Como é sua vida hoje?
- 06) Qual a importância que os aspectos naturais possuem atualmente para o seu trabalho e a sua vida na ilha?
- 07) Você considera que a ilha está sendo cada vez mais visitada? Por quê?
- 08) Você considera que já houveram muitas mudanças em Cotijuba? Se sim, elas foram benéficas para ilha? E qual a influência dessas mudanças na sua vida? Justifique.
- 09) Você considera alguma(s) construção antiga importantes para a ilha? Se sim, diga quais são elas e por que você as acha importante?
- 10) Você é a favor ou contra a preservar as construções antigas? Por quê?
- 11) Como o você vê o turismo na ilha de Cotijuba? Por quê?

- 12) Em sua opinião o turismo pode colaborar com a preservação das construções antigas e aspectos naturais da ilha ou ser bom de alguma maneira para a ilha? Justifique.
- 13) O poder público municipal discute com os moradores sobre a preservação e conservação dos aspectos culturais e ambientais da ilha de Cotijuba?
- 14) Para você o que seria um patrimônio natural? Você considera a ilha de Cotijuba um patrimônio natural?
- 15) Você conhece alguma intervenção do poder público ou privado com relação a preservação e conservação da ilha no seu aspecto cultural, ambiental e/ou social?
- 16) Defina como é viver na ilha de Cotijuba.
- 17) fale um pouco sobre os serviços em Cotijuba: a questão do lixo?
- 18) Esgoto sanitário:
- 19) Policiamento:
- 20) Educação:
- 21) Saúde:
- 22) Meio Ambiente:
- 23) Turismo em geral:
- 24) Água encanada:
- 25) Loteamentos:
- 26) Comente sobre o transporte da ilha
- 27) Para Você o que seria mais emergente na ilha para a melhora da qualidade de vida da população?

APÊNDICE B
ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE
MESTRADO
MORADOR - representantes de associações e afins

Título do Trabalho: ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM COTIJUBA, BELÉM-PARÁ.

- 01) Qual o seu nome? Sua idade? Profissão?
- 02) Há quanto tempo o você mora na ilha de Cotijuba? Onde mora?
- 03) Antes de morar aqui, quais os outros lugares onde você morou?
- 04) Qual a importância que os aspectos naturais da ilha tinham no passado para o seu trabalho e a sua vida?
- 05) Como é sua vida hoje?
- 06) Qual a importância que os aspectos naturais possuem atualmente para o seu trabalho e a sua vida na ilha?
- 07) Você considera alguma(s) construção antiga ou aspectos do meio ambiente importantes para a ilha? Se sim, diga quais são elas e por que você as acha importante?
- 08) Você é a favor ou contra a preservar as construções antigas e\ou meio ambiente? Por quê?
- 09) Como você vê o turismo na ilha de Cotijuba? Por quê?
- 10) Em sua opinião o turismo pode colaborar com a preservação das construções antigas e meio ambiente da ilha ou ser bom de alguma maneira para a ilha? Se sim, por quê? Se não, por quê?

- 11) Você considera que a ilha está sendo cada vez mais visitada? Por quê?
- 12) Você considera que já houveram muitas mudanças em Cotijuba? Se sim, elas foram benéficas para ilha? Por quê?
- 13) O poder público municipal discute com vocês sobre a preservação e conservação dos aspectos culturais e ambientais da ilha de Cotijuba?
- 14) Para você o que seria um patrimônio natural? Você considera a ilha de Cotijuba um patrimônio natural?
- 15) Você conhece alguma intervenção do poder público ou privado com relação a preservação e conservação da ilha no seu aspecto cultural, ambiental e social?
- 16) Defina como é viver na ilha de Cotijuba.
- 17) Fale um pouco sobre os serviços em Cotijuba: a questão do lixo?
- 18) Esgoto sanitário:
- 19) Policiamento:
- 20) Educação:
- 21) Saúde:
- 22) Meio Ambiente:
- 23) Turismo em geral:
- 24) Água encanada:
- 25) Loteamentos:
- 26) Comente sobre o transporte da ilha
- 27) Para Você o que seria mais emergente na ilha para a melhora da qualidade de vida da população?
- 28) Fale um pouco sobre sua associação, fundação, projetos e planos e relação com a comunidade:

APÊNDICE C
ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE
MESTRADO
MORADOR – Comerciantes

Título do Trabalho: ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM COTIJUBA, BELÉM-PARÁ.

–

- 01) Qual o seu nome?
- 02) Há quanto tempo você mora na ilha de Cotijuba?
- 03) Antes de morar aqui, quais os outros lugares onde você morou?
- 04) Onde você mora na ilha de Cotijuba?
- 05) Qual a sua idade?
- 06) Qual a sua profissão?
- 07) Qual o nome e endereço do seu estabelecimento?
- 08) Qual o tipo de atividade desenvolvida aqui no seu estabelecimento?
- 09) Qual a escala de abrangência da sua atividade?
- 10) Há quanto tempo você tem este estabelecimento na ilha?
- 11) Antes de desenvolver esta atividade, você desenvolvia a mesma em outro lugar? Onde?
- 12) Qual a importância/vantagem de desenvolver esta atividade na ilha de Cotijuba?

- 13) Os aspectos culturais e ambientais de Cotijuba já tiveram importância no passado para o desenvolvimento de seu negócio?
- 14) Qual a importância dos aspectos culturais e ambientais atualmente para o seu negócio?
- 15) Como você vê o turismo na ilha de Cotijuba? Por quê?
- 16) Em sua opinião o turismo pode colaborar com a preservação das construções antigas e meio ambiente da ilha ou ser bom de alguma maneira para a ilha? Se sim, por quê? Se não, por quê?
- 17) Você considera que a ilha está sendo cada vez mais visitada? Por quê?
- 18) Você considera que já houveram muitas mudanças em Cotijuba? Se sim, elas foram benéficas para ilha? Por quê?
- 19) O poder público municipal discute com os moradores sobre a preservação e conservação dos aspectos culturais e ambientais da ilha de Cotijuba?
- 20) Para você o que seria um patrimônio natural? O (A) Senhor (a) considera a ilha de Cotijuba um patrimônio natural?
- 21) Você conhece alguma intervenção do poder público ou privado com relação a preservação e conservação da ilha no seu aspecto cultural, ambiental e social?
- 22) Fale um pouco sobre os serviços em Cotijuba: a questão do lixo?
- 23) Esgoto sanitário:
- 24) Policiamento:
- 25) Educação:
- 26) Saúde:
- 27) Meio Ambiente:
- 28) Turismo em geral:
- 29) Água encanada:

30) Loteamentos:

31) Comente sobre o transporte da ilha

32) Para Você o que seria mais emergente na ilha para a melhora da qualidade de vida da população?

APÊNDICE D

ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE MESTRADO

REPRESENTANTE DO PODER PÚBLICO - IPHAN- seção Pará

Título do Trabalho: ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA: PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM COTIJUBA, BELÉM-PARÁ.

01) Qual o seu nome? E qual sua função nesta instituição?

02) Qual a concepção de patrimônio natural adotada pela Superintendência do Iphan seção Pará?

03) Qual (is) estão sendo as preocupações e ações ligadas a preservação do patrimônio natural do Iphan Pará nos últimos anos?

04) Quais as principais dificuldades enfrentadas pelo Iphan Pará para concretizar as ações previstas em projetos pelo órgão?

05) Existem parcerias do Iphan com outras esferas do poder ligadas a cultura e/ou meio ambiente ao patrimônio no Estado do Pará? Se sim, cite e comente algumas dessas.

06) Como o Iphan avalia as questões do patrimônio natural de Belém - Pará?

07) Existem algumas ações que têm sido feitas/pensadas para facilitar/estimular a proteção do patrimônio natural das ilhas de Belém?

08) Para o Iphan Pará qual (is) as dificuldades para implementar ações nas Ilhas de Belém?

09) Para o Iphan Pará a ilha de Cotijuba pode ser considerada Patrimônio Natural?

10) O Iphan Pará já recebeu alguma proposta de intervenção para ilha de Cotijuba ou alguma outra ilha de Belém para questões do patrimônio natural?

11) Qual a opinião do Iphan Pará sobre as edificações antigas da ilha de Cotijuba?

12) O Iphan-Pará já foi procurado por algum representante de alguma ilha de Belém para tratar sobre questões de proteção de patrimônio natural?

APÊNDICE E
ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE
MESTRADO
REPRESENTANTE DO PODER - Secretaria de Turismo do Estado do Pará - SETUR

Título do Trabalho: ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM COTIJUBA, BELÉM-PARÁ.

- 01) Qual o seu nome? E qual sua função na instituição?
- 02) Qual a concepção de patrimônio natural adotada pela Secretaria de Turismo do Estado do Pará?
- 03) Existe alguma linha de atuação ligada a preservação do patrimônio natural realizada pela SETUR nos últimos anos?
- 04) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela SETUR para concretizar as ações previstas em projetos com relação ao patrimônio pelo órgão?
- 05) Existem parcerias da SETUR com outras esferas do poder ligadas a cultura e meio ambiente ao patrimônio no Estado do Pará? Se sim, cite e comente algumas dessas.
- 06) Como a SETUR avalia o patrimônio natural de Belém - Pará?
- 07) Existe alguma ação ou parceria entre a SETUR e algum representante das ilhas de Belém?
- 08) Para a SETUR qual (is) as dificuldades para implementar ações e/ou projetos nas Ilhas de Belém?
- 09) Para a SETUR a ilha de Cotijuba pode ser considerada Patrimônio Natural?
- 10) A SETUR já recebeu alguma proposta de ações e/ou projetos turísticos para Cotijuba ou alguma outra ilha de Belém?

11) Qual a opinião da SETUR sobre as edificações antigas da ilha de Cotijuba?

12) Para a SETUR a ilha de Cotijuba teria m potencial turístico elevado?

APÊNDICE F

ROTEIRO BASE DAS ENTREVISTAS REALIZADAS DURANTE A PESQUISA DE MESTRADO REPRESENTANTE DO PODER - BELEMTUR

Título do Trabalho: ESPACIALIDADES DO PATRIMÔNIO NATURAL NA AMAZÔNIA:
PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM COTIJUBA, BELÉM-PARÁ.

01) Qual o seu nome? E qual sua função na instituição?

02) Qual a concepção de patrimônio natural adotada pela BELEMTUR?

03) Existe alguma linha de atuação ligada a preservação do patrimônio natural realizada pela BELEMTUR nos últimos anos?

04) Quais as principais dificuldades enfrentadas pela BELEMTUR para concretizar as ações previstas em projetos pelo órgão?

05) Existem parcerias da BELEMTUR com outras esferas do poder ligadas a cultura e/ou meio ambiente ao patrimônio de Belém? Se sim, cite e comente algumas dessas.

06) Como a BELEMTUR avalia o patrimônio natural de Belém - Pará?

07) Existe alguma ação/projeto ou parceria entre a BELEMTUR e algum representante das ilhas de Belém?

08) Para a BELEMTUR qual (is) as dificuldades para implementar ações nas Ilhas de Belém?

09) Para a BELEMTUR a ilha de Cotijuba pode ser considerada Patrimônio Natural? Por quê?

10) A BELEMTUR já recebeu alguma proposta de intervenção para ilha de Cotijuba ou alguma outra ilha de Belém?

11) Qual a opinião da BELEMTUR sobre as edificações antigas da ilha de Cotijuba?

12) A BELEMTUR vê a ilha de Cotijuba com potencial turístico elevado?